

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Instituto de Ciências Biológicas  
Pós-Graduação em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação de Recursos Naturais

Gabriel de Mendonça Domingues

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MEIO ÀS RELAÇÕES ENTRE O RURAL E O  
URBANO NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS,  
TERESÓPOLIS - RJ**

Juiz de Fora  
2010

Gabriel de Mendonça Domingues

**A educação ambiental em meio às relações entre o rural e o urbano no entorno do  
Parque Estadual dos Três Picos, Teresópolis - RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia do Instituto de Ciências Biológicas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisitos para obtenção do título de Mestre em Ecologia.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto

Juiz de Fora  
2010

Gabriel de Mendonça Domingues

**A educação ambiental em meio às relações entre o rural e o urbano no entorno do  
Parque Estadual dos Três Picos, Teresópolis - RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisitos para obtenção do título de Mestre em Ecologia.

Aprovada em 16 de abril de 2010

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto (Orientador)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Lilia dos Santos Seabra  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. César Henrique Barra Rocha  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Aos moradores das comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha, e a todos aqueles que buscam no desenvolvimento local, alternativas mais justas, solidárias e ecológicas de convivência entre os seres humanos e a natureza.

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Govinda, base e sentido de tudo.

Aos meus guias e mestres espirituais pela proteção e inspiração fundamentais.

À Universidade Federal de Juiz de Fora e ao seu Programa de Pós Graduação em Ecologia–Pgecol/UFJF, por essa oportunidade de estudo e pesquisa.

Ao professor Vicente, por ter apostado no meu potencial.

Aos professores e colegas do Pgecol que tanto me ensinaram nesses dois últimos anos.

Aos professores e colegas do Grupo de Educação Ambiental, do Núcleo de Educação em Ciência, Matemática e Tecnologia, da Faculdade de Educação da UFJF, pela oportunidade de trabalho e estudo que tão caros foram ao desenvolvimento dessa pesquisa.

Ao professor César Rocha e à professora Lilia Seabra cujas reflexões e questionamentos em muito contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Ao Instituto de Estudos da Cultura Amazônica – IECAM, à Vera Fróes e a todos os integrantes do projeto Linha do Tucum: artesanato amazônico, que me fizeram ver e refletir sobre o desenvolvimento comunitário das populações amazônicas.

Ao Espaço Compartilharte, pela troca de experiências e pelo compartilhamento das informações sobre a localidade.

Aos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual dos Três Picos, pelas reflexões acerca da gestão participativa da uc.

Aos amigos de Juiz de Fora, em especial à Mayra, à Morena e ao Xairon, pelo pouso certo e seguro em Juiz de Fora, pela gentil e acolhedora hospitalidade.

Aos meus familiares, patrocinadores materiais e afetivos dessa empreitada.

À Deborah, pelo amor e carinho, e pelo apoio indispensável na transcrição das entrevistas.

Ao Rama, que também contribuiu na transcrição das entrevistas.

Ao meu pai, Afonso Domingues, pelo apoio nos ajustes finais.

Aos amigos de Teresópolis, ao pessoal do Sítio do Bicho Solto, pelas profundas reflexões e aprendizados no trabalho com a terra.

Ao Jorge, ao Airton, ao Raimundo, ao Seu Bento, à Dona Noêmia, à Dona Marta, e a todos os moradores e amigos de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha, base e sentido desse trabalho.

A todos os que prestaram o seu depoimento indispensável para a realização desta pesquisa.

*O homem é assim, parte desse mundo da natureza e tem um vínculo intrínseco com ele. Os homens antigos sempre se esforçaram para preservar esse vínculo. A Terra era sua mãe e em tudo essa harmonia com a natureza devia ser observada. O homem moderno quebrou esse vínculo e passou a explorar a natureza de todas as formas ao seu alcance. Os efeitos desastrosos na ecologia do nosso ambiente são o preço que estamos pagando por esse pecado, o pecado original da revolta do homem contra a natureza.*

Bede Griffiths

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	08
ABSTRACT .....	09
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 A CRISE DA SOCIEDADE URBANO-INDUSTRIAL E O SURGIMENTO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA</b> .....	14
1.1 A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO CONTEXTO DA CRISE ECONÔMICO-ECOLÓGICA MUNDIAL.....	14
1.2 A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA E A EMIGRAÇÃO URBANA .....	20
1.3 CONTRADIÇÕES ENTRE O RURAL E O URBANO NA SERRA DA MANTIQUEIRA.....	24
1.4 A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA LÓGICA DE DESENVOLVIMENTO .....	28
<b>2 CONFLITOS E CONTRADIÇÕES NAS RELAÇÕES ENTRE O RURAL E O URBANO: ESTUDO DE CASO NAS COMUNIDADES DE PRATA DOS AREDES, CANOAS E VARGINHA</b> .....	31
2.1 METODOLOGIA EMPREGADA .....	31
2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	37
2.3 DO RURAL AO URBANO: TRANSFORMAÇÕES SÓCIOESPACIAIS AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS .....	42
2.4 DO URBANO AO RURAL: A BUSCA POR REINVENTAR A RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM/NA NATUREZA .....	58
2.5 CONFLITOS E DIFERENÇAS SOCIOCULTURAIS.....	65
<b>3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O DIÁLOGO ENTRE O RURAL E O URBANO NO ENTORNO DO PARQUE ESTAUDAL DOS TRÊS PICOS</b> .....	74
3.1 O CARÁTER DIALÓGICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	74
3.2 CAMINHOS POSSÍVEIS RUMO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	80
3.2.1 VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO LOCAL.....	80
3.2.2 INCENTIVO ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS LOCAIS.....	83

3.2.3 INCENTIVO À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA.....	84
3.2.4 ATIVIDADES ESCOLARES QUE VALORIZAM E INCENTIVEM A PRÁTICA AGROECOLÓGICA E O CONHECIMENTO DOS ECOSISTEMAS LOCAIS.....	86
3.2.5 FORMAÇÃO INTEGRADA DE AGENTES LOCAIS.....	87
3.2.6 ARTICULAÇÃO DE UM CENTRO COMUNITÁRIO.....	88
3.2.7 ESTRUTURAÇÃO DE UM CENTRO DE VISITANTES.....	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	92
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	93
<b>APÊNDICES</b> .....	97
APÊNDICE 1: CONTRIBUIÇÕES PARA OS TRABALHOS DA CÂMARA TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PETP .....	98
APÊNDICE 2: REVISÃO DO DOCUMENTO “RECOMENDAÇÕES DA CÂMARA TEMÁTICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO” .....	100
APÊNDICE 3: PRÉ-PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DO PETP .....	103
APÊNDICE 4: RELATÓRIO DO 4º ENCONTRO MUTIRÃO AGROECOLÓGICO NO SÍTIO DO BICHO SOLTO, EM TERESÓPOLIS-RJ .....	107
APÊNDICE 5: EXTRATOS DA ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES BETO SELIG E GUSTAVO AGOSTINI, DO SÍTIO DO BICHO SOLTO .....	116
APÊNDICE 6: RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS REALIZADAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2009.....	120
APÊNDICE 7: EXTRATOS DA ENTREVISTA COM O AGRICULTOR GILSON INÁCIO DA SILVA, MORADOR DE ORIGEM RURAL DE CANOAS .....	123
APÊNDICE 8: LISTA COM NOMES POPULARES DE ESPÉCIES ARBÓREAS E PLANTAS MEDICINAIS E ALGUNS USOS CITADOS PELOS MORADORES DURANTE AS ENTREVISTAS.....	126
<b>ANEXOS</b> .....	128
ANEXO 1: RECORTE DO DOCUMENTO ELABORADO PELOS CONSELHEIROS DO PETP, INTITULADO “RECOMENDAÇÕES DA CÂMARA TEMÁTICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO” .....	129
ANEXO 2: MAPA DE ÁREAS ESTRATÉGICAS DO PETP.....	132



## RESUMO

O crescimento acelerado dos grandes centros urbanos, associado ao crescimento do movimento ambientalista nas últimas décadas, vem impulsionando a migração de um número cada vez maior de pessoas de origem urbana a espaços rurais de significativo valor natural e paisagístico. Questionando a qualidade de vida e o modelo desenfreado de consumo dos recursos naturais observado nos grandes centros urbanos, eles buscam reinventar a sua relação com a natureza e disseminar idéias ambientalistas que tenham em vista uma nova maneira de o ser humano pensar a sua relação com a natureza. Entretanto observa-se que as propostas ambientalistas, apresentadas sob a perspectiva dos moradores de origem urbana ou de atores externos à localidade, chocam-se, muitas vezes, com a visão de mundo, os hábitos tradicionais e os valores culturais, próprios dos moradores de origem rural, gerando desconfiança e resistência às propostas ambientalistas trazidas pelos forasteiros. Evidencia-se assim, os conflitos e as contradições originadas dessa busca da sociedade urbana pelo “reencontro com a natureza”. A pesquisa foi realizada no município de Teresópolis-RJ, junto às comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha, situadas no entorno do Parque Estadual dos Três Picos, maior unidade de conservação administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente – Inea. A pesquisa teve como objetivo analisar, sob a perspectiva dos diferentes atores locais, a complexidade sociocultural que se forma na localidade a partir da chegada dos moradores de origem urbana, confrontando as diferentes visões de mundo e explicitando os desafios colocados ao trabalho de educação ambiental na localidade. Nesse contexto, o estudo das interações entre as pessoas de origem rural e urbana deixa clara a importância do trabalho de educação ambiental na promoção do diálogo entre os diversos atores locais, visando à superação dos conflitos e à implantação de um modelo de desenvolvimento local que, de fato, se contraponha ao insustentável modelo urbano-industrial. Esse tipo de trabalho torna-se também fundamental para a realização plena dos objetivos propostos com a criação do PETP, uma vez que cria as condições necessárias para a implantação da sua Zona de Amortecimento. Para a realização da pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa e utilizados métodos da observação participante, entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas, buscando assinalar a influência da maneira de pensar o espaço rural - e as suas relações com o urbano - na qualidade da relação sociedade/natureza.

**Palavras-chave:** relações entre o rural e o urbano, educação ambiental, desenvolvimento local, Parque Estadual dos Três Picos, Zona de Amortecimento.

## ABSTRACT

The fast expansion of urban centers associated with the environmental movement enlargement has generated a growing flow of migration from urban to rural areas, where significant natural landscapes are found. Dissatisfied with the conditions of life and with the model of uncontrolled consumption of natural resources observed in the big urban centers, they try to reinvent their relationship with nature and disseminate the environmental concepts, aiming at a new way of thinking the human relationship with nature. However, we observe that the environmental proposals presented under the perspective of the outsiders has been clashing itself with the world views, traditional habits and cultural values of the rural people, generating mistrust and showing up the conflicts and contradictions of this urban people's attempt to meet their "lost relationship with nature". This work was made in Teresópolis, Rio de Janeiro State, in the communities of Canoas, Prata dos Aredes and Varginha, on the nearside of the Parque Estadual dos Três Picos - PETP (Three Peaks State Park). The research's objective was to analyse, by the perspective of the different local players, the sociocultural complexity formed with the arrival of urban people at the local, confronting the different world views and setting out the challenges of a work with environmental education on these communities. At that context, the study of interactions between rural and urban people emphasizes the importance of the environmental education to improve the dialogue between the different local actors, aiming at to overcome the conflicts and to implement a model of local development actually different from the urban-industrial model. In the same way, this model becomes fundamental for the complete realization of PETP's goals, creating the conditions to consolidate its buffering zone. A qualitative perspective was adopted in this research. Participant observation, non structured and semi-structured interviews were the tools used in order to understand the relationship between nature and society, the way of thinking rural space is conceived and its interaction with the urban side.

**Keywords:** rural and urban relationships, environmental education, local development, Parque Estadual dos Três Picos, buffering zone.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 : Participação em reuniões e eventos durante a pesquisa.....	35
FIGURA 1: A localização do PETP no contexto da Serra do Mar.....	37
FIGURA 2: Localização das comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha no entorno do PETP.....	40
FOTO 1 : Perfil do manejo agrícola de hortaliças comumente praticado na região. ....	41
FIGURA 3: Imagem do Google Earth com a localização das comunidades estudadas em relação à mancha urbana de Teresópolis-RJ.....	42
FOTO 2: Modelo tradicional de ocupação no povoado da Lagoinha .....	81
FOTO 3: Cultivo de feijão em terreno rochoso, consorciado com bananeiras.....	82
FOTO 4: Cultivo agroecológico na descida para o Subaio .....	82
FOTO 5: “Festa nos Bairros”, promovida pela Secretaria de Cultura, em parceria com a Amacapav .....	84
FOTO 6: Encontro de produtores agroecológicos locais, em agosto de 2009. ....	85
FOTO 7: Cultivo de mudas de árvores nativas .....	85
FOTO 8: Produtor ensina a construção de composteira para o aproveitamento do lixo orgânico como adubo na horta .....	85
FOTO 9: Opções de banho de rio em Prata dos Aredes .....	89
FOTO 10: Moradores do Rio de Janeiro participam de uma vivência de agrofloresta em Vargem Grande, bairro vizinho de Canoas. ....	90
FOTO 11: Trilhas com mirantes para a região da baixada.....	90

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMASOB – Associação de Moradores e Amigos do Soberbo (em Liberdade-MG)  
AMACAPAV – Associação de Moradores e Amigos de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha  
APA – Área de Proteção Ambiental  
COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente  
CONAPAM - Conselho Consultivo da APA da Mantiqueira  
CREDS – Centro de Referência em Educação e Desenvolvimento Sustentável  
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IEF/MG – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais  
IEF/RJ – Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro  
INEA – Instituto Estadual do Ambiente (Rio de Janeiro)  
IPCC – Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Changes*)  
NEC/GEA-UFJF – Grupo de Educação Ambiental do Núcleo de Educação, Ciência, Matemática e Tecnologia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
ONG – Organização Não Governamental  
OP – Orçamento Participativo  
PARNASO – Parque Nacional da Serra dos Órgãos  
PDA – Projetos Demonstrativos Ambientais (Ministério do Meio Ambiente)  
PETP – Parque Estadual dos Três Picos  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
UC – Unidade de Conservação  
UN-HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

## INTRODUÇÃO

Diante da atual crise ecológica que assola o planeta, diversos setores da sociedade tem se mobilizado nas últimas décadas a pensar em alternativas de desenvolvimento das atividades humanas que considerem a escassez dos recursos naturais, os limites impostos pela biosfera ao consumo de combustíveis fósseis e a necessidade de compartilhar com uma camada maior da população mundial os benefícios e as riquezas geradas pelo atual modo de produção capitalista. Nesse contexto, um número cada vez maior de pessoas, habitantes das grandes cidades, passam a questionar o modelo desenfreado de consumo e degradação dos recursos naturais empregado para a manutenção dos sistemas urbano-industriais, e a buscar refúgio em áreas rurais, de significativo valor natural e paisagístico. Nesses locais, muitos passam a investir sua força de trabalho no ideal ambientalista de construir uma sociedade alternativa, em que as relações entre a sociedade e a natureza tenham como base valores ecológicos e comunitários.

Pesquisas realizadas previamente na região da Serra da Mantiqueira, no Sul de Minas Gerais, demonstram que a chegada dos moradores de origem urbana vem acompanhada de profundas transformações nas atividades tradicionalmente desenvolvidas nesses espaços rurais, originalmente voltadas para o desenvolvimento da pecuária e da agricultura. Em muitos casos, as pessoas de origem urbana buscam trazer para a localidade propostas inovadoras de desenvolvimento socioeconômico, aliado à conservação dos recursos naturais, e à uma nova maneira do ser humano pensar a sua relação com a natureza. Entretanto, muitas dessas propostas, ao se apresentarem sob a perspectiva dos moradores de origem urbana, ou de atores externos à localidade, acabam se chocando com a visão de mundo, com os hábitos tradicionais e com os valores culturais, próprios dos moradores de origem rural, causando, muitas vezes, desconfiança e resistência às propostas ambientalistas trazidas pelos forasteiros. É nesse momento que vem à tona os conflitos e as contradições originadas dessa busca da sociedade urbana pelo “reencontro com a natureza”.

A presente pesquisa foi realizada no município de Teresópolis-RJ, junto às comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha, situadas no entorno do Parque Estadual dos Três Picos, maior unidade de conservação administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente – Inea. Nesse contexto, o estudo das interações entre as pessoas de origem rural e urbana evidencia o papel do trabalho de educação ambiental na promoção do diálogo entre os diversos atores locais, visando à superação dos conflitos e à implantação de um modelo de

desenvolvimento local que, de fato, se contraponha ao insustentável modelo urbano-industrial. Esse tipo de trabalho torna-se também fundamental para a realização plena dos objetivos propostos com a criação do PETP, uma vez que cria as condições necessárias para a implantação da sua Zona de Amortecimento.

A pesquisa teve como objetivo analisar, sob a perspectiva dos diferentes atores locais, a complexidade sociocultural que se forma na localidade a partir da chegada dos moradores de origem urbana, confrontando as diferentes visões de mundo e explicitando os desafios colocados ao trabalho de educação ambiental na localidade. Este trabalho se preocupou também em apontar caminhos - por meio da educação ambiental transformadora - que favoreçam a integração das atividades humanas desenvolvidas no entorno do PETP com o trabalho de conservação da mata atlântica, ora em curso no âmbito estadual.

Para a coleta de dados foi adotada uma abordagem qualitativa que teve como base a aplicação do método da observação participante e a realização de entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas. Na primeira fase do trabalho, durante a participação em diversas atividades desenvolvidas por diferentes atores locais, foram identificados os informantes-chave, com os quais foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas. Durante todas essas atividades foi aplicado o método da observação participante e produzidas notas de campo, as quais foram expandidas posteriormente. As categorias priorizadas durante as entrevistas foram definidas a partir da organização e análise dos dados recolhidos durante essa etapa do trabalho. As entrevistas semi estruturadas possibilitaram a compreensão e a discussão acerca da organização sócio-espacial das comunidades no seu contexto municipal, buscando assinalar a influência da maneira de pensar o espaço rural - e as suas relações com o urbano - na qualidade da relação sociedade/natureza observada. O método da observação participante continuou sendo aplicado ao longo de todo o período de realização da pesquisa.

Esperamos que o presente estudo contribua para nortear a implementação de futuros programas de educação ambiental junto às comunidades do entorno do PETP e de outras unidades de conservação, que tenham em vista o caráter dialógico do processo educativo e o desenvolvimento de um pensamento crítico por parte dos atores envolvidos. Que estimulem a ação e reflexão transformadora da realidade e libertadora das relações de dominação impostas pelo atual modo de produção capitalista.

## **1 – A CRISE DA SOCIEDADE URBANO-INDUSTRIAL E O SURGIMENTO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA**

### **1.1. A conservação dos recursos naturais no contexto da crise econômico-ecológica mundial.**

A conservação dos recursos naturais deve ser colocada como tema central no contexto da atual crise econômico-ecológica vivida pela nossa sociedade. A exploração desmedida dos recursos naturais, que há séculos vem sendo empreendida pela civilização ocidental, intensificou-se durante a revolução industrial, ao longo dos séculos XVIII e XIX, e atingiu o seu ápice em meados do século XX. Foi quando a revolução tecnológica possibilitou um salto exponencial na lógica produtiva capitalista e levou à produção de bens cada vez mais variados e numerosos a serem disponibilizados no mercado consumidor, ou utilizados em pesquisas avançadas.

A crise ecológica coloca exatamente o problema dos limites: estamos num planeta finito, com capacidade limitada de produção de bens. Esse é um limite físico dos quais não podemos fugir, ainda que se pense em gastar grandes somas de matérias-primas raras e energia para levar adiante programas espaciais (DUARTE, 1983, p.20).

Durante todo esse tempo, vem prevalecendo a idéia de que a natureza existe para servir aos objetivos propostos pela sociedade moderna na construção do seu mundo “civilizado”, evoluído do ponto de vista cultural e tecnológico. Conforme atesta Porto-Gonçalves (2002, p.25): “a natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que consegue controlar e dominar a natureza”.

Quando falamos em exploração dos recursos naturais, remetemo-nos ao conceito de capital natural, definido em Odum e Barret (2007) como “os benefícios e serviços fornecidos às sociedades humanas pelos ecossistemas naturais”. Entendendo como ecossistemas naturais aqueles em que os componentes abióticos (água, dióxido de carbono, oxigênio, cálcio, nitrogênio, enxofre, sais de fósforo, ácidos húmmicos, aminoácidos, etc), interagem com os organismos vivos independentemente da ação humana. Esses ecossistemas naturais podem ser classificados como aquáticos (marinhos ou de água doce) ou terrestres (ODUM e BARRET, 2007, p.76). Por outro lado, os ecossistemas que são gerenciados pelos homens são

classificados como ecossistemas controlados, entrando aí os agroecossistemas, a silvicultura e a atividade agroflorestal, e os tecnocossistemas rurais e urbano-industriais. Nestes últimos, o fluxo de energia é elevado exponencialmente graças à utilização dos combustíveis fósseis (ODUM e BARRET, 2007, p.136).

A produção, obtenção e armazenamento de energia pelos organismos vivos assumem importância central na dinâmica dos ecossistemas. A energia flui no ecossistema, ao longo da cadeia alimentar, desde os organismos produtores (as plantas, que transformam a energia luminosa ou radiante em energia disponível, na forma de substâncias orgânicas<sup>1</sup>), passam pelos organismos consumidores - que obtêm essa energia diretamente das plantas ou aproveitam a energia armazenada em outros organismos - até os organismos decompositores ou detritívoros, que aproveitam os nutrientes ainda presentes na matéria orgânica em decomposição, assumindo um papel fundamental na reciclagem dos elementos químicos indispensáveis para a manutenção do sistema. Sendo assim, todos dentro do ecossistema estão buscando, de alguma forma, obter e armazenar energia suficiente para manter o funcionamento de suas estruturas e funções orgânicas, contribuindo também para a manutenção de todo o sistema.

Da mesma forma, ao explorar os recursos naturais, a população humana está, em última análise, incrementando formas de obtenção e armazenamento da energia utilizada na manutenção das estruturas e funções presentes nos seus ecossistemas controlados. Seja através da extração de madeira utilizada na fabricação de carvão, seja através da exploração dos combustíveis fósseis ou da utilização dos mananciais na construção de usinas hidrelétricas. Os tecnocossistemas representam as formas cada vez mais sofisticadas e intensivas de obtenção de energia a partir da modificação e do controle da natureza.

Até que haja uma crise, os humanos tendem a considerar normais os bens e serviços provenientes da natureza, pois assumimos que são ilimitados ou de alguma forma repostos por inovações tecnológicas, mesmo sabendo que necessidades vitais como oxigênio e água podem ser recicláveis, mas não substituíveis (ODUM E BARRET, 2007, p.02).

Em meados do século passado, os movimentos ecológicos se intensificaram e trouxeram à tona o debate acerca dos limites do processo de produção capitalista impostos pela limitação física da biosfera. A própria comunidade científica começou a alertar para a necessidade de

---

<sup>1</sup> Odum e Barret (2007,p.86) define a produtividade primária de um ecossistema como “a taxa a que a energia radiante (solar) é convertida em substâncias orgânicas pelas atividades fotossintéticas e quimiossintéticas dos organismos produtores”.



regular a exploração dos recursos naturais. Em 1972 é divulgado um relatório pelo Clube de Roma denominado “Limites do Crescimento”. O grupo, formado por profissionais de diversas áreas, demonstra matematicamente que, mantidos os níveis de exploração dos recursos materiais até então observados, o planeta atingiria o seu limite máximo de desenvolvimento em apenas 100 anos. Isso sem considerar que nas décadas subseqüentes ao relatório, os níveis de exploração não seriam apenas mantidos, mas fortemente intensificados (PARDO, 2002).

O relatório do clube de Roma é um exemplo dentre os diversos trabalhos que surgiram, ao longo das últimas décadas, nas diversas áreas das ciências e das artes, que apontam para a urgência de se repensar o modelo descontrolado de exploração dos recursos naturais para a produção e consumo de bens.

Neste processo de construção do conceito de sustentabilidade, o fundamental é que a sociedade, de modo geral, internalize esta idéia-força de inserção humana nos limites da biosfera e atue dentro da capacidade de regeneração e absorção da natureza (MERICCO, 2002, p.101).

Dentro de uma perspectiva ecológica, uma das críticas centrais que se faz à lógica vigente de produção e comercialização de bens é que os diversos serviços prestados pelos ecossistemas naturais - dentre eles o fornecimento de elementos vitais como ar e água, a provisão de matéria-prima, a regulação climática e biológica - não são incorporados no valor de troca dos bens produzidos. Isso é o que leva a uma subestimação do capital natural, que é tratado como gratuito e ilimitado.

É vital que o capital humano de mercado e o capital natural tenham interface e seja mantida a qualidade do ambiente se quisermos evitar a explosão global, pois o capital natural é desnecessariamente esgotado para produzir sempre mais produtos e serviços de mercado (ODUM E BARRET, 2007, p. 138).

É dentro dessa perspectiva que muitos autores defendem o desenvolvimento de metodologias de valoração do capital natural e sua inserção no cálculo do PIB de cada país, de maneira que o consumo dos recursos naturais seja mensurado de alguma forma e subtraído do valor total da produção anual de bens e serviços, levada à cabo pelos estados-nações.

Não estabelecer a distinção entre renda e consumo de capital natural acaba elevando artificialmente a renda nacional e, se este erro for repetido continuamente, pode-se gerar a exaustão dos recursos naturais e a degradação dos ecossistemas (desaparecendo o fator de complementaridade entre capital natural e capital manufaturado) sem que os indicadores econômicos demonstrem isso (MERICCO, 2002, p.61).

No nível ecológico, a preocupação com a apreciação do capital natural, nesse processo de construção do conceito de sustentabilidade, relaciona-se com a idéia de capacidade de suporte dos ecossistemas do planeta. Para Odum e Barret (2007), a capacidade de suporte de um ecossistema é atingida quando toda a energia disponível que entra é necessária para sustentar todas as estruturas e funções básicas (p.128).

Para exemplificar, os autores citam o estudo clássico de McCullough (1979) sobre a capacidade de suporte no mundo animal envolvendo uma manada de veados em Michigan. No experimento, seis animais foram colocados em um cercado de 500 hectares e em menos de dez anos a população de veados havia subido para 220 indivíduos. Quando ficou claro que essa manada estava prejudicando o ambiente com o sobrepastejo, a população foi reduzida, por meio da caça seletiva, para aproximadamente 115 indivíduos (ODUM e BARRET, 2007, p.129). Nesse caso, a capacidade de suporte é representada pelo número máximo de indivíduos possível de manter no cercado sem que haja um prejuízo para o ambiente e para a população, que pode ser impactada pela falta de alimentos e desenvolvimento de doenças.

No nível planetário, a capacidade de suporte é atingida quando toda a energia disponível nos ecossistemas do planeta for necessária para sustentar a função e a estrutura dos ecossistemas controlados pelo homem, em especial, os tecnoecossistemas urbano-industriais.

O desenvolvimento do conceito de sustentabilidade, atrelado à idéia da capacidade de suporte dos ecossistemas do planeta, deixa claro, portanto, a necessidade de disciplinar o uso dos recursos naturais diante dos limites impostos pela biosfera. O atual modelo, empregado pela sociedade urbano-industrial, de exploração desmedida dos serviços oferecidos pelos ecossistemas naturais, tem levado o planeta à exaustão dos seus recursos naturais disponíveis. Por um lado, através da exploração de jazidas, mananciais e reservas para a extração de matéria-prima (água, petróleo, minerais, madeira, etc) utilizada na produção de bens e, por outro, através da submissão da atividade produtiva do campo à demanda da cidade por alimentos e insumos necessários para a manutenção da gigantesca estrutura sustentada pelos centros urbanos. Estes que, além de tudo, expandem-se exponencial e desordenadamente os seus limites, pressionando cada vez mais os ecossistemas presentes no seu entorno.

Por sermos heterótrofos, que prosperam mais perto das cadeias alimentares e de energia, dependemos do ambiente natural, por mais sofisticada que seja nossa tecnologia. As cidades podem ser vistas como “parasitas” na biosfera se considerarmos o que já designamos como recursos de sustento à vida, a saber, ar, água, combustível e alimento. Quanto maiores e mais avançadas tecnologicamente, mais as cidades exigem do entorno rural e maior o perigo de danificar o capital natural (ODUM e BARRET, 2007, p.44).

Como agravante, temos ainda que os detritos gerados nos grandes tecnoecossistemas urbano-industriais, ao contrário do que acontece nos ecossistemas naturais, não são reincorporados no sistema, pois não são passíveis de serem reutilizados ou decompostos de forma natural. O resultado é a acumulação gigantesca de toneladas de lixo, produzidas diariamente, representando mais uma ameaça à integridade dos ecossistemas naturais, bem como aos recursos de sustento à vida.

Atualmente, o indicador mais evidente da demanda excessiva de energia gerada para sustentar os sistemas urbano-industriais, é o processo de aquecimento global provocado pela emissão de dióxido de carbono na atmosfera e outros gases de efeito estufa, como o metano e o óxido nitroso. A emissão de dióxido de carbono, maior responsável pelo aumento do efeito estufa na atmosfera, é originada principalmente da queima de combustíveis fósseis e da queima de biomassa, para produção de energia e para expansão das fronteiras agrícolas. De acordo com o relatório do Painel Intergovernamental Sobre Mudança Climática – IPCC, divulgado em fevereiro de 2007, os doze anos compreendidos entre 1995 e 2006 estão entre os onze anos mais quentes desde 1850, quando se tem os primeiros registros instrumentais da temperatura global<sup>2</sup>. Segundo o mesmo relatório, o processo de aquecimento no sistema climático global é evidenciado a partir das observações no aumento global do ar e das temperaturas dos oceanos, derretimento de gelo e neve em larga escala, e aumento global do nível dos oceanos (IPCC/ONU, p.05).

Evidentemente, os humanos, mais que qualquer outra espécie, tentam modificar o ambiente físico para suprir suas necessidades imediatas, mas, ao fazê-lo, estão cada vez mais míopes. Os componentes bióticos necessários para nossa existência fisiológica estão sendo destruídos, e o equilíbrio global está começando a ser perturbado e modificado – um processo tipicamente chamado mudança climática global (ODUM E BARRET, 2007, p.44).

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat, 2008), a população urbana mundial atingiu em 2008, o índice de 50% do total da população mundial, com mais de 3,3 bilhões de pessoas vivendo em áreas urbanas, com previsão de chegar a 5 bilhões em 2030. Isso significa dizer que o impacto sobre os ecossistemas mundiais crescerá em progressão geométrica nos próximos anos. No Brasil, a rede metropolitana cresceu de seis cidades maiores que 100 mil habitantes, para trinta e uma, entre os anos de 1920 e 1960. A população urbana salta de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5

---

<sup>2</sup> Índice obtido a partir da média de temperatura perto da superfície sobre o solo, e a temperatura da superfície do mar.

milhões em 1980, e ultrapassa os 100 milhões no começo da década 1990 (RIBEIRO, 2006, p.178-81).

[...] O Brasil alcança, desse modo, uma extraordinária vida urbana, inaugurando, provavelmente, um novo modo de ser das metrópoles. Dentro delas geram-se pressões tremendas, porque a população deixada ao abandono mantém sua cultura arcaica, mas muito integrada e criativa. Dificulta, porém, uma verdadeira modernização, porque nenhum governo se ocupa efetivamente da educação popular e da sanidade (RIBEIRO, 2006, p.184).

Se considerarmos que atualmente a principal fonte de energia que cria, mantém e remodela as formas, as estruturas e as funções das cidades, é a queima constante de combustíveis fósseis, poderemos prever que muito em breve extrapolaremos a capacidade de suporte da biosfera. Colocaremos em risco, dessa forma, a perpetuação, não só da espécie humana, como de todas as comunidades de seres vivos do planeta.

Tendo em vista um prognóstico que varia do ruim ao menos pior, coloca-se em cheque o atual modelo de desenvolvimento econômico mundial que, não se justificando do ponto ecológico, também não se justifica do ponto vista social, uma vez que a riqueza gerada a partir da degradação dos ecossistemas naturais e com a saturação da atmosfera com gases de efeito estufa, é desfrutada por uma pequena parcela da população mundial, enquanto a grande maioria permanece relegada à pobreza e à desnutrição.

A grande quantidade de dados científicos sobre o estado do ambiente no planeta sinaliza que a crise ambiental é a evidência de uma crise maior e mais profunda. Nessa perspectiva, o problema está na ordem social vigente, que para garantir um determinado estilo de vida para uns poucos, tem necessariamente que destruir aceleradamente a base material de sustentação da população e condenar a maioria à pobreza, quando não à indigência. Em outras palavras, é a sociedade que está em crise (QUINTAS in LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO (orgs.), 2009, p.37).

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005 (PNUD, 2005), encontramos que mais da metade do rendimento mundial (54%) é destinado a apenas 10% da população humana, enquanto os 40% mais pobres - que vivem com menos de dois dólares por dia - ficam com uma fatia de apenas 5% do rendimento mundial. O 1% mais rico da população mundial tem rendimentos anuais equivalentes aos dos 57% mais pobres. Na África subsaariana o número de pessoas em extrema pobreza aumentou de 242 milhões para 300 milhões nas últimas décadas (PNUD, 2002). Dessa forma, pode-se dizer que toda a pressão

humana sobre os ecossistemas mundiais, tem servido à manutenção de um dado “mundo civilizado”, à margem do qual encontra-se a maior parte da população humana.

Nesse “mundo civilizado” as pessoas desfrutam de todo o legado dos últimos séculos de desenvolvimento tecnológico da sociedade humana e têm a acesso à toda sorte de bens e serviços, desde os mais fundamentais até os excessivamente supérfluos, que têm o seu valor de uso suplantado pelo valor de troca, graças às ideologias criadas por vias publicitárias, fazendo com que as pessoas continuem estimuladas a consumir, independentemente das suas necessidades (ZACARIAS in LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO (orgs.), 2009).

Enquanto isso, aqueles menos favorecidos, que não podem ter acesso à esses bens, permanecem à margem dessa “sociedade de consumo”, que continua vendendo a ideia de que através da labuta incansável, um dia todos terão acesso a todos os bens que desejarem.

O que opera é um monstruoso sistema de comunicação de massa fazendo a cabeça das pessoas. Impondo-lhes padrões de consumo inatingíveis, desejabilidades inalcançáveis, aprofundando mais a marginalidade dessas populações e seu pendor à violência. Algo tem que ver a violência desencadeada nas ruas com o abandono dessa população entregue ao bombardeio de um rádio e de uma televisão social e moralmente irresponsáveis, para as quais é bom o que mais vende, refrigerantes ou sabonetes, sem se preocupar com o desarranjo mental e moral que provocam (RIBEIRO, 2006, p.190).

Esse processo perpetua o ciclo vicioso, promovendo crescentemente a acumulação do capital, que desemboca novamente na exploração continuada dos recursos naturais, para a produção de uma quantidade crescente de bens a ser disponibilizada à dita “sociedade de consumo”, existente no dado “mundo civilizado”, do qual participam uma minoria da população mundial.

## **1.2. A emergência do movimento ambientalista e a emigração urbana**

A despeito das “benesses” produzidas nos centros urbanos e desfrutadas por aqueles que têm poder aquisitivo para isso, o processo de urbanização descontrolada trouxe consequências adversas que vêm comprometendo a qualidade de vida nas grandes cidades: pobreza, miséria e violência urbana, congestionamentos e dificuldades de deslocamento, poluição visual e sonora, poluição da água e do ar, enchentes e desabamentos, competitividade, individualismo e comprometimento das relações interpessoais, etc.

A cada dia é possível observar evidências de que as relações entre a população humana e o ambiente físico não está correta: nas grandes cidades a poluição irrita nossos olhos, o crime afeta nosso comportamento diário, a prevalência de doenças crônicas aumenta e o distanciamento econômico entre as pessoas torna-se mais evidente. Populações rurais trabalham o dia todo para produzir alimentos destinados aos grandes centros urbanos sob condições de baixa remuneração e baixos níveis de saúde (MORÁN, 1990, p.28).

Diante de uma série de problemas observados nos grandes centros urbanos, um número cada vez maior de pessoas passou a questionar o modelo urbano-industrial de consumo desmedido dos recursos naturais para a produção de bens - utilizados por um número crescente de pessoas – e para a geração de riquezas cada vez mais concentradas nas mãos de poucos.

A contestação ecológica, hoje levada mundialmente, é uma percepção da crise global de nossa sociedade. Da mesma forma que o movimento operário coloca em cheque o autoritarismo, o movimento ecológico coloca em cheque as necessidades. O que é realmente necessário produzir para que se possa viver bem sem desperdícios e preservando o ambiente? (BRETAS in DUARTE (et al), 1983, p.82).

Conforme observara Lefebvre (1999), a preocupação com a natureza e os recursos naturais é fator central durante a fase crítica, onde se dá o processo de transição da sociedade industrial para a sociedade urbana, a qual, segundo o autor, vem romper com a superação da dicotomia entre cidade e campo e, arriscaríamos a dizer, entre cultura e natureza.

Na fase crítica, a natureza aparece no primeiro plano dos problemas. Associadas e concorrentes, a industrialização e a urbanização devastam a natureza. A água, a terra, o ar, a luz, os “elementos”, estão ameaçados de destruição (LEFEBVRE, 1999, p.36).

A linha espaço-temporal proposta pelo autor, começa a partir da sociedade agrária e evolui para a cidade política a partir da qual desdobra-se a cidade comercial. Acontece então uma mudança de orientação e o modo de vida agrário, que antes orientava as relações de produção, passa agora a ser subordinado ao modo de vida urbano. De acordo com Lefebvre (1999) isso acontece um pouco antes de se formar a cidade industrial, a partir da qual vislumbraríamos uma zona crítica dentro dessa linha espaço-temporal, onde acontece uma implosão-explosão da cidade advindo disso toda a problemática urbana que temos visto:

concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário em relação ao urbano:

(...) os camponeses virtualmente desapareceram; apenas persistem ilhotas de pobreza camponesa ao lado das ilhotas de pobreza urbana. Enquanto esse aspecto do processo global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando lugar a duvidosas excrescências: subúrbios, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de burgos urbanizados (LEFEBVRE, 1999, p.17).

Essa fase da zona crítica seria precursora da sociedade urbana, que se consumaria durante o processo ainda em andamento de superação da sociedade industrial. Nessa fase, encontramos também a problemática da natureza, que se coloca como um drama a ser superado, como uma equação a ser resolvida pela sociedade durante essa fase de transformação.

À medida que a sociedade urbana se consolida, os elementos contraditórios - herdados das sociedades industrial e agrária - que impedem a expressão plena do urbano, são confrontados e levados a se reencontrarem e a se rearranjarem no espaço, produzindo uma relação transformada da cultura/sociedade com/na natureza:

Como forma que trans-forma, o urbano des-estrutura e re-estrututa seus elementos, as mensagens e códigos egressos do industrial e do agrário [...] a natureza, o desejo, o que se chama de cultura, rearranjam-se e se reúnem na sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999, p.158).

“O caráter da mudança das relações entre a sociedade e a natureza se reflete nas relações entre cidade e campo” (PINTO et al,2008, p.26). Nesse processo, o urbano, como sugere Lefebvre, extrapola os limites da cidade e envolve o campo e a natureza no seu processo contínuo de transformação e recriação das relações sócio-espaciais.

A década de 1970 é marcada pelo crescimento dos movimentos ambientalistas e das propostas de vida em “comunidades alternativas” onde seria possível construir uma vida “mais próxima à natureza”, menos voltada para o consumismo e o individualismo, e mais voltada para as trocas solidárias e os valores comunitários.

O homem, voltando seu olhar para o passado e refletindo sobre diferentes marcos caóticos deixados em sua passagem ao longo do tempo, como a guerra, a depredação do meio ambiente, a fome e a miséria generalizada, volta agora a se questionar sobre a vida comunitária e o espírito de solidariedade que nela se afigura, percebendo o quanto ela pode oferecer saídas para as diferentes crises por ele provocadas, inclusive as mais graves, como é o caso da crise de valores (CARVALHO, 2002, p.78) .

O movimento ambientalista emerge a partir de um anseio surgido no espaço urbano pela melhoria da qualidade de vida ameaçada pela degradação ambiental imposta pelo modelo de crescimento desordenado da sociedade urbano-industrial.

O movimento ecologista é um movimento urbano. Nossa tarefa urgente, enquanto ecologistas é, portanto, inverter a tendência que destrói as cidades e os campos, deixando-os inabitáveis, tanto uns quanto os outros. Mas, sobretudo, reinventá-los, torná-los novamente tão humanos quanto possível. Essa é a questão que encabeça nossa política (MOSCOVICI, 2007, p.33).

Movido por essa busca de reinventar a relação da sociedade com a natureza, uma parcela significativa do movimento ambientalista se volta para os espaços rurais procurando concretizar neles as transformações almejadas. A natureza passa a ser idealizada como o bem mais precioso do ser humano, e que deve ser preservado a todo custo, já que nas grandes cidades ele já foi praticamente extinto. Um movimento que se aproxima do bucolismo romântico que prevaleceu no mundo ocidental entre os séculos XVIII e XIX, como uma reação aos problemas surgidos com o crescimento dos centros urbanos em meio à revolução industrial, despertando, em um número cada vez maior de pessoas, uma certa ânsia por reviver o mito do paraíso perdido (DIEGUES, 2002).

No Brasil, essa valorização constante dos espaços naturais e de forte apelo paisagístico impulsionou, nas últimas, décadas a criação de diversas unidades de conservação no país e o deslocamento crescente da classe média urbana a ambientes naturais, provocando em diversas localidades, mudanças profundas no mundo rural. Até a década de 1960 haviam sido criadas apenas seis unidades de conservação no Brasil. Entre as décadas de 1960 e 1990 foram criadas 78 unidades de conservação, 58 delas apenas na década de 1980 (DIEGUES, 2002).

Sob a perspectiva da população local, a criação de uma unidade de conservação se coloca como um dos vetores de força externa que converge sobre a localidade e entra em disputa pelo território. Nesse caso, buscando fazer valer as restrições de uso e ocupação de solo, previstas na legislação ambiental. A população rural então, que outrora habitava a região, assiste estarecida a dominação do seu território, de um lado pelas forças do mercado



imobiliário, que modelam o espaço para atender a demanda crescente dos moradores urbanos, que anseiam pela vida “junto da natureza”; e de outro, pelas políticas ambientais que, numa tentativa desesperada de salvaguardar os últimos fragmentos florestais existentes, definem áreas legalmente protegidas, na maior parte dos casos impedindo o uso direto do solo no seu interior, e impondo uma série de restrições à ocupação do seu entorno.

[...] as questões ambientais produzem uma espécie de requalificação do território por suas funções ecológicas, e também uma requalificação do local como lugar de intervenção ou gestão do meio ambiente. O espaço qualificado ecologicamente se transforma em um lugar onde se instala um enfrentamento entre os usos locais que podem estar ligados à tradição da cultura ou mesmo interesses econômicos, e os interesses exógenos, universais ou globais (FERREIRA in SECRETO, CARNEIRO e BRUNO (Orgs.), 2008, p.84).

A insurgência dos valores urbanos sobre os espaços naturais, acaba por impor uma nova lógica produtiva no mundo rural, modificando os padrões de uso e ocupação do solo observados tradicionalmente. De um lado pelas restrições impostas pelos órgãos ambientais e de outro, pelo desenvolvimento de atividades econômicas, voltadas principalmente ao atendimento da demanda turística crescente.

O cotidiano tenso e intenso do urbano produz necessidades que aumentam a procura por realidades adversas em busca de um outro tempo menos racional e mecânico e mais atrelado à lógica natural. O tempo natural transforma-se, dessa forma, em mercadoria, sendo vendido àqueles que buscam sair momentaneamente da lógica mecânica vivida no cotidiano urbano (BAGLI in SPOSITO e WHITACKER (Orgs.), 2006, p.85).

A contradição se dá quando o próprio movimento inaugurado pelos forasteiros urbanos de “retorno ao natural” submete o território à lógica do mercado imobiliário, que rapidamente inicia um processo de colonização, o qual (se não for enfrentado pela população local) promove uma transformação radical na mesma paisagem bucólica e natural perseguida originalmente pelos moradores de origem urbana.

### **1.3. Contradições entre o rural e o urbano na Serra da Mantiqueira**

A região da Serra da Mantiqueira, por suas características naturais marcantes, e por estar situada de forma equidistante dos principais centros urbanos do país (entre os estados de

Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), se coloca como exemplo emblemático desse processo de colonização de áreas rurais por uma população de origem urbana. População essa que, abandonando a dinâmica de trabalho e reprodução social próprias da cidade, busca se estabelecer no campo, desenvolvendo e adequando suas atividades produtivas a uma nova realidade espaço-temporal, mais próxima da vida rural e dos ambientes naturais.

A partir da década de 1970, começa na região um processo de decadência do trabalho tradicionalmente realizado no campo, baseado na produção de grãos (principalmente milho e feijão), e na pecuária leiteira. O asfaltamento da BR 267, em 1975, ligando o município de Caxambu a Juiz de Fora, possibilita o acesso de gêneros alimentícios vindos de outras regiões, fazendo com que alguns municípios passassem a demandar menos da produção de suas zonas rurais. Com os preços dos produtos agrícolas em queda e com o aumento pela demanda de terras na região, diversos proprietários começaram a vender suas terras para as pessoas de origem urbana, que se interessavam muito mais em deixar as matas e capoeiras crescer do que desenvolver atividades produtivas que demandassem um trabalho direto com a terra. Soma-se a isso o acirramento da fiscalização ambiental, principalmente a partir do final da década de 1980, que começa a impor limites para as áreas destinadas às atividades agrícolas e pecuárias, para vermos a transformação das antigas relações com o trabalho e com a terra na região (FUNDAÇÃO MATUTU/SEBRAE, 2005).

Com idéias mais voltadas para a preservação da natureza e possuindo meios de obter renda através de atividades desenvolvidas fora daquele espaço, os forasteiros começam a oferecer outras oportunidades de trabalho para os moradores nativos da região. Muitos passaram a se empregar em sítios e em estabelecimentos comerciais como, lojas, pousadas e restaurantes.

A partir do que foi observado durante pesquisas de campo na região do Sul de Minas e na região Serrana do Rio de Janeiro<sup>3</sup>, o ciclo de colonização dos espaços rurais por pessoas de origem urbana inicia-se comumente com a visita turística a locais marcados por seus atrativos naturais. Alguns desses visitantes se encantam pelo lugar e começam a adquirir terrenos, onde estabelecem casas de veraneio. Em alguns anos, parte desses veranistas transfere-se definitivamente para o campo, investindo em atividades ligadas ao turismo ou buscando outras formas de conciliar a vida no campo com alguma atividade rentável nos centros urbanos, muitas vezes contando com os recursos oferecidos pela internet. Muitos

---

<sup>3</sup> As pesquisas de campo no Sul de Minas começaram a ser realizadas em 2006 durante a elaboração da monografia de conclusão de curso de Turismo, elaborada pelo autor e intitulada “Gestão participativa em unidades de conservação, turismo com base local e educação ambiental no desenvolvimento comunitário do Vale do Matutu-MG (DOMINGUES, 2007)”

contam ainda com a aposentadoria garantida após uma vida de trabalho realizado nos centros urbanos.

Uma parte desses emigrantes urbanos é constituída por ambientalistas com ideais de vida comunitária que buscam reconstruir o padrão de interação entre a sociedade e a natureza, através da introdução de um modelo sustentável de uso e ocupação do solo, tendo em vista a maior eficiência energética dos estabelecimentos rurais, bem como a otimização dos recursos naturais disponíveis. Entre a ampla gama de soluções tecnológicas levadas a cabo por esses novos moradores dos espaços rurais, é comum observar: implantação de fossas sépticas para tratamento dos efluentes domésticos; aproveitamento de resíduos orgânicos para geração de energia, por meio de sistemas biodigestores; produção de composto orgânico utilizado como adubo; implantação de técnicas de bioconstrução, utilizando material de baixo impacto; implantação de painéis solares e pequenos moinhos para geração de energia alternativa; manejo e reaproveitamento do lixo. No tocante ao cultivo da terra, observa-se o resgate das práticas agroecológicas tradicionais, associado à introdução de técnicas inovadoras de cultivo agroflorestal.

É comum também a criação de ONGs, através das quais são captados recursos para o desenvolvimento de projetos educativos voltados para a formação de uma cultura ambientalista local e para a criação de alternativas de obtenção de renda no meio rural que estejam em consonância com a proposta ecológica de uso e ocupação do solo trazida pelos forasteiros.

No município de Liberdade-MG, na região da Serra da Mantiqueira, durante pesquisas realizadas pelo Grupo de Educação Ambiental do Núcleo de Educação em Ciência, Matemática e Tecnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora – NEC/GEA-UFJF, a fim de realizar um relatório prévio para a implantação de uma nova unidade de conservação na região<sup>4</sup>, alguns moradores da comunidade rural de Quirinos lamentavam a extinção do trabalho na roça, advinda da divisão das antigas fazendas e da venda de terras para veranistas que, como visto anteriormente, se interessavam mais por áreas com matas e cachoeiras, do que por áreas de roça e pasto. No caso dos moradores dessa localidade, o que se observa é um processo de diminuição das atividades agrícolas, a perda da oportunidade de trabalho e uma dependência maior em relação à cidade.

Sob a perspectiva da conservação dos recursos naturais, porém, a diminuição das atividades agropecuárias é vista de forma positiva, uma vez que possibilitou o processo de

---

<sup>4</sup> Trabalho encomendado pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais- IEF/MG, entregue em novembro de 2009.

regeneração da mata em uma área passível de ser integrada à zona de amortecimento de um futuro parque estadual.

Na localidade do Soberbo (ainda no município de Liberdade), a equipe do GEA/UFJF fez contato com a associação Terra Una, ONG constituída há três anos com o objetivo de dar suporte ao projeto de formação de uma ecovila, voltada para o desenvolvimento de tecnologias de ocupação e uso do solo que gerem um baixo impacto ambiental e garantam a proteção dos recursos hídricos, a recuperação do solo e áreas degradadas, e a preservação das áreas de mata, que ocupam atualmente cerca da metade da propriedade.

Foram tomadas diversas medidas visando esse objetivo: controle dos efluentes, através da implantação de banheiros secos e biodigestores; plantio consorciado de cereais com outras leguminosas, como guandu e feijão de porco, para recuperação do solo; plantio de espécies arbóreas nativas e árvores frutíferas em algumas áreas onde está sendo feito um trabalho de reflorestamento em sistemas agroflorestais; utilização de tijolos de adobe na construção, evitando-se a utilização do cimento; utilização de composto orgânico na plantação, evitando os adubos químicos. Com o objetivo de proteger os animais silvestres, não é permitida também a criação de animais domésticos.

A associação é composta por 19 membros, a maioria com origem na cidade do Rio de Janeiro. Entre as profissões incluem biólogos, agrônomo, arquiteto, gestores ambientais (4 pessoas), educadores ambientais, professores de ensino médio e fundamental, economista, advogado, produtores culturais, designers, artistas e terapeutas, etc. Atualmente existem quatro pessoas vivendo integralmente na propriedade. O tempo de permanência dos outros membros é bastante variado, podendo durar alguns dias ou algumas semanas. Pelo menos duas vezes ao ano acontecem reuniões de avaliação e planejamento das atividades da ecovila.

O espaço é mantido pelos seus membros que pretendem fazer com que a associação se sustente economicamente através do trabalho educacional (direcionados para a apresentação de novas formas de relação do homem com a natureza), e dos projetos na área sócio-ambiental, a serem desenvolvidos pela instituição. A atividade agrícola é toda orientada para a subsistência dos moradores, não havendo produção para fins comerciais.

De acordo com os integrantes da ong, existem duas principais frentes de trabalho: uma voltada para atender ao público externo, vindo principalmente das grandes cidades; e outra junto aos moradores da região.

Com relação ao público externo, o espaço já recebe grupos, principalmente em períodos de feriados, que variam entre 20 e 30 pessoas. Durante o período de permanência os visitantes se envolvem nas atividades comunitárias, tendo a oportunidade de participar de trabalhos

variados desenvolvido no espaço. Existe um grupo de trabalho responsável pela acolhida das pessoas que recebem instruções de como se comportar no espaço, principalmente com relação ao material trazido e ao lixo gerado.

Quanto aos moradores da região, existe um trabalho realizado junto à associação de moradores do soberbo (AMASOB) no sentido de revitalizá-la, estimulando a articulação e discussão local dos problemas surgidos. A idéia é desenvolver ações de conscientização e propostas práticas para proteção das matas, recuperação do solo e controle dos Efluentes.

Além desses trabalhos, a associação Terra Una realiza um trabalho junto ao CONAPAM – Conselho Consultivo da APA da Mantiqueira e ao Comitê de Gestão Integrada da Bacia do Alto Rio Grande. Entre outras discussões, existe a proposta de criar um núcleo de formação em permacultura no âmbito da APA da Mantiqueira, e um projeto proposto para o município de Bocaina-MG, relacionado à proteção da nascente do Rio Grande, através da criação de estações de tratamento de efluentes.

Observa-se dessa forma a complexidade desse movimento, nascido nos grandes centros urbanos, de revalorização e ressignificação dos ambientes naturais, fruto de uma reação, consciente ou não, ao modelo degradante, desordenado e excludente de crescimento das metrópoles e de reprodução da sociedade urbano-industrial. As transformações impostas pelos emigrantes urbanos - que quase sempre se chocam com os interesses dos moradores de origem rural, causando uma série de tensões e conflitos – ora reproduzem no campo os valores e os hábitos urbanos responsáveis pela degradação da cultura e do ambiente; ora contribuem para a construção de um novo modelo de sociedade, onde as diferentes culturas se dialogam e buscam, de forma conjunta, alternativas de reprodução da vida humana que tenham uma perspectiva ecológica de interação entre o ser humano e a natureza.

#### **1.4. A construção de uma nova lógica de desenvolvimento**

Para que de fato haja um contraponto ao modelo de desenvolvimento excludente e degradante colocado, torna-se imprescindível que os moradores de origem urbana contribuam para a promoção do desenvolvimento local<sup>5</sup>, o qual prevê a integração das potencialidades

---

<sup>5</sup> Rodrigues (in SEABRA, 2007, p.20) traz um conceito de desenvolvimento local como o “processo de crescimento e transformação estrutural que, mediante a utilização de um potencial de desenvolvimento existente no território, conduz a uma melhor do bem-estar da população local e ou regional.”

locais e o diálogo entre as diferentes culturas e visões de mundo presentes, em prol da satisfação das necessidades coletivas, apoiadas na promoção da cidadania, na reprodução dos valores culturais e simbólicos locais, e na conservação dos ecossistemas presentes, garantindo a todos o direito de um ambiente sadio e equilibrado.

Afirmar que uma comunidade segue rumo ao desenvolvimento comunitário, é afirmar que as pessoas que a constituem, as interações que promovem, a cultura que produzem, os meios econômicos que dispõem, e o meio ambiente do qual fazem parte, encontram-se em processo de desenvolvimento, o que representa um movimento de avançar rumo a uma melhoria da qualidade de vida comunitária em todos os níveis (CARVALHO, 2002, p.141).

Em meio a todas as correlações de forças atuantes na localidade, torna-se fundamental o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que favoreça a criação de canais de diálogo entre os diferentes atores locais. Trabalho esse que, incluindo moradores de origem urbana e rural, busque a superação das diferenças socioculturais colocadas, em prol da convergência dos diferentes vetores de transformação sócio-espacial no sentido de atender aos interesses locais.

Esta mudança de percepção, que se dá na problematização de uma realidade concreta, no entrechoque de suas contradições, implica um novo enfrentamento do homem com sua realidade. Implica ad-mirá-la em sua totalidade: vê-la de “dentro” e, desse “interior” separá-la em suas partes e voltar a ad-mirá-la, ganhando assim uma visão mais crítica e profunda da sua situação na realidade que não condiciona (FREIRE, 1979, p.60).

O papel da educação ambiental, tomada sob uma perspectiva crítica, se insere no meio desse campo de forças, buscando, pela via dialógica, desvendar as ideologias e intencionalidades subjacentes aos grupos dominantes que atuam na localidade e que buscam se apropriar do território para satisfazer os seus interesses, sejam eles econômicos ou ecológicos. É essa percepção crítica da realidade que torna os sujeitos capacitados à ação transformadora da sua realidade, em prol de um equilíbrio maior nas relações sociais e ambientais:

Sendo essencialmente uma ação política, a educação ambiental é um processo de apropriação crítica de conhecimentos, atitudes e valores políticos, sociais e históricos que implicam em construir, eivado de participação, um processo de construção pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem (TOZONI-REIS, 2007, p.134).

Tendo em vista a problemática tratada no presente trabalho, a difícil tarefa dos sujeitos locais, é, mediados pela educação ambiental, contribuir para a formação de uma identidade comunitária que: dê conta da complexidade sócio-espacial e sócio-cultural forjadas em meio às interações entre o rural e o urbano; e favoreça a formação de uma base local, a partir da qual seja possível construir um modelo de desenvolvimento que priorize a qualidade das relações, que se dão no ambiente, entre os seres humanos e, entre estes e os ecossistemas naturais.

Diante dessa problemática colocada, nos próximos capítulos será apresentada uma análise dessas relações estabelecidas entre o rural e o urbano em três comunidades da região serrana do Rio de Janeiro, situadas no entorno do Parque Estadual dos Três Picos. Buscamos ao final, discutir a forma pela qual o trabalho de educação ambiental pode ser desenvolvido na localidade, a fim de favorecer o desenvolvimento local, bem como a gestão participativa e integrada da unidade de conservação em questão.

## **2 – CONFLITOS E CONTRADIÇÕES NAS RELAÇÕES ENTRE O RURAL E O URBANO: ESTUDO DE CASO NAS COMUNIDADES DE PRATA DOS AREDES, CANOAS E VARGINHA**

### **2.1. Metodologia Empregada**

As comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha, no município de Teresópolis-RJ, mostraram-se relevantes e de especial interesse para a realização do presente estudo, pois além de se observar na localidade uma complexa interação entre o rural e o urbano e entre atores de diferentes origens, essas comunidades estão situadas no entorno imediato do Parque Estadual dos Três Picos- PETP, em uma área considerada estratégica para a consolidação de uma política participativa de gestão da unidade de conservação, o que torna-se fundamental para a consolidação da Zona de Amortecimento do parque e para a inclusão social das comunidades presentes no entorno da uc.

Nesse contexto, a promoção da participação social constitui um importante desafio para a gestão de parques, para que essa seja conduzida de maneira a viabilizar a explicitação de conflitos, estabelecidos em decorrência da institucionalização da área protegida (BOTELHO, 2009,p.15).

A localidade se destaca entre as comunidades do entorno do PETP, em função de uma ampla gama de iniciativas promovidas pelas instituições locais no intuito de, por um lado, representar as comunidades envolvidas no âmbito das instâncias de participação popular que envolvem a administração do parque e o governo municipal, e por outro, trabalhar nessas comunidades os conceitos ligados à preservação ambiental, buscando uma conscientização dos moradores em relação à importância de se manter os ecossistemas preservados. No entanto, quando aprofundamos na análise, alguns conflitos socioculturais emergem em meio a essas iniciativas, promovidas principalmente por moradores de origem urbana. Revela-se então a necessidade de se ampliar os canais de diálogo entre os diferentes atores sociais, para que seja possível realizar um trabalho de educação ambiental que considere não somente a perspectiva dos moradores de origem urbana, mas que leve em conta também o contexto histórico e social no qual estão inseridos os moradores de origem rural.



Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a complexidade sociocultural que se estabelece na localidade a partir da chegada dos moradores de origem urbana na localidade, explicitando os conflitos e contradições advindos dessas relações estabelecidas entre o rural e o urbano e os desafios que se colocam ao trabalho de educação ambiental nesse contexto. Ao final do trabalho, buscou-se propor algumas diretrizes para a realização de um trabalho de educação ambiental local com base nas questões apresentadas pelos próprios moradores da localidade, tendo como premissa o caráter dialógico do processo educativo, fugindo da lógica ingênua de que um determinado grupo está ali para “educar” ou “capacitar” o outro.

Não há, portanto, na teoria dialógica da ação, um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado. Em lugar disto, há sujeitos que se encontram para a *pronúncia* do mundo, para a sua transformação (FREIRE, 1977, p.196).

As três comunidades (Canoas, Prata dos Aredes e Varginha) foram estudadas de forma conjunta devido à dificuldade encontrada de tomar alguma delas separadamente, tendo em vista a unidade política que apresentam – a própria associação de moradores é chamada de Amacapav: Associação de Moradores e Amigos de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha – os laços socioculturais que as unem e as questões de ordem prática, como a linha única de ônibus que atende à localidade, que foram determinantes para que entre as três comunidades fosse construída uma única realidade local. Observa-se, contudo, que cada uma dessas comunidades possui algumas características próprias, sociais e geográficas, que nos permite diferenciar uma das outras. Dessa forma, no presente trabalho, quando falamos em “localidade”, estamos nos referindo a essa realidade espacial que abrange as três comunidades juntas, e quando falamos em “comunidade”, nos referimos separadamente a Canoas, Prata dos Aredes ou Varginha.

Para possibilitar um maior entendimento da realidade observada e dos elementos que atuam na transformação do espaço, a pesquisa qualitativa foi adotada, de forma a garantir uma aproximação concreta e histórica com o objeto em estudo (TOZONI-REIS, 2007).

A pesquisa foi realizada entre os anos de 2008 e 2009, e contou com duas fases distintas. No primeiro ano, o trabalho foi realizado em contato constante com os moradores, onde foi adotada principalmente a metodologia da observação participante, em que o pesquisador busca, a partir da convivência e da participação direta nas atividades realizadas, uma compreensão maior acerca das questões que emergem naturalmente no cotidiano da comunidade.

Quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação da sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela (FREIRE, 1977, p.116).

Esse método prevê a realização de entrevistas não-estruturadas, na qual o pesquisador registra em seu caderno de campo os elementos, relacionados à sua investigação, que vão surgindo a partir de diálogos informais realizados com os moradores da comunidade, em meio às suas atividades diárias. Durante essa etapa da pesquisa foram identificados os informantes-chave, com os quais foram realizadas posteriormente entrevistas semi-estruturadas. Nesse tipo de entrevista, o pesquisador elabora um roteiro de temas a serem abordadas durante a conversa, não estabelecendo, contudo, questões fechadas, nem uma ordem rígida em que esses temas devem aparecer ao longo da entrevista.

Durante o segundo ano, o trabalho foi realizado com um olhar mais distanciado, com o pesquisador fixando sua residência na cidade de Teresópolis. Apesar do método da observação participante ter continuado de forma esporádica, a convivência diária com a comunidade deixou de ocorrer como anteriormente. Nesse período foram organizadas as entrevistas semi-estruturadas com os informantes-chave identificados. Durante as entrevistas, agendadas previamente com os moradores, foi possível aprofundar a análise das questões emergidas durante a primeira fase do trabalho, obtendo-se depoimentos direcionados para o alcance dos objetivos da pesquisa.

As notas de campo produzidas durante a fase da observação participante foram posteriormente expandidas e analisadas, separando-as de acordo com os temas surgidos: histórico de vida, trabalho no local, relação com a cidade, relação com a comunidade, mudanças percebidas, percepção do PETP e da questão ambiental, e relação com as instituições locais. A identificação dos informantes-chave obedeceu a critérios variados: lideranças, empreendedores, moradores mais antigos, jovens atuantes nas instituições locais, produtores rurais ainda existentes na localidade, moradores em situação de conflito com o PETP, ambientalistas, moradores recém-chegados, moradores que saíram recentemente da localidade, proprietários de terras, etc.

As entrevistas semi-estruturadas foram organizadas, visando à compreensão e à discussão acerca da organização sócio-espacial da comunidade no seu contexto municipal, buscando assinalar a influência da maneira de pensar o espaço rural - e as suas relações com o urbano - na qualidade da relação sociedade/natureza observada.

Durante as entrevistas, buscou-se abordar os temas identificados durante a fase da observação participante, começando com a apresentação da pesquisa e seus objetivos ao interlocutor, que passa em seguida a falar do seu histórico de vida e de como foi sendo estabelecida a sua relação com o lugar. A partir dessa narrativa as outras questões foram surgindo e sendo discutidas. As entrevistas foram gravadas, utilizando um gravador digital, obtendo-se uma média de 80 minutos de gravação por cada entrevista, que foram posteriormente transcritos na íntegra.

Ao todo foram realizadas 22 entrevistas, sendo 13 entrevistas com moradores de origem urbana e 9 entrevistas com moradores de origem rural (Apêndice 6). Os primeiros aparecem em maior número nas entrevistas por estarem mais envolvidos com atividades ambientalistas levadas a cabo pelas diferentes instituições atuantes na localidade, estimulando as discussões que se relacionam diretamente com os objetivos dessa pesquisa. O material transcrito foi classificado em três categorias: moradores de origem urbana, moradores de origem rural e jovens. A categoria jovens se destacou das outras porque nesses depoimentos (tanto nos de origem urbana, quanto nos de origem rural) foi possível identificar uma transição mais acentuada entre o rural e o urbano e também um conflito maior no convívio com as duas realidades.

O material de cada categoria foi separado então pelos temas citados acima, acrescidos de outros que ganharam importância durante o depoimento dos moradores, como: relação com o turismo, conscientização e educação ambiental, e agricultura tradicional x agroecologia. Cada categoria foi analisada separadamente e depois confrontada com as outras no momento da construção do texto. Esse trabalho permitiu uma visão ampla de diferentes pontos de vista sobre o mesmo tema, sendo possível observar as diferenças existentes dentro e entre as diferentes categorias analisadas.

Os textos que compõem os capítulos 2 e 3, foram construídos a partir da análise dos depoimentos de cada morador. Os dados específicos das três comunidades estudadas constituem-se, na sua quase totalidade, de dados primários obtidos a partir dos relatos dos moradores, tendo em vista a escassez de dados da localidade disponíveis em publicações, documentos, ou outras fontes de dados secundários.

Durante todo o período de realização do trabalho, o pesquisador participou ativamente de diversos eventos locais e regionais que se relacionavam com a questão local investigada, contribuindo para as discussões realizadas: no âmbito local, junto à associação de moradores; no âmbito municipal, junto à secretaria de meio ambiente; e no âmbito estadual, junto ao Conselho Consultivo do Parque Estadual dos Três Picos. Junto ao conselho do parque, o

pesquisador contribuiu com os trabalhos realizados pela Câmara Técnica de Revisão do Plano de Manejo do parque e da Câmara Técnica de Educação Ambiental. A tabela abaixo lista os principais eventos que contaram com a presença do pesquisador, durante o período de realização do trabalho:

**Quadro 1- Participação em reuniões e eventos durante a pesquisa**

<b>Data</b>	<b>Evento</b>	<b>Local</b>	<b>Pauta</b>
05/05/08	Reunião do Conselho do PETP	Sede do Parque, em Cachoeiras de Macacu	Reestruturação do conselho
06/05/08	Reunião dos empreendedores locais	Espaço Compartilharte	Avaliação da festa realizada em abril e mobilização de outros empreendedores
12/06/08	Reunião do Conselho do PETP	Sede do Parque	Esclarecimentos sobre o processo de elaboração do Plano de Manejo do parque
14/06/08	Reunião da Amacapav	Escola de Canoas	Eleição da diretoria da Amacapav
09/08/08	Festa anos 70, promovida pela Amacapav	Escola da Prata dos Aredes	Informes sobre as atividades realizadas pela Amacapav junto à prefeitura e ao Conselho do PETP
09/09/08	Reunião da Câmara Técnica de Revisão do Plano de Manejo do PETP	Nova Friburgo	Avaliação do Plano de Manejo e estruturação de um documento a ser apresentado ao conselho
03/04/09	Reunião da Amacapav	Trevo entre Canoas e Prata dos Aredes	Apresentação das metas do Orçamento Participativo Municipal
08/04/09	Palestra do Diretor de Áreas Protegidas do Inea, André Ilha	Auditório da prefeitura	Criação, implantação e gestão de unidades de conservação
17/06/09	Palestra do Técnico do Icmbio, Breno Coelho	Auditório da prefeitura	Gestão de Mosaicos de unidades de conservação
19/06/09		Trevo entre Canoas	Apresentação dos

	Reunião da Amacapav	e Prata dos Aredes	pontos priorizados pela comunidade no Orçamento Participativo
23/06/09	Plenária do Orçamento Participativo	Bairro Fonte Santa	Votação das demandas apresentadas pelos bairros daquela região (que inclui as comunidades estudadas)
01/07/09	Reunião do Comdema	Auditório Municipal	Votação do regimento interno do Comdema
29/09/09	Reunião do Conselho do PETP	Sede da Estação Ecológica Estadual do Paraíso, em Guapimirim-RJ	Proposta de incorporação da ESEC ao PETP
24/10/09	Reunião da Amacapav	Trevo entre Canoas e Prata dos Aredes	Mobilização de abaixo-assinado, reivindicando o conserto do microônibus que atende aos alunos da localidade
30/11/09	Reunião do Comdema	Auditório da Secretaria de Educação	Proposta de soluções sustentáveis para o saneamento municipal
01/12/09	Reunião do Conselho do PETP	Núcleo de Salinas, em Nova Friburgo-RJ	Informes gerais e discussão de um programa de educação ambiental no entorno do PETP
10/12/09	Audiência Pública Municipal	Auditório da Secretaria de Educação	Apresentação dos trabalhos realizados em 2009 das secretarias de meio ambiente, planejamento, obras e serviços públicos, e segurança

## 2.2. Contextualização geográfica

O município de Teresópolis-RJ, possui cerca 150.268 habitantes (Censo 2007), com sua economia girando em torno principalmente da agricultura, do comércio e do turismo. O município situa-se na Região Serrana do Rio de Janeiro, que por sua vez está inserida no contexto geográfico da Serra do Mar, considerada pelo Instituto Estadual do Ambiente - Inea-RJ, uma zona estratégica para a conservação da mata atlântica, por abrigar os mais significativos fragmentos florestais presentes no Estado do Rio. Os parques Nacional da Serra dos Órgãos – PARNASO e Estadual dos Três Picos – PETP, compõem o Corredor Ecológico da Serra do Mar, o qual integra cerca de trinta unidades de conservação, formando o Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense, considerado pelos especialistas um dos hot spots em termos de biodiversidade em todo planeta. A grande variação altimétrica observada na região possibilita a ocorrência de ecossistemas que variam entre floresta ombrófila densa, matas de encosta, matas de neblina e campos de altitude (INEA, 2009).



Figura 1: A localização do PETP no contexto da Serra do Mar, no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Inea, 2008.

A variação abrupta de altitude observada entre a região da Baixada Fluminense e a Região Serrana, possibilita a ocorrência de microclimas variados, fazendo de cidades serranas como Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, o destino de inúmeros visitantes da região metropolitana do Rio de Janeiro que buscam viver dias agradáveis na serra, onde é possível desfrutar de um clima de montanha, longe da aglomeração dos centros urbanos e próximo a áreas preservadas de florestas, com rios e cachoeiras. No guia turístico intitulado “Bem Vindo à Teresópolis” encontramos uma alusão àquelas pessoas que buscam na serra um alívio para as tensões da vida na metrópole:

Na luta por qualidade de vida, a mentalidade urbana começa a ceder lugar para uma valorização da natureza, espaço rural, ecologia, arte e espiritualidade. O mundo quer paz e está percebendo que é difícil encontrá-la nos arranha-céus e no trânsito. Por isso muitas pessoas estão indo para as cidades interioranas. Na lista de quem decide mudar de vida as regiões serranas aparecem com destaque. Elas se tornaram objetos de desejo de quem busca paisagens inspiradoras, menores índices de criminalidade e ecossistemas preservados (WALTER et al, 2005, p.25).

O PETP foi criado em 2002, possuindo 46.600 hectares, formando um contínuo florestal com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e com a Estação Ecológica do Paraíso. Sendo a maior unidade de conservação do estado do Rio de Janeiro, o PETP perpassa os municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Silva Jardim, na baixada, e Teresópolis e Nova Friburgo na Região Serrana. Através do decreto número 41.990 de 12 de agosto de 2009, foram acrescentados ao parque 12.440,90 hectares, que passou a ter uma área de quase 60.000 hectares.

No decreto estadual nº31.343 de 05 de junho de 2002, de criação do PETP, apresenta em seu artigo 2º os objetivos almejados com a criação do parque: I. assegurar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica da porção fluminense da Serra do Mar, bem como recuperar as áreas degradadas ali existentes; II. preservar espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção ou insuficientemente conhecidas da fauna e da flora nativas; III. integrar o corredor ecológico central da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro; IV. assegurar a manutenção das nascentes e dos corpos hídricos que abastecem as cidades circunvizinhas; V. estimular as atividades de recreação, educação ambiental e pesquisa científica, quando compatíveis com os demais objetivos do Parque.

De acordo com o Plano de Manejo do PETP, o trabalho junto às comunidades do entorno torna-se prioritário para que os objetivos almejados com a criação do parque sejam

alcançados. Dentre as medidas coercitivas indicadas no plano de manejo, observa-se uma preocupação central com as ocupações irregulares, atividades ilegais como caça, desmatamento e atividades extrativistas, e a expansão urbana na direção do parque. Entre as propostas indicadas de uso de solo, é comum o estímulo ao desenvolvimento de atividades voltadas para o ecoturismo, turismo rural e agricultura ecológica, conciliadas com planos setoriais de uso e ocupação do solo que tenham em vista a consolidação da Zona de Amortecimento do parque (INEA, 2009).

No que se refere à expansão urbana no entorno de unidades de conservação (uc), é comum haver conflitos entre a administração municipal, que tende a priorizar os interesses do setor imobiliário, e os órgãos ambientais, que tendem à restringir ao máximo o uso e ocupação do solo no entorno das uc's.

Como os governos municipais estão sujeitos a pressões concretas dos interesses locais e com poder de definir o ordenamento territorial, é muito comum que decisões tomadas firam a legislação federal de meio ambiente, gerando intermináveis batalhas jurídicas. Trata-se da questão delicada do ponto de vista da gestão, já que muitas unidades de conservação enfrentam a disposição dos governos municipais de expandir suas áreas urbanas para áreas dos entornos das unidades existentes (JÚNIOR, COUTINHO e FREITAS in GUERRA e COELHO (Orgs.).2009,p.59).

A área onde estão localizadas as comunidades estudadas nessa pesquisa, está entre as quatro Áreas Estratégicas Externas (Anexo 2), apontadas no Plano de Manejo do PETP, como áreas relevantes para o manejo e alcance dos objetivos de criação do parque, “com identidade fundamentada em condições ecológicas peculiares e/ou vocação para atividades específicas”. No caso, essas atividades se relacionam ao ecoturismo, à agroecologia e às atividades de educação ambiental (INEA, 2009, p.47). Destaca-se também a localização estratégica da localidade, que possui ligação por trilhas para os bairros do Meudon (onde existe uma guarita do PETP) e para a região de baixada, entre os municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu (fig.02).



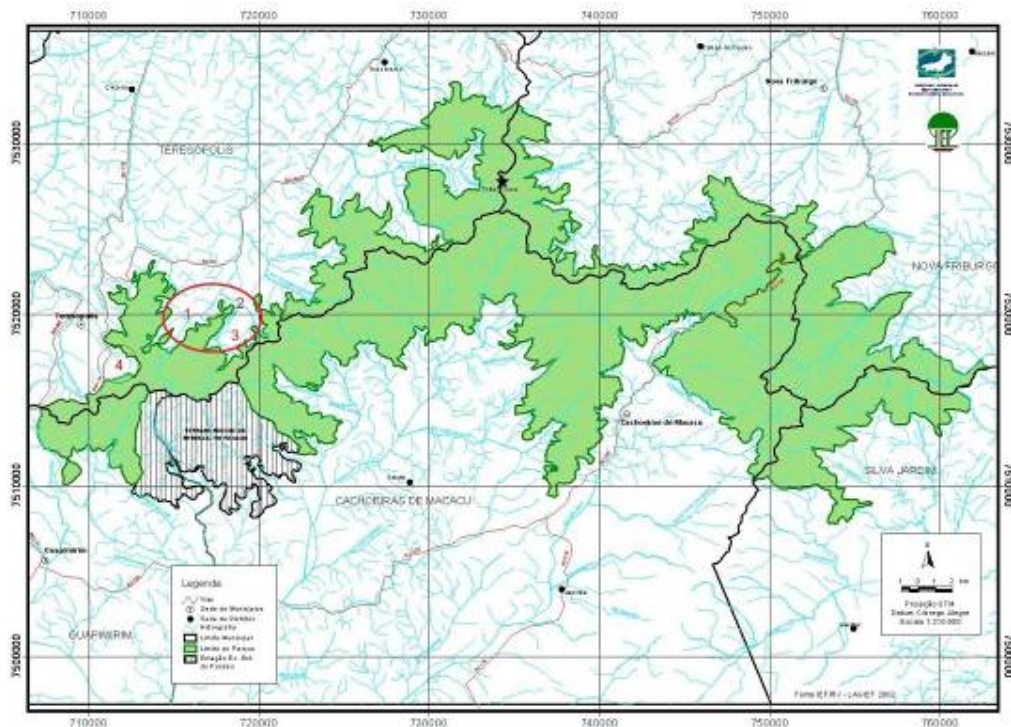


Figura 2. As comunidades de Prata dos Aredes, Canoas e Varginha, estão indicadas respectivamente pelos números 1,2 e 3 dentro do círculo vermelho desenhado na porção oeste do perímetro do PETP. Contornando a feição norte do parque, observa-se a estrada Teresópolis-Friburgo. O número 4 indica a localização do bairro do Meudon, às margens da BR-116, que apresenta um dos principais focos de uso conflitante no perímetro do parque. Fonte: Inea, 2008

As comunidades de Prata dos Aredes, Canoas e Varginha, fazem parte do distrito-sede do município de Teresópolis, e estão distantes cerca de 20 quilômetros do centro da cidade, fazendo parte dos bairros de Albuquerque, por um lado, e de Vargem Grande, por outro (fig.03). De acordo com levantamento feito por instituições locais, existem atualmente cerca de 1500 moradores vivendo nas três comunidades estudadas. A localidade está situada na microbacia do Rio das Bengalas que é alimentado pelo Córrego da Prata e pelo Rio da Varginha que banham o local. O Rio das Bengalas deságua no Rio Preto, que integra a Microbacia do Rio Piabanha, inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (ESPAÇO COMPARTILHARTE, 2008).

A partir do centro da cidade de Teresópolis, o acesso à localidade se dá pela BR-116 que corta o município e se encontra com a RJ 130 (estrada Teresópolis - Friburgo) que contorna a feição norte do Parque Estadual dos Três Picos – PETP e forma o circuito turístico Terê-Fri. Este circuito apresenta inúmeros atrativos naturais e culturais ao longo de seus 68 quilômetros de extensão.

Ao longo de todo percurso observa-se também o desenvolvimento intenso da atividade agrícola cuja produção abastece grande parte da região metropolitana do Rio de Janeiro (foto 1). O manejo agrícola adotado na região segue o modelo de agricultura convencional, apontado por Gliessman (2001) como sendo responsável pela exploração excessiva dos recursos agrícolas, resultando na degradação do solo, desperdício de água, poluição do ambiente, dependência de insumos externos e perda da diversidade genética.



Foto 1: perfil do manejo agrícola de hortaliças comumente praticado na região. Extensas áreas desmatadas, sem considerar as áreas de topo de morro e proximidades com os cursos d'água. Utilização intensa de irrigação e agrotóxicos. Fonte: arquivo do autor

Próximo ao quilômetro 7 da Estrada Teresópolis-Friburgo encontra-se o bairro de Albuquerque, primeiro dos diversos núcleos urbanos encontrados ao longo da estrada. Em Albuquerque, a RJ 130 cruza com a Estrada Isaías Vidal, que percorre as comunidades de Prata dos Aredes, Canoas e Varginha. Cada uma estando distante cerca de 10 quilômetros do bairro de Albuquerque (fig.03).



Figura 3: Imagem do Google Earth de 28 de julho de 2006. Nos pontos marcados observa-se à direita as comunidades estudadas e sua relação com a mancha urbana de Teresópolis. Acima estão sinalizados o trevo onde encontram-se as rodovias BR-116 e RJ-130, e o núcleo urbano de Albuquerque. Mais abaixo está o bairro do Meudon que marca a influência da periferia de Teresópolis sobre as comunidades estudadas e a pressão da expansão urbana do município sobre a cobertura florestal do PETP. O bairro de Vargem Grande localiza-se no quadrante superior, à direita.

### 2.3. Do rural ao urbano: transformações sócioespaciais ao longo das últimas décadas

Observa-se tradicionalmente na localidade o desenvolvimento de atividades voltadas para a produção de hortaliças, para lavoura de milho, feijão, inhame, aipim e banana e para a agricultura de subsistência realizada pelas famílias rurais, que se empregaram nas antigas fazendas e passaram a ocupar porções de terra cedidas pelos fazendeiros. *Antigamente era mais as pessoas tiravam o seu sustento da terra e não usavam essas drogas que existem hoje, era esterco de boi, de cavalo de galinha, orgânico né?*- afirma uma moradora antiga da região. Era comum também o sistema de meia, no qual o fazendeiro cedia moradia e terra e o colono entrava com a força de trabalho, sendo a produção dividida entre as duas partes. Era também recorrente a atividade pecuária, que ainda hoje se faz presente na localidade.

*“Todo mundo, as terras por aí afora era toda cultivada, alguns lugares era milho também, às vezes um pouco de feijão e a gente aqui nesse quadradinho também se plantava alguma coisa aqui, dificilmente ficava terra livre como hoje, como a gente vê por aí.”* (moradora de origem rural da comunidade da Varginha)

A partir da década de 1950 começam a surgir os primeiros projetos de loteamento na localidade, em geral, com os donos das antigas fazendas vindo a falecer e os herdeiros disponibilizando as terras para venda. Grande parte das terras disponíveis foi adquirida por empresas imobiliárias e por empreendedores estrangeiros que levaram a cabo projetos que variavam na forma, desde hotéis a condomínios de luxo, e no tamanho, desde trinta a trezentos lotes. Na comunidade de Prata dos Aredes, o lago em torno do qual está prevista a implantação de uma área de lazer, foi construído por um empreendedor suíço, como parte de um projeto de divisão da área em 200 lotes, vendidos no decorrer da década de 1950.

Curiosamente, muitos desses lotes vendidos nunca foram ocupados pelos seus proprietários. No decorrer dos anos, alguns terrenos foram ocupados por famílias do local e outros ficaram abandonados durante décadas, muitas vezes sendo utilizados para deposição de lixo ou como áreas de pastagem. *“Eles não vendiam pra pobre e ninguém conseguia comprar”* – afirmou um morador mais antigo. Há cerca de cinco anos, em função principalmente da questão do lixo, os dirigentes da Associação de Moradores de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha (Amacapav) foram buscar em cartório o registro dos compradores da área, para notificá-los do que estava acontecendo em suas propriedades. Na ocasião, foram contatados os herdeiros dos antigos compradores, muitos dos quais nem sabiam da existência do terreno.

Além dos loteamentos, as antigas fazendas também foram parceladas em pequenos sítios que passaram a ser adquiridos principalmente por moradores do Rio de Janeiro que construíam casas de veraneio, onde passavam os períodos de férias e feriados. Com o passar dos anos, muitas dessas casas foram abandonadas, algumas permanecendo fechadas e sem manutenção durante anos. Outras, com o passar do tempo, acabaram sendo ocupadas pelas pessoas que trabalhavam nesses sítios como caseiros.

Um morador de origem rural entrevistado, conta que quando chegou à localidade, no ano de 1961, a atividade agrícola já tinha diminuído muito, e o que se encontrava em termos de trabalho na região eram os empregos nos sítios como caseiro ou jardineiro. Até mesmo nas fazendas ainda existentes, o trabalho que havia era focado na manutenção da propriedade, roçando o mato e fazendo jardinagem.

*“No Doutor Hermes produzia um leitizinho, mas não pra vender. Na Madame Aubri produzia umas camélias (dava tipo um marmelo, colhia-se a folha) pra fazer químicas. Mas não tinha produção nenhuma, não tinha lavoura, não tinha nada. Só mesmo ficar limpando em volta da fazenda. Aquela casa da Carmem Coelho era da reserva que existia. Os empregados era só pra limpar o sítio entendeu?”* (Morador de origem rural da comunidade de Prata dos Aredes)

O morador conta que, ainda assim, eles sempre mantinham um cultivo de subsistência. Ele plantava principalmente tomate, inhame, batata e vagem. Trabalhava durante o dia e, no fim da tarde, plantava. *“A gente quando via alguma chance a gente plantava. Era uma melhora no ordenado. Porque salário é um salário, nunca passou daquilo. Eu cheguei a trabalhar em vários lugares com carteira assinada, foi aonde eu consegui benefício.”* O trabalho com carteira assinada a que se refere o morador foi conseguido durante o tempo em que trabalhou vinculado à prefeitura, fazendo a manutenção de uma rua da localidade que dava acesso a uma das fazendas que havia na região.

Pela precariedade do acesso à cidade, a maior parte dos moradores era obrigada a buscar os seus meios de subsistência na própria localidade. Historicamente, o principal acesso à cidade de Teresópolis, principalmente para os moradores da comunidade de Prata dos Aredes, se dava pela estrada que passa pela floresta do Jacarandá, terminando no bairro do Meudon, situado à margem da BR-116 (fig.03). Esse trajeto era vencido a pé ou de bicicleta. A caminhada até o centro da cidade durava um pouco mais de uma hora. Até o ano de 1976, havia um ônibus que passava três vezes por semana na localidade e levava os moradores ao centro da cidade, utilizando a via que passa pela estrada Teresópolis-Friburgo.

Os moradores mais antigos relatam que a partir da década de 1970 a região começou a melhorar em termos de serviço, principalmente na área da construção civil. Novos loteamentos foram feitos e diversos moradores de origem urbana começam a comprar terrenos na localidade, dessa vez não só para estabelecer casas de veraneio. Muitos se transferiram de forma definitiva para o local. *“Mais ou menos de 75 pra cá veio um pessoal de fora e começaram a construir várias casas e o pessoal começou a desembolsar, a pagar melhor”* – lembra um morador mais antigo de Prata dos Aredes. É nessa época que se verifica a instalação da pequena fábrica de ferragens Ravanete Metais, que também passou a empregar as pessoas da localidade.

Na fala dos moradores de origem rural, um fato que marcou essa época foi a chegada da Fazenda Vrajabhumi, cujo proprietário passou a empregar muitas pessoas do local. Desde a fase da construção até o período de funcionamento do hotel, pioneiro na localidade.



*“Foi o primeiro empreendimento comercial aqui, antes independente do hotel porque quando o meu pai veio, ele não veio para abrir um hotel ele veio pra morar, e morou nessa condição particular por mais ou menos uns cinco ou sete anos, **mais acontece que aqui não tinha nada e ele veio com dinheiro, injetou dinheiro numa terra nua, crua**, então logo que ele entrou ele montou uma equipe de trabalho de aproximadamente umas quinze à vinte pessoas, entre pedreiros e carpinteiros, tudo daqui da região, e não só isso como também compraram o material nas lojas de material de construção da região que ainda não tinha esse porte, ou seja ouve uma injeção de dinheiro na área muito forte. De repente ‘chegou o cara com o dinheiro.’” (filho do fundador de Vrajabhumi)*

Depois de algum tempo, o hotel instalado na fazenda Vrajabhumi, começou a divulgar o lugar, atraindo diversas pessoas do Rio de Janeiro que acabaram se interessando em adquirir terras na localidade. Os moradores de origem rural associam o início do funcionamento do hotel ao aumento do número de pessoas de fora, que passaram a morar na localidade:

*“Foi indo, foi indo, foi loteando o lugar praticamente né, muitas pessoas vieram pra cá foi através de Vrajabhumi, que até então isso aqui era desconhecido, esse valor que tem hoje. Só os nativos que viviam aqui.” (morador de Prata dos Aredes)*

*“A modificação maior começou a vir com Vrajabhumi, tanto que aquele canto era dos Pacheco, uma grande parte. Até mesmo por emprego porque Vrajanhumi começou com o hotel e aí começou a gerar emprego e começou a vir pessoas de fora também, no momento o que está me vindo é isso.” (professora aposentada, moradora antiga da região)*

Essa influência de Vrajabhumi é percebida também na fala de uma moradora de origem urbana que se instalou em Prata dos Aredes no começo da década de 1990:

*“[...] a tia do meu marido que veio morar antes da gente aqui em Teresópolis, morar mesmo, a gente só vinha pro sítio, né? Ela veio um dia aqui pro Vrajabhumi, que ela era muito espiritualizada, e ela disse pra mim: ‘eu vou te levar pra um lugar que você vai amar que é um pequeno sítio, que você lá vai encontrar pequenos sítios, que você vai poder ter o seu cavalo, vai poder ter seus bichos, e não é tão grande quanto o sítio do seu sogro.’ E aí nós viemos até o Vrajabhumi e passeamos isso tudo.”*

O Clube Sayonara, que funcionou em Varginha entre as décadas de 1960 e 1970, foi outro empreendimento local que contribuiu para atrair à localidade diversas pessoas da elite política e intelectual do Rio de Janeiro, que possuíam casas de veraneio em Teresópolis e se reuniam em Varginha nos fins de semana e feriados. Moradores que frequentaram a região nessa época, contam que a influência política dos antigos proprietários do clube favoreceu a melhoria das condições de acesso até Varginha, com a construção de pontes e a realização de obras de reparo na estrada. O local permaneceu abandonado desde 1975 até os anos de 1990,

quando um novo morador adquiriu a propriedade e passou a realizar reformas no local, que se encontra hoje dentro dos limites do PETP, tornando-se uma área de uso conflitante do parque.

A partir do final da década de 1970, as comunidades de Prata dos Aredes, Canoas e Varginha, passam a ser atendidas diariamente por uma linha de ônibus da prefeitura que disponibiliza três horários passando no local, às seis da manhã, à uma hora da tarde e às sete da noite. Essa mudança permitiu com que muitos moradores passassem a assumir compromissos de trabalho na cidade, realizando um movimento pendular diário, saindo de manhã cedo e retornando à noite. Amplia-se assim cada vez mais a dependência local em relação ao centro urbano, em detrimento das atividades realizadas tradicionalmente pelos moradores de origem rural.

Soma-se a isso o parcelamento cada vez maior das terras, o aumento das opções de trabalho na área da construção civil e a disponibilidade de emprego trazida pelos empreendedores forasteiros, para vermos o declínio cada vez maior das atividades rurais, voltadas para a produção de insumos agrícolas e a agricultura de subsistência. Por outro lado os pequenos e médios produtores, pressionados por um mercado cada vez mais competitivo e sazonal (como é o mercado das hortaliças), passam a vender suas terras por preços abaixo do mercado, em busca de novas oportunidades na cidade de Teresópolis ou mesmo no Rio de Janeiro. Conforme observa-se na região, o resultado desse movimento é a ocupação crescente do território por pousadas, hotéis, casas de veraneio e condomínios de luxo, todos voltados a satisfazer a ânsia dos moradores da metrópole, pelo clima ameno da serra, longe da confusão dos centros urbanos e ‘em contato com a natureza’.

O caráter contraditório desse movimento é evidenciado quando constatamos que o equipamento instalado para receber os moradores de origem urbana, passa a ocupar o espaço mais apropriado para o desenvolvimento da agricultura e das outras atividades do campo. Na reunião da Amacapav de abril de 2009, uma associada trouxe a reflexão feita por um agrônomo da região, que chama atenção para a tendência observada em Teresópolis - em termos de política de uso e ocupação do solo - de destinar as áreas mais férteis do município, próximo às regiões de várzeas, para os empreendimentos imobiliários. A atividade agrícola, por sua vez, fica com os terrenos menos férteis, junto às encostas. Essa preocupação foi demonstrada durante reuniões do Conselho da Cidade, em que foi discutido o Plano de Zoneamento do município, proposto pelo Plano Diretor Municipal, no qual aparecem extensas áreas rurais – atualmente destinadas ao desenvolvimento de atividades agrícolas - enquadradas dentro de Macrozonas Urbanas, no intuito de favorecer o parcelamento de terras e a expansão imobiliária para essas regiões.

Observa-se, contudo, que o movimento de urbanização é um impulso que parte também dos próprios moradores de origem rural. Se, de um lado, os moradores de origem urbana são atraídos pelas características campestres do lugar, a presença ainda existente de um estilo de vida rural, e um ambiente preservado, de outro lado, os moradores de origem rural - especialmente os jovens que nasceram e cresceram na localidade - são atraídos cada vez mais pelo estilo de vida urbano, pelas possibilidades de trabalho e lazer, e pela vida movimentada que a cidade oferece. Buscam, dessa forma, trazer para a localidade o referencial de urbano que obtêm na cidade e que também são trazidos pelos moradores de origem urbana e pelos visitantes da metrópole. Situação semelhante foi observada por Pinto (et al, 2008) em localidades situada na zona de transição entre o rural e o urbano no município de Juiz de Fora-MG:

Percebe-se em muitos depoimentos que a imagem do urbano é muito forte e, na medida em que esses serviços chegam nas áreas rurais, seus moradores passam a sentir incluídos na urbanidade, em detrimento de um estilo de vida mais rural (p.25).

Observa-se assim, entre alguns moradores de origem rural, a busca por inserir a localidade cada vez mais no contexto urbano do município, reivindicando do Poder Público Municipal as reformas necessárias para que a relação com a cidade seja crescentemente estreitada.

Na fala de alguns moradores mais antigos, percebe-se que a questão da educação foi um dos fatores que contribuíram para o estreitamento da relação dos jovens com a cidade. As duas escolas existentes na localidade oferecem ensino somente até a quarta série. A partir da quinta série, os alunos passam a estudar na escola de Albuquerque, que oferece ensino até a oitava série. O ensino médio, geralmente é cursado em alguma das escolas públicas da cidade:

*“Aí vinha os filhos dos nativos já começaram a povoar né, começavam a trabalhar, um cara comprou um lote ali, começava a trabalhar e os filhos dos filhos dos nativos foram pra cidade, estudar, acabavam aqui que só tinha a quarta série e foram pra cidade estudar e lá foi pegando a moda da cidade, foi gostando, porque tudo é novidade, aqui só tinha mato, lá já tinha outras coisas né, aqui tinha cavalo, lá tinha carro, aqui tinha bicicleta lá tinha moto, né, **então tudo isso foi enchendo os olhos**, como até certo ponto da vida foi enchendo os meus também. Muita gente daqui, os antigos, praticamente tem filhos que moram na cidade, e dizem que não trocam aquilo lá por nada do mundo. E os daqui dizem que não trocam isso daqui por nada no mundo, então as pessoas, os antigos permaneceram, quem é vivo até hoje permanece aqui, agora já os seus netos, não trocam a cidade por isso aqui, **hoje em dia lan house, internet rápida né, aqui você pra conectar na internet demora né. Já na cidade é fácil e rápido. Então eles se***



*acomodaram lá, e nós se acomodamos aqui.*” (Morador nascido e criado em Prata dos Aredes)

A professora mais antiga da comunidade lembra que foi em função dos alunos das escolas locais – a fim de possibilitar a continuidade dos seus estudos na cidade – que a comunidade se organizou para reivindicar do Poder Público, a melhoria das condições de acesso e a ampliação do serviço de transporte municipal que atende o local.

*“Então não tinha como as crianças da escola continuarem estudando na cidade porque não tinha condução, daí nós fizemos muitos abaixo-assinados, muita vigília na porta da empresa, e foi através da escola que foi conseguido mais dois horários de ônibus.”*

Até meados da década de 1990, a localidade era servida por apenas três horários de ônibus, a estrada de acesso às comunidades era de terra, não havia internet e poucas pessoas dispunham de telefone no local. No final da década de 1990, foram disponibilizadas para o local mais duas linhas diárias de ônibus, no horários das 10:15 e das 16:45, diversas linhas telefônicas foram instaladas e o número de pessoas se multiplicou na localidade. No ano de 2003, a partir de uma reivindicação dos próprios moradores, feita via Associação de Moradores, a estrada Isaias Vidal, que dá acesso às comunidades de Canoas e Prata dos Aredes, foi asfaltada, ficando apenas a localidade da Varginha servida por um trecho de estrada de terra. O asfaltamento da estrada veio acompanhado da instalação de um mercado próximo ao ponto final de Prata dos Aredes, que passou a atender a localidade com produtos de primeira necessidade.

Todas essas mudanças provocaram transformações irreversíveis no modo de vida local, impulsionando ainda mais a localidade rumo a um processo acelerado de urbanização. Apesar das melhorias trazidas, as opiniões dos moradores se dividem quanto aos aspectos positivos e negativos de tais transformações.

Por um lado, os mais antigos demonstram um saudosismo dos tempo antigos, onde as relações comunitárias eram mais percebidas:

*“Era precário, nós tínhamos ônibus aqui 3 vezes por semana, segunda, quarta e sexta, só dois horários e se chovesse não tinha, por causa da estrada de terra. **E o ponto maior de encontro aqui nessa comunidade era a igreja, ponto de encontro dos jovens, todas as faixas etárias, festas, quermesses como antigamente era conhecido assim [...] Eram poucas pessoas, hoje é mais aglomerado, mas naquela época o povo era mais unido, era muito aconchegante aqui, as pessoas se reuniam nas casas dos amigos. Até mesmo no sentido de aprenderem coisas. Como a minha mãe abria a porta da casa para ensinar bordado, ensinar crochê, ensinar a parte***

*culinária, em todos os trabalhos que ela propunha a fazer ela fazia muito bem.” (professora aposentada, moradora antiga da região)*

Por outro, alguns moradores de origem rural evidenciam os benefícios trazidos pelo crescimento demográfico e pela melhoria nos serviços públicos na localidade:

*“Ah não, melhorou muito. Quando eu cheguei a estrada era de terra, não tinha iluminação em certos pontos, os horários de ônibus era menos, tinha menos movimento, moravam menos gente, hoje em dia aumentou muito, se você for olhar o número de casas que foram construídas, tem mais horário de ônibus, as crianças tem mais qualidade de vida, mais conforto com o colégio, que na época as crianças sofriam mais, hoje a prefeitura colocou mais ônibus pros alunos, por ter menos horários de ônibus as crianças sofriam mais, melhorou muito a comunidade.” (agricultor de Canoas)*

Se o asfalto é visto por alguns como sinônimo de melhorias das condições de acesso, outros moradores mais antigos fazem as suas ressalvas:

*“[...] o asfalto foi bom, ótimo, nunca mais teve problema de ônibus, não vinha quando chovia, mas por outro lado a velocidade que os carros andam, volta e meia tem um acidente aqui, nas curvas, tem moto colidindo com cavalo, porque andam muito rápido, facilitou demais a velocidade, então antigamente não tinha isso, eu lembro que eu tocava boi pelas estradas, tinha 60 cabeças de gado e não tinha perigo de bater, porque a estrada era de chão, sabia que tinha gado, cavalo, nunca ouvi dizer que bateu, e hoje o que mais se ouve dizer é isso né, em função do progresso, a estrada está um tapete entre aspas né, foi bom por um lado que facilita, você chega mais rápido no centro, mas por outro lado muito acidente e o próprio caminhão da prefeitura quando vem recolher o lixo, quando sai, sai disparado.”*

O mesmo morador percebe as mudanças em termos da questão ambiental, associando a chegada dos produtos industrializados ao aumento do lixo na região:

*“A moeda tem dois lados, eu até estava pensando nisso ontem, a respeito da coleta de lixo. Industrializou-se tudo, foi tudo muito legal muito bacana, mas antigamente eu digo isso de certeza, antigamente não tinha tanta sujeira igual tem hoje, sabe, antigamente eu lembro perfeitamente, minha avó pegava o lixo, hoje é proibido, as pessoas de todo lugar juntava o lixo, cavava um buraco grandão, queimava e depois tapava, depois de um certo tempo enterrava, e não tinha lixo nas ruas, na estrada de chão, era tudo estrada de chão, você não via plástico nas ruas e hoje o próprio caminhão da prefeitura, quando vem naquele alvoroço, jogando lixo pra tudo quanto é lado, porque é tudo aberto, o próprio caminhão, a gente junta, tem o trabalho de limpar e volta e meia tem o mutirão que a gente limpa as ruas, o próprio caminhão vem e espalha, se você vê.”*

Alguns moradores mais antigos, sentem falta, ainda, do tempo em que o alimento era produzido no local, de forma caseira:

*“No meu tempo era menos remédio e tinha muita fartura, criava um porco, comia aquela gordura e tudo. Hoje ninguém pode comer nada, porque ofende! Aquela ração daquele porco. É muita coisa que eles botam pra engordar num instante. O frango, a gente compra um frango, é aquele frangão. E a ração? Como é que é aquela ração que ele come? Não é igual você criar a galinha assim, só no milho, comendo só aquele milhinho, né? **Por isso que hoje em dia o povo ta tudo cansado!**”*

O aumento populacional nos últimos quinze anos também é colocado, pelos moradores que vivem há algum tempo na localidade, como uma mudança claramente percebida, que modificou as relações comunitárias observadas anteriormente:

*“A primeira mudança que a gente percebe, eu que estou aqui a 22 anos, é a questão populacional, o número de pessoas aumentou muito, porque hoje tem pessoas aqui que eu não conheço, quando que há alguns anos atrás se aparecesse aqui alguém não conhecido a gente dizia: esse camarada não é daqui, **hoje tem pessoas que moram aqui que você não conhece, você sabe que mora aqui mas você não tem esse contato, liberdade nem de trocar um oi com a pessoa devido ela não estar no seu dia-a-dia, não fazer parte da sua classe social. Você não tem intimidade, sabe que a pessoa mora aqui mas não tem contato.**” (morador de Prata dos Aredes)*

Entre os jovens, apesar de todas essas mudanças observadas, a questão do transporte ainda é colocada como um aspecto negativo de se viver na localidade.

*“O estilo de vida aqui não é ruim pra quem tem como se locomover de forma independente, que não seja de ônibus, se você tem um carro, uma moto, morar aqui é bom, tem uma vida tranqüila, tranqüilidade, sossego, integração com a natureza, isso é interessante, porque eu tive um período na cidade.” (morador jovem de Prata dos Aredes)*

Na fala dos moradores jovens, fica explícito o caráter dúbio de se viver na localidade. Por um lado gozam de uma qualidade de vida melhor, longe do centro da cidade e com uma proximidade maior entre as pessoas, mas por outro, depender do ônibus para a locomoção diária é visto como um fator limitante.

*“[...] bom o enfoque é o deslocamento cara. Então enquanto a gente tiver com carro a gente não tem tantos problemas de mudar daqui. Tanto é que a gente está tentando ter melhorias nesses dois aspectos que eu te falei (transporte e comunicação). Mas, eu mudaria daqui? Acho que não. **Aqui eu conheço todo mundo, todo mundo me conhece, então você acaba passando na rua e as pessoas perguntam o que está acontecendo, então eu não mudaria daqui não.**” (liderança jovem de Prata dos Aredes)*

*“[...] existem duas posições com relação a isso, assim por questão de facilidades, de emprego, de acesso, acesso a informação e a diversas outras coisas, eu preferiria estar na cidade, por questão de facilidades, mas por*

*questão de tranqüilidade, de modo de vida aqui é melhor.”* (jovem morador da comunidade de Canoas)

A dependência em relação aos horários de ônibus e a ausência de serviço de internet banda larga são colocadas como fatores limitantes para a continuidade dos estudos. Um dos jovens entrevistados abandonou o curso superior de Direito na cidade porque não tinha como voltar para casa à noite, após às vinte e duas horas. Além disso, a falta de oportunidade de trabalho no local também é motivo constante de reclamação entre os jovens. A maior parte dos que trabalham na localidade, são empregados de sítios, chácaras ou pousadas, atuando como jardineiro ou ajudante de pedreiro. As pousadas da região empregam algumas pessoas, em número reduzido, contudo, pouco significativo em relação ao número de jovens hoje na localidade, estimado em cerca de cento e quinze pessoas. Dessa forma, mesmo com o aumento de oportunidade de serviços formais e informais em relação ao que se observara no passado, tendo em vista o aumento populacional dos últimos anos, a maior fonte de emprego para os moradores da localidade continua sendo a cidade. Se associarmos esse fato às dificuldades encontradas por aqueles que dependem dos ônibus para a locomoção, encontraremos aí a razão pela qual muitos dos moradores jovens acabam optando por deixar definitivamente o local.

***“Eu acredito que o jovem de hoje, pelo ideal formado pela sociedade globalizada, tipo assim, hoje não tem uma perspectiva de se estabelecer aqui, não tem assim uma área que ele vise e que possa suprir a necessidade dele depois, por exemplo, estudar. A escola mais próxima são sete quilômetros. Depois, se quiser fazer uma faculdade vai ter que andar uns 15 km para fazer uma faculdade, então não tendo um emprego que dê até em formas salarial, que não dá uma estabilidade para que ele possa continuar o estudo, não tendo um emprego para que ele possa ter planos, tipo eu vou entrar como auxiliar, mas sem um plano de carreira para chegar a ser um supervisor de algum setor, não tem emprego que faça ele criar expectativas de ficar aqui. Então eu acredito, faz parte dos meus planos, posteriormente, se eu não conseguir uma maneira de me locomover, que eu não precise estar me adequando ao transporte, que é precário e a distância que traz também um certo desgaste, dentro da realidade hoje da minha família, a gente tem pensado em realmente se estabelecer próximo da cidade, acredito que os jovens tenham essa perspectiva também.”*** (morador de Prata dos Aredes)

Observa-se entre os jovens de origem rural uma expectativa de mudança de vida em relação àquela levada pelos seus pais. Muitos esperam através dos estudos e da capacitação profissional assumir uma posição na escala de trabalho que consideram mais elevada em relação ao trabalho desenvolvido no campo. Nas entrevistas são recorrentes as críticas em

relação àqueles que se “acomodaram” e mantiveram um estilo de vida rural, a despeito da oportunidade de capacitação oferecida pelas instituições atuantes no local:

*“o que acontece, tem muitos jovens aqui dentro que hoje se perderam, de uma certa forma de uma coisa que poderiam levá-los mais adiante, que nem muitos jovens que passaram pelo Compartilharte ou que participaram de diversas atividades, hoje estão exercendo a função que os seus pais exercem, ou exerciam, um é ajudante de pedreiro, o outro trabalha na lavoura, o outro capina, e mora de caseiro, ou puxa cavalo, **continuam exercendo funções que os seus pais exerciam.**”* (jovem morador de Canoas)

A opinião acima é reafirmada por outro entrevistado, apesar dele preferir morar na roça e demonstrar satisfação por morar em Prata dos Aredes e trabalhar como jardineiro:

*“Não sinto a cidade como um lugar favorável pra mim trabalhar não. Eu acho que eu estou tão feliz trabalhando e mexendo com mato. Mas acho que a gente não pode viver direto aqui dentro. Viver com a cabeça pequena, pensando só em Prata dos Aredes, só em viver a vida como jardineiro.”* (jovem morador de Prata dos Aredes)

Muitos, após saírem da localidade e irem morar na cidade, sentem como se tivessem perdido um tempo importante da vida morando na localidade, ao invés de estarem buscando uma capacitação e um aprimoramento profissional no meio urbano:

*“Eu num sei cara, agora eu me sinto assim, meio despreparado, porque como eu fiquei tão longe assim de tecnologia, de várias informações, de vários cursos que eu podia estar fazendo aqui na cidade, coisas que eu deixava de fazer por estar morando lá. Agora com meus 24 anos, eu sinto que faz falta, pelo menos saber mexer, ter um conhecimento básico de computação ou qualquer coisa relacionada”* (ex-morador de Prata dos Aredes)

Apesar dessa busca por uma outra condição de vida no meio urbano, esses mesmo jovens se ressentem pelo declínio das atividades desenvolvidas tradicionalmente no meio rural, e pela influência da cultura globalizada na cultura local:

*“[...] o pessoal tinha sempre um pezinho de couve na casa. Eu mesmo, lá no meu pai tinha, hoje não tem, uma couvezinha, um pé de cana pra fazer um caldo de cana no fim de semana, uma hortinha com cheiro verde, **não sei se foi porque isso não foi transmitido em termos de cultura, se perdeu parte da cultura do povo também, pode ter sido pela realidade do filho dele estar estudando na cidade, não ter contato.**”* (jovem morador de Prata dos Aredes)

*“[...] apesar de ser uma área rural, de estar ainda dentro de alguns limites, hoje, não só eu, mais muitos outros jovens que como eu vivenciaram esse período, veem isso, veem que hoje você vê que tem crianças que quando*

*nascem já tem dentro de sua casa a televisão, já tem o DVD, já tem o computador, chega a quatro ou cinco anos de idade já ganha um videogame do pai ou da mãe, então essa criança nunca vai pegar uma gude, tem criança aqui dentro que nunca pegou pra brincar com um determinado brinquedo como se brincava antigamente, se você levar e falar para a criança 'pô, isso é muito legal de se brincar' a criança não vai brincar.*

No âmbito da Associação de Moradores, muitas das demandas por urbanização trazidas pelos moradores de origem rural, são questionadas pelos moradores de origem urbana, quem, de uma forma geral, são os que demonstram maior preocupação em manter as características rurais do lugar. É o que fica explicitado na fala de um morador europeu que se estabeleceu na região há cerca de 10 anos, passando a desenvolver um trabalho com agricultura orgânica e apicultura, visando a auto-sustentabilidade:

*“essas pessoas, todas os novos moradores, vieram da cidade à procura de natureza, de tranqüilidade, de uma vida melhor, que é outra visão da maioria dos moradores daqui, a maioria dos moradores daqui, criados aqui tem o desejo de progresso, de consumo, de cidade, isso no mundo inteiro é assim, o pessoal a maioria das pessoas que moram na roça, eles querem ir pra cidade, o que já aconteceu. Há 40 anos atrás a população do Brasil foi 25% na cidade e 75% no campo e hoje é ao contrario, 75% a cidade e 25% no campo, isso no mundo inteiro é assim, no meu país, aqui, nos EUA, na Inglaterra e em qualquer outro lugar.”*

Por outro lado, uma moradora entrevistada defende que os moradores de origem urbana - a maioria dos quais com maior poder aquisitivo que os moradores locais - muitas vezes não compreendem as necessidades das famílias que têm menos recursos financeiros e dependem da locomoção até a cidade para garantir sua subsistência:

*“na época em que a gente foi morar lá tinha só três ônibus por dia, tinha uma estrada sem asfalto, algumas pessoas queriam asfalto outras não queriam asfalto, as que não queriam asfalto tinham automóveis, e as que queriam eram as pessoas mais comuns né, que tinham os seus filhos na escola pública, que o ônibus quando chovia muito não passava e as crianças tinham que ir e vir, então... os que tinham automóveis tinham todos os recursos né? as crianças podiam estudar e voltar, e os que não tinham, nada tinham né?” (moradora de Prata dos Aredes)*

No ano de 2009, o atual governo municipal buscou implantar no município uma política de orçamento participativo, a fim de destinar parte do orçamento público ao atendimento das demandas trazidas pelos representantes de cada comunidade. No primeiro semestre de 2009 a Amacapav realizou uma pesquisa junto às comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha, a fim de identificar as demandas priorizadas pelos moradores. Os resultados foram apresentados na reunião de junho de 2009. Constatou-se nessa ocasião que as demandas

priorizadas pela comunidade giravam em torno das melhorias nas áreas da saúde, educação, transporte e lazer. Abaixo a lista dos itens mais citados:

- manutenção do asfalto;
- manutenção das escolas;
- serviço de lixo;
- atendimento da saúde;
- ônibus em dias de domingo e feriado;
- asfaltamento da estrada de Varginha;
- restauração do lago da Prata dos Aredes;
- quadra de esportes;
- recolhimento dos animais (gado nas estradas);
- casa comunitária (sede da Amacapav);
- projeto de otimização do espaço escolar;
- iluminação pública (c/ tecnologia ecológica);
- planejamento do uso e ocupação do solo;
- biblioteca comunitária.

Alguns desses pontos mereceram destaque durante a reunião. Foi constatado que, em última análise, a demanda da comunidade é por urbanização da localidade. O assunto do recolhimento dos animais das estradas gerou polêmica. Ficou explicitado um conflito com os criadores de gado: *“não tenho culpa se construíram a estrada no meio do meu pasto”* – afirmou um deles. Alguns moradores (os de origem urbana) acreditam que essa é uma demanda tipicamente urbana e que pode vir a afetar a característica rural da região.

Moradores de origem urbana questionam a sustentabilidade das demandas como “mais linhas de ônibus” e “iluminação pública”, demonstrando preocupação com gasto de energia e queima de combustível: *“iluminação pública é contraditório com a questão ambiental, na maior parte do mês a noite é iluminada, a preocupação é com a segurança? No que se refere à solução para o transporte, sugeriu-se a implantação de transporte comunitário, com aquisição de Kombi e realização do serviço de forma viável.*

Na área da saúde observa-se uma tendência atual em valorizar a cultura local. Sugeriu-se a organização de cursos de capacitação para a formação de agentes de saúde locais que valorizem o conhecimento presente na medicina popular. Uma moradora antiga lembrou que há 30 ou 40 anos, as pessoas tinham que se capacitar para ajudar as outras pessoas com o que se dispunha na localidade em termos de recursos terapêuticos (barro, ervas, etc).

Sobre o planejamento de uso e ocupação do solo, foi demonstrada uma preocupação quanto ao turismo. Alguns associados começaram a argumentar que o turismo ecológico não é bom pra natureza. Que a tendência do lugar é de degradação e que a salvação ali da região era o Parque dos Três Picos. Falou-se da possibilidade de formar fiscais locais da natureza para zelar pelo ambiente local.

Na área da educação criticou-se o fato das escolas terem o seu pátio todo acimentado: *“Nenhum contato com a terra”, “espaço anti-educação ambiental”, “idéia de que meio ambiente e higiene não combinam”*. Foram apontadas algumas atividades possíveis de serem realizadas nos horários ociosos da escola da Prata dos Aredes:

- aulas de dança e violão;
- alfabetização de adultos (possibilidade de parceria com SENAC e SENAR);
- verificou-se também que há uma demanda por creche na comunidade.

Falou-se da necessidade dos moradores nativos se manifestarem mais. Foi constatada também a necessidade de um equilíbrio maior diante dos moradores de origem urbana *“essa turma do Rio que veio morar aqui é muito intelectualizada”* – afirmou uma associada de origem urbana.

Sobre a área de lazer houve uma preocupação com a localização, devendo ser um ponto de aglutinação das três comunidades. A área do trevo, entre as comunidades de Parta dos Arêdes e Canoas, foi apontada como sendo a região mais central. A questão fundiária também foi considerada, ressaltando-se a necessidade de uma área que pudesse ser disponibilizada para a quadra de esporte.

Das três comunidades representadas pela Amacapav, a comunidade de Varginha é a mais desassistida em termo de serviços urbanos. Até a conclusão da presente obra, os moradores ainda não contavam com iluminação pública, a estrada era de terra e não havia escola na comunidade, ficando os alunos na dependência do serviço de transporte municipal, que passou a disponibilizar um micro-ônibus da prefeitura para atender à localidade. Devido ao grande clamor dos moradores de Varginha – e também por ser a demanda local mais antiga – as três comunidades decidiram se unir para votar em bloco na plenária do Orçamento Participativo - OP a favor do asfaltamento da estrada.

A plenária, agendada pela recém-criada Secretaria de Orçamento Participativo e Mobilização Comunitária, aconteceu em junho de 2009, no bairro Fonte Santa, às margens da BR 116, e reuniu participantes dos sete bairros agrupados pela prefeitura na “Região 2<sup>6</sup>”:

---

<sup>6</sup> Ao total são 17.190 pessoas na “Região 2”, 11,78% do total populacional do município. A Secretaria de Orçamento Participativo e Mobilização Comunitária, subdividiu o município em 10 regiões, cada uma com um número de bairros



Prata (não é a Prata dos Aredes), Albuquerque, Fischer, Fonte Santa, Bairro dos Artistas e Vale do Paraíso. As comunidades representadas pela Amacapav sequer apareceram na lista de bairros da “Região 2”, sendo consideradas como pertencentes ao bairro de Albuquerque. Apesar disso, cerca de 60% da platéia era da comunidade de Varginha, tamanha foi a mobilização da Amacapav em torno da questão do asfaltamento da estrada.

A reunião seguiu a seguinte estrutura:

- apresentação do OP para a platéia e da estrutura orçamentária municipal;
- apresentação, pelos representantes de cada bairro da “Região 2”, das prioridades elencadas pela comunidade;
- votação das propostas;
- votação dos delegados.

De acordo com a explanação dos representantes da prefeitura, os recursos do OP seriam destinados prioritariamente àquelas demandas mais votadas na plenária, ficando o restante das propostas registrado para serem atendidas em um outro momento.

Dentre as demandas apresentadas, destacou-se a questão da iluminação pública. Na hora da votação das propostas o asfaltamento da estrada da Varginha ganhou de forma esmagadora, com 89 votos. Em segundo lugar ficou a demanda por saneamento na Fonte Santa e Quinta Lebrão com 39 votos. As outras propostas votadas foram:

- asfaltamento da av. Caingá e reativação do posto de saúde na Fonte Santa – 9 votos;
- aparelhamento e funcionamento do posto de saúde em Albuquerque – 7 votos;
- criação de oficinas profissionalizantes – 4 votos;
- posto de saúde na Fonte Santa e Quinta Lebrão – 3 votos;
- melhoria da iluminação pública – 3 votos (porém foram várias as comunidades que apresentaram essa demanda).

Diante dos resultados da votação na plenária do OP, ficou evidenciada a capacidade de mobilização da Amacapav e a importância da ação coletiva na busca pela solução dos problemas que afetam as diferentes localidades. Uma associada de origem urbana, moradora de Varginha (principal mobilizadora local), comenta um pouco como foi evoluindo o seu trabalho de mobilização local e a sua posição em relação à demanda apresentada pela comunidade:

---

distintos. A subdivisão das regiões obedeceu a um critério aglutinador de população, buscando reunir cerca de 15.000 pessoas em cada região, não levando em conta, porém, as dimensões espaciais, as quais estão diretamente relacionadas com a capacidade de mobilização e articulação de cada localidade. A região do 3º distrito, por exemplo, acabou ficando com uma área muito extensa e uma baixa densidade populacional, reunindo pessoas de localidades distantes, incapazes de se articular.

Pergunta: *Você entrou pra associação quando?*

Resposta: *tem uns três anos. Então foi uma coisa que foi acontecendo, sabe? As coisas foram acontecendo e aí você vai começando a aprender, descobrir os caminhos, ver quais são as reais necessidades da comunidade, o quê que você pode ajudar, o que não pode ajudar. O pessoal daqui é muito fechado, muito isolado. Eles viviam muito isolados aqui. As pessoas muito reativas. Eles ficaram muito isolados. **O que moram aqui mesmo você percebe que eles são pessoas sofridas, complexadas, aquelas coisas assim.** Então aos pouquinhos eu fui conseguindo fazer amizade com as pessoas, fui chegando, chegando. E eu também não sou aquela pessoa... porque tem gente que chega e vai tomando conta do pedaço, e não sou assim. Eu também vou aos poucos. Então foi aos poucos. E as coisas foram acontecendo. Aí começa a mexer aqui, mexer ali. E faz uma coisa. E aí as coisas foram ganhando corpo porque começaram a ter confiança em mim. **E eu dei sorte que algumas coisas boas aconteceram, igual esse ano, foi ótimo, que o prefeito veio, aí arrumou a estrada, então isso levanta a auto-estima do pessoal.***

Pergunta: *eles se mobilizaram bem naquela plenária do OP, como é que foi essa mobilização?*

Resposta: *de porta em porta, porque a maioria não sabe nem ler. São analfabetos mesmo. Então a comunicação de botar papelzinho... até eu descobrir isso. Até que eu descobrir que eles eram analfabetos quando surgiu a oportunidade de trazer um curso de alfabetização de adultos. Aí eu fui fazer o levantamento a maioria é analfabeto. Alguns sabem desenhar o nome. **Aí eu fiquei assustada, que umas pessoas até conversando têm um bom nível, se expressam bem, mas são analfabetas mesmo, completamente, nem o nome sabe escrever.** Quando eu descobri isso pra mim foi um choque porque tinha umas pessoas que eu nunca imaginei que não sabiam ler, nunca tinham ido na escola, então é uma coisa complicada.*

Pergunta: *Você falou que você foi conhecendo as necessidades reais assim.*

Resposta: *O grande problema que essa comunidade tem. Que eles acham que é o problema deles, é a estrada. Tudo que você vai falar gira em torno da estrada. A gente sabe que não é só esse o problema, tem um monte de coisas por trás. **Eles não conseguem enxergar nada a não ser a estrada. Então eu falei, tem que resolver o problema da estrada, tem que começar pela estrada, pra dar espaço pra aparecer outras coisas.** E realmente a estrada pra eles é o caos, porque no dia que o ônibus não sobe é um inferno. Quando chove muito, nem ônibus escolar sobe. Só as mães, aquelas mais... descem, saem cinco e meia da manhã, no escuro. Às vezes chovendo, na lama e levam até lá em Canoas pra pegar o ônibus. Então realmente se uma pessoa adocece. Então eles não conseguem pensar em nada a não ser na tal de estrada. Nada, nada. Tudo que você fala é a estrada. (Extrato da entrevista com uma moradora aposentada, de origem urbana, associada da AMACAPAV e mobilizadora da comunidade de Varginha)*

Para a moradora entrevistada, as reais necessidades da comunidade giram em torno da questão da educação, emprego e capacitação profissional. O asfaltamento da estrada serviria para trazer uma melhora prática para a vida cotidiana dos moradores, abrindo caminho para a reflexão sobre os outros problemas que afetam a comunidade. Ressaltamos, porém, que essa mobilização em torno da questão da estrada não coincide com a mobilização observada

durante as atividades regulares da associação, onde a atuação dos moradores de origem rural é quase nula.

Para entendermos melhor a influência dos moradores de origem urbana no processo de mobilização comunitária e as implicações disso na questão ambiental, nos remetemos no próximo tópico, à análise – sob a perspectiva dos forasteiros – do movimento dos moradores de origem urbana em direção à localidade e sua influência na organização comunitária e no desenvolvimento de uma cultura ambientalista local.

#### **2.4. Do urbano ao rural: a busca por reinventar a relação da sociedade com/na natureza**

De acordo com o que ficou evidenciado na primeira parte deste capítulo, a Região Serrana do Rio de Janeiro vem atraindo nas últimas décadas um número crescente de pessoas da capital fluminense que, numa espécie de fuga da vida caótica da metrópole, buscam se estabelecer em altitudes mais elevadas, gozando de um clima mais ameno e contando com a possibilidade de cultivar um estilo de vida mais “próximo à natureza”, longe da degradação ambiental, tão evidente na região metropolitana. No depoimento de um dos moradores de origem urbana, fica clara essa relação da explosão urbana e da degradação ambiental com a sua opção por sair da cidade do Rio de Janeiro:

*“Naquela época eu visualizei que o Rio de Janeiro não era um local que ia se morar bem, ia se viver bem, senti isso muito de perto, porque fui criado ali no Jardim Botânico e tudo aquilo era casa e vi tudo se transformar em selva de pedras, ter presenciado isso aí me marcou muito porque eu gostava do Rio de Janeiro, era uma pessoa que gostava da Bahia de Guanabara, da Lagoa Rodrigo de Freitas, porque eu vivi muito próximo. Porque vivi essa degradação intensamente e quando chegou o estudo de economia eu fui percebendo os processos econômicos, e me veio assim de estudar agronomia na intenção de procurar um caminho que desse para ficar mais próximo da natureza [...] Ai eu vim parar aqui, porque eu tava na terra num lugar distante, a gente buscando a terra, a gente tava buscando um lugar que fosse agrícola, isso era um critério fundamental [...] Aquele Rio de Janeiro que eu saí não conhecia uma região como essa aqui, altamente agrícola, a cultura que tinha aqui. Naquela época você ainda lavrava a terra com boi, você tinha os moinho de pedras, você tinha coisas ainda muito assim arragaidas, você tinha muito alimento, criava porcos, você tinha muita alimentação que era local, mas isso me atraiu e encontramos esse sítio com uma água boa.”*

Para esses emigrantes, a vida na cidade é colocada em cheque, tornando-se inviável, tanto do ponto de vista social e econômico, quanto do ponto de vista ambiental. A qualidade de vida nos grandes centros urbanos é questionada de forma definitiva:

*“É isso que eu te falei, não foi uma coisa de opção, a vida lá ficou tão ruim que desmobilizou completamente, eu já não agüentava mais ficar ali e nada mais funcionou. Aquela coisa que você achou assim, porque que você está na cidade grande, pra usufruir de acesso a informação, a lazer variado, oportunidade de trabalho interessante, círculo de amizades interessante a nível virtual, social e nada disso que eu acabei de falar a gente tinha. A gente tinha um círculo de amigos super limitado, no fim das contas não dizia nada pra gente, não era uma coisa que a gente tinha um prazer em fazer, tudo se tornou um suplício, até o meu convívio com a minha mulher começou a ficar uma porcaria, enfim ficou tudo ruim, tudo caótico, a promessa da vida moderna não funcionou, a ascensão financeira que é uma coisa que atrai, também a gente teve uma puta ascensão e de repente cresceu demais, o paradoxo, avacalhou tudo, enfim tomamos a decisão de sair correndo de lá. Quando você está segurando alguma coisa e ela esquentava a tendência é largar, por mais que de repente você quer segurar aquilo você não consegue mais segurar, então foi isso que aconteceu, a vida se inviabilizou na cidade.”* (ex-morador do Rio de Janeiro, recém-mudado para a comunidade de Canoas)

Para além dessa migração da capital para as cidades interioranas, temos em perspectiva nessa pesquisa a busca dos moradores das cidades grandes pela vida nos espaços rurais, o que representa uma mudança muito mais brusca no estilo de vida do que a observada, por exemplo, naqueles que simplesmente saíram da cidade do Rio de Janeiro para morar na cidade de Teresópolis. Em muitos dos casos estudados, a mudança de vida da metrópole para a zona rural, simbolizou inicialmente o desejo de ruptura com todo um modelo de sociedade baseado em relações individualistas, exploradoras e degradantes da cultura e do ambiente. Observa-se na fala dos forasteiros, uma busca original por se libertarem dos vínculos que os aprisionavam à realidade metropolitana, e por se reencontrarem numa vida mais próxima da natureza e dos costumes rurais, longe da confusão dos centros urbanos. É o que fica explícito na fala de um morador de origem urbana que antes de se mudar para Prata dos Aredes, vivera por alguns anos com sua família em Saquarema-RJ:

*[...] eu e a minha esposa, nós tivemos mais ou menos a mesma criação assim no intuito da gente buscar as mesmas coisas, ou seja, um contato com a natureza, por tudo que a gente estava fazendo na cidade, de uma forma geral, a gente sentia a necessidade de ir em busca da natureza [...] eu queria também me libertar do Rio de Janeiro daquele ciclo né, de trabalho e assim que eu fechei um ciclo de trabalho dentro da TV Globo, eu consegui me libertar da metrópole. E foi nesse momento que eu consegui me libertar da metrópole Rio de Janeiro, que aí nós fomos morar em Saquarema, também numa área rural, ali é uma área rural. Boizinho sendo ordenhado na esquina, plantações ali e aqui de aipim, de caju, aquele jeito bem rural, o pessoal andando a pé, de bicicleta, uma área rural dentro de uma reserva ecológica. [...] eu lá fui pra viver de forma totalmente alternativa, ainda tinha um sonho de viver da terra, eu na verdade quando fui pra lá não tinha emprego, não tinha nem perspectiva de trabalho...”*

Observa-se nesse depoimento, como é forte a imagem do rural, associada a um ideal de vida alternativa, onde seja possível inclusive realizar o sonho de “viver da terra”. Constata-se que muitas vezes essa mudança é feita de forma impulsiva e radical, com as pessoas abandonando seus postos de trabalho na cidade, estando dispostas a recomeçar suas vidas, desenvolvendo atividades completamente diferentes daquelas desempenhadas anteriormente.

*“É, o meu trabalho lá como artesã, na verdade ele demorou um pouquinho pra desenvolver, porque eu fiquei mais dedicada a conseguir uma condição de moradia, condição de vida pra mim e pros meus filhos [...] e da parte profissional demorou um pouco até eu poder me dedicar mais ao trabalho, até porque na verdade eu num priorizei o trabalho quando eu mudei pra lá, eu priorizei um estilo de vida [...] que eu almejava, eu queria ter aquele estilo de vida, de morar num lugar afastado do centro da cidade, de curtir aquelas coisas todas, de tomar banho de rio, de ficar curtindo o passarinho.”* (artesã, moradora de Prata dos Aredes)

É nesse contexto que comerciantes tornaram-se artesãos, administradores tornaram-se agricultores, cinegrafistas tornaram-se donos de pousada, economistas tornaram-se mobilizadores comunitários. E nesse movimento de transformação das suas relações com o trabalho, com o mundo e com as pessoas, esses forasteiros foram remodelando também a realidade local e, quase sem perceber, foram imprimindo um novo ritmo de vida, mudando os rumos do desenvolvimento da localidade, trazendo para o lugar muitas daquelas coisas que outrora quiseram deixar para trás na cidade grande. Esse tipo de análise é trazida por Leony (in RODRIGUES, 1997) quando o autor discute as origens do turismo ecológico, surgido em contraposição ao turismo de massa:

Esta nova postura em relação ao turismo surgiu, efetivamente, quando músicos, escultores, pintores e outros profissionais liberais, isolados ou em pequenos grupos, se dispuseram a conhecer novos e primitivos lugares, fazendo destes locais constantemente visitados, espécies de ponto de encontro. Essas pessoas, encantadas, tinham uma maneira especial de lidar com o lugar integrada à natureza, respeitando-a e preservando-a. Aos poucos a sociedade tradicional percebendo o movimento delas passam a freqüentar o local, que depois é descoberto pela mídia, atraindo um fluxo incontrolável de turistas (p.120).

Conforme observado anteriormente, a chegada da fazenda Vrajabhumi na localidade, em meados da década de 1970, marcou uma época em que um número cada vez maior de pessoas de fora passou a morar no local. A propriedade ganhou esse nome no ano de 1976, quando o fundador do projeto foi em Nova York para um retiro espiritual e encontrou com o Guru

indiano Srila Bhaktivedanta Swami Prabhupada<sup>7</sup>, que lhe deu iniciação espiritual e batizou o local com o nome de Vrajabhumi<sup>8</sup>. A partir de então, o proprietário doou à Iskcon parte das suas terras para a construção de um Ashram<sup>9</sup> e em outra parte ele construiu um hotel, onde passou a receber turistas de várias partes do Brasil. O movimento da Consciência de Krishna, associado ao projeto do hotel, passou a atrair para a localidade uma série de pessoas do movimento alternativo, entre músicos, artistas e artesãos que se instalaram principalmente em Prata dos Aredes, buscando uma mudança no estilo de vida levado na cidade. No depoimento do proprietário de um dos quatro hotéis existentes hoje em Vrajabhumi, observa-se a concepção adotada no trabalho de recebimento dos turistas originados da metrópole:

*“Eles de certa forma buscam poder diminuir a velocidade, o seu ritmo, de vida porque têm consciência de que isso é o certo, isso é qualidade de vida, porém é muito difícil, impossível você parar uma locomotiva apenas, freá-la de uma vez só, portanto eles vêm de uma velocidade, de uma visão, um modo de vida da cidade, da metrópole, e só se livram dessa lembrança da metrópole quando pegam a estrada, não tem mais congestionamento, não tem mais guarda de trânsito, não tem mais pivete, não tem mais favela e pegam a estrada. Agora essa estrada é a passagem, é o túnel do tempo, entre a cidade e a área rural, ele tem uma hora e meia, duas para poder passar e fazer essa transição, então quando eles chegam aqui eles chegam com a impressão da cidade, mas já não estão mais na cidade, e é muito louco isso, porque a gente percebe nitidamente que as pessoas ficam impactadas, elas ficam impactadas, e elas mesmas ficam perdidas e tensas, é aí que entra o nosso trabalho, porque quando a gente concilia a parte terapêutica e abrimos os olhos deles de que o natural e o saudável é esse modo de vida, respeitando o tempo, o tempo do dia, o tempo do sol, das refeições e se conhecendo um pouco mais, aí é que as pessoas começam a entender, porque até então elas estão cegas para essa vivência, então nós entramos aí, justamente para facilitar essa passagem e em contato com a natureza que aqui é muito abundante, isso propicia melhoria da qualidade de vida.”*

Foi a partir do começo da década de 1990 que esse movimento se intensificou e a localidade passou por um vertiginoso crescimento demográfico. A comunidade de Prata dos Aredes ficou conhecida por abrigar uma espécie de comunidade alternativa, onde era possível encontrar pessoas com um pensamento diferente, de vanguarda, voltado para novos valores

---

<sup>7</sup> fundador da Sociedade Internacional para a Consciência de Krishna – Iskcon, Srila Prabhupada estabeleceu no mundo ocidental, entre os anos de 1960 e 1980, um amplo movimento de pregação da corrente espiritual Vaishnava. Pregando um ideal de “vida simples e pensamento elevado”, fundou inúmeros ashrams por todo mundo, encorajando as pessoas a adotarem uma vida no campo, longe da cidade que, com sua agitação é considerada desfavorável ao cultivo da espiritualidade. O convite está presente nos inúmeros livros publicados pelo movimento Hare Krishna: “Saia da cidade, afaste-se do barulho, da poluição e da loucura desse tipo de vida. Volte-se para uma vida mais simples, mais natural. More perto da Mãe Natureza, perto de Deus” (BHAKTIVEDANTA, 1991).

<sup>8</sup> nome indiano que significa “A Morada Sagrada de Deus.”

<sup>9</sup> local destinado ao cultivo da vida espiritual e à prática de atividades devocionais.

ecológicos, comunitários e espiritualistas. Isso foi um fator determinante para muitas pessoas que optassem por adquirir terras na localidade:

*“A gente tava com uma proposta de conseguir uma coisinha no interior, mas numa área que fosse preservada, a gente não queria comprar um terreno que você olhasse para o lado e visse pastos ou plantação de tomate [...] fomos em vários lugares, a gente começou a fazer alguns raciocínios do que seria mais legal pro nosso estilo de vida, a gente gosta de floresta na verdade, gostamos muito de floresta e queríamos uma área que fosse preservada, tivesse mata. Ai a gente comprou esse terreno que **a gente se interessou mais pela localidade, dentro de uma comunidade ali em Prata dos Aredes que já tem toda uma questão, tem os Hare Krsnas, tem uma visão mais holística.** [...] e já conhecia as pessoas ali, uma visão mais assim não tradicional ocidental, uma visão mais diferente assim, indiana, **um monte de gente que expunha artesanato na feira hippie do Rio.** Tinha alguns cultivos de mel e tem a questão lá dos crus, existe uma comunidade interessante, além do fato do sítio estar em uma área muito verde, na época ainda não era pasto.”* (morador de Teresópolis que acabou adquirindo um terreno em Canoas)

Diversos outros movimentos, não necessariamente sofrendo a influência de Vrajabhumi, também começaram a surgir na localidade, fazendo convergir uma série de experiências levadas a cabo pelos forasteiros, que, de uma forma ou de outra, pretendiam promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural local. As transformações socioespaciais e socioculturais observadas na localidade vão tornando-se cada vez mais complexas: grupos distintos de moradores de origem urbana chegam ao local, apresentando notada diversidade sociocultural, com diferentes origens, interesses e projetos de vida.

Dentro do movimento alternativo encontram-se: espiritualistas, que buscam o distanciamento do mundo materialista e o cultivo de uma vida voltada para valores espirituais e comunitários (muitos desses vão viver no ashram e acabam assumindo uma posição de isolamento em relação ao restante da comunidade); profissionais liberais, artistas, artesãos, músicos, hippies, etc, que buscam uma mudança radical no seu estilo de vida, distante dos centros urbanos e em sintonia com a natureza. Muitos desses comprometidos em desenvolver modelos ecológicos de ocupação do ambiente, que incluem experiências com agroecologia, bioconstrução, geração de energia alternativa, manejo e reciclagem do lixo, recuperação de áreas degradadas, proteção de rios e nascentes, etc. Alguns desses se envolvem no movimento da associação de moradores a fim de disseminar as ideias ambientalistas para o restante da comunidade; outros se envolvem em um pequeno círculo de amizades e interagem muito pouco com os moradores de origem rural e com o restante da comunidade.

Nesse grande grupo incluiríamos ainda aqueles com maior poder aquisitivo que investem um alto capital em empreendimentos ligados ao turismo, como pousadas, hotéis e

restaurantes. Ressalta-se, porém, que entre estes últimos existem aqueles que não entram na onda do movimento alternativo, porque não trazem consigo a preocupação ambientalista e comunitária demonstrada pelos demais. Observa-se também aqueles que simplesmente optam por viver em um lugar mais afastado da cidade, mantendo, porém, sua relação de trabalho com a cidade; ou aqueles que vivem na cidade e passam a trabalhar em empresas, ONGs e outras instituições presentes na localidade.

Outro grupo bastante presente e atuante é o de aposentados, que depois de manterem por alguns anos casas de veraneio na localidade, aposentam-se e passam a viver no local, redescobrimo novos talentos e novas possibilidades de trabalho, voltadas para a mobilização comunitária e o trabalho junto a ONGs e à associação de moradores;

*“Eu tinha essa ideia: se eu tivesse saúde quando me aposentasse que eu ia sair do Rio [...] eu queria sair da cidade, daquele bafafá do Rio de Janeiro. Quando eu cheguei aqui a primeira vez, foi de apaixonar, era mato. Aí eu vim aqui e fiquei maravilhada, na verdade eu tenho um histórico de vida de passar todas as férias da minha vida em área rural. O que eu gostei foi de achar um lugar assim bem preservado e ser um caminho pouco explorado, porque não dá passagem para carro.” (moradora aposentada de Canoas)*

Completando esse quadro complexo, não podemos deixar de citar a influência dos moradores da periferia de Teresópolis (facilitada pela proximidade com o bairro do Meudon) que também começam a ocupar o local trazendo um pouco da cultura suburbana, através da qual vestígios de tráfico de drogas e baile funk já se fazem presentes.

No começo da década de 1980, houve uma mobilização de moradores locais, juntamente com militantes do movimento ambientalista do Rio de Janeiro, para criação da Área de Proteção Ambiental-APA do Jacarandá que contou, inclusive, com a participação do atual ministro do meio ambiente, Carlos Minc. A APA foi criada pelo decreto nº 8280 de 23 de julho de 1985, inviabilizando além do tráfego de veículos, os desmatamentos que aconteciam na região em função de empreendimentos imobiliários que se espalhavam ao longo da estrada. Foi nessa época que o acesso à localidade passando pelo bairro do Meudon foi restringido. Após a criação do Parque Estadual dos Três Picos no ano de 2002, o IEF/RJ (que em 2007 passou a integrar o Inea) manifestou a vontade de reativar essa antiga estrada, colocando a comunidade da Prata dos Aredes como um dos portais de acesso ao Parque. A população local, temendo os impactos ambientais e sociais causados pela proximidade com o bairro do Meudon, se manifestou contrária à medida, pressionando os órgãos ambientais para que essa estrada não fosse reativada.



A partir do ano de 1991, foi iniciado na comunidade de Canoas, o trabalho do Espaço Compartilharte (consolidado enquanto instituição no ano de 1996), formado a partir de um grupo de amigos ligados à militância em movimentos sociais e ambientalistas que se uniram em torno de ações voluntárias junto à comunidade, buscando, através de atividades lúdicas e pedagógicas (música, teatro, literatura, artes plásticas), desenvolver um trabalho voltado para a educação de crianças e jovens. Durante anos foi desenvolvido, em parcerias com as escolas da região, um trabalho voltado para a educação complementar, associado ao resgate de tradições culturais como o boi-bumbá, contação de histórias, jogos e brincadeiras, etc. No ano de 2006, a instituição aprovou junto ao Ministério do Meio Ambiente, por meio do PDA Mata Atlântica, o projeto “Veredas do Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Canoas”, com duração de três anos, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade através do aproveitamento do potencial turístico local, tornando-se também referência em desenvolvimento sustentável na região. Durante a execução do projeto, além das diversas oficinas de educação e cidadania ministradas em parceria com as escolas da região, foram capacitados guias locais e desenvolvidas diversas oficinas de capacitação profissional tendo em vista a proposta de consolidação de um circuito turístico local. Além disso foi criado no espaço da instituição o CREDS – Centro de Referência em Educação e Desenvolvimento Sustentável, no qual o visitante tem a oportunidade de conhecer melhor a região, as espécies da fauna e flora locais, obter informações acerca do trabalho de educação ambiental desenvolvido na região e adquirir produtos e serviços oferecidos por artesãos e guias locais. Junto ao Conselho Consultivo do PETP, o Espaço Compartilharte vem atuando em parceria com a Amacapav, na defesa dos interesses da localidade junto às decisões tomadas pela administração do Parque.

A formação da Associação de Moradores de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha – Amacapav aconteceu no ano de 1998, a partir da articulação de moradores de origem urbana e proprietários de terras das três comunidades que se mobilizaram em torno, principalmente, das questões ambientais que afetavam a localidade:

*“A associação foi fundada para melhorar as condições entre outras ambientais, mas também sociais e econômicos dessa região. E tudo isso no sentido de sustentabilidade. Não foi o caso dessas pessoas de querer organizar loteamentos aqui, fábricas, indústrias, puxar indústrias para cá, foi para preservar o que tem. E conseguiram preservar bastante.”* (diretor de meio ambiente da Amacapav).

Desde o período de sua fundação, a Amacapav vem promovendo diversos eventos voltados para a educação ambiental na localidade, destacando-se os mutirões de limpeza dos

rios e festas temáticas, durante as quais busca-se trabalhar os temas ambientais emergentes: poluição dos rios, manejo do lixo, desmatamento, eventos que ocorrem no âmbito do PETP, etc. Também foram organizados abaixo-assinados em prol das demandas feitas pela comunidade, relacionadas principalmente às melhorias nas condições de transporte, saúde, educação e lazer. Em parceria com os órgãos ambientais foram realizadas capacitações de brigadistas anti-incêndio. Além disso a Amacapav possui cadeira no Conselho Consultivo do PETP e em diversos outros conselhos municipais, como o Conselho da Cidade e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), onde busca-se defender os interesses da localidade, no âmbito da tomada de decisões em cada uma dessas instâncias de participação popular. Junto ao Conselho do PETP a Amacapav vem protagonizando um projeto de uso e ocupação de solo no entorno do parque, visando conter o processo de urbanização e a especulação imobiliária na região.

## **2.5. Conflitos e diferenças socioculturais**

Tendo em vista a diversidade sociocultural que se instala na localidade, é natural que diferentes leituras do mundo sejam realizadas a partir de histórias de vida diferentes, estando os diferentes moradores observando a realidade local sob diferentes perspectivas e utilizando linguagens também diferentes para expressar a percepção da realidade. Essas linguagens diferentes se chocam o tempo todo na realidade local, fazendo com que muitas vezes, aquilo que para uns é visto como necessidade urgente, para outros seja visto como algo prescindível. É importante considerar, que de uma forma geral, os moradores de origem urbana possuem um nível de escolaridade maior e também um maior poder aquisitivo que os moradores de origem rural, pertencendo a classes sociais diferentes. Esses são fatores críticos quando queremos entender a origem dos conflitos e desentendimentos observados na localidade.

Em alguns depoimentos observamos o estranhamento dos moradores de origem urbana quando foram morar na localidade, ficando explícita essas diferenças socioculturais:

*“É...eu num sei cara...eu me achava muito estranho, as pessoas me achavam estranhas, eu achava elas estranhas, e elas...me achavam meio diferente por eu estar vindo da cidade, indo morar lá, outra cultura e tal, e eu também nunca fui muito social, isso num ajudava muito...e eu já tinha os meus amigos na cidade já conhecia bastante gente, o pessoal tinha crescido junto comigo e eu fui levado pra lá, tive que largar antigas*

*amizades, pra estar conhecendo novas amizades, novas pessoas e numa realidade que era completamente diferente da minha que eu estava acostumado.”* (jovem morador de Prata dos Aredes)

Por virem de uma realidade diferente, em busca de soluções para as crises observadas na sociedade urbano-industrial, são os moradores de origem urbana os protagonistas dos movimentos ambientalistas que se estabelecem na localidade, sendo eles também os que passam a abrir caminhos para as formas de organização coletiva e participação política das comunidades estudadas, aumentando sua representação perante o Poder Público Municipal. Uma das únicas moradoras de origem rural efetivamente atuante na Amacapav comenta o predomínio dos moradores de origem urbana no movimento associativista:

*“Eu acredito que seja pelo conhecimento. As pessoas de fora tem mais garra, tem um objetivo maior, até porque já conhecem os efeitos de determinadas assuntos, são pessoas de uma cultura bem mais elevada. Então eu vejo assim que tem uma força maior no trabalho da associação, são pontos muito fortes na associação em relação ao meio ambiente e até mesmo em se tratando da saúde e das pessoas. Mas eles a gente já considera daqui.”*

É inegável que a influência de muitos desses movimentos, originados da iniciativa dos moradores forasteiros, venha contribuindo de várias maneiras para a preservação ambiental e, em alguns aspectos, para a melhoria da qualidade de vida na localidade. Contudo, a partir do que foi observado nessa pesquisa, ressaltamos que há uma tendência crescente à segmentação entre os moradores de origem urbana e de origem rural, que se divergem quanto ao que deve ser visto como sendo as reais necessidades da comunidade. Isso reflete-se na desconfiança e na falta de participação dos moradores de origem rural em relação aos projetos desenvolvidos no âmbito de instituições como o Espaço Compartilharte e a Amacapav.

*“Geralmente os que não aprovam são aqueles que nunca aparecem, nem sabe o que está acontecendo, mas a associação é muito importante para a comunidade, com relação ao meio ambiente mesmo, um dos principais fatores. A associação foi gerada e logo foi colocada em serviço do meio ambiente que foi o primeiro mutirão que fizemos para a limpeza dos rios que fizemos com as crianças e adolescentes. Maravilhoso! E depois fizemos nem sei quantas mais! Não lembro!”* (professora aposentada de Prata dos Aredes)

Entre os moradores de origem rural é comum a crítica às atividades da Amacapav e o questionamento da sua representatividade perante a comunidade. Para muitos, a associação

está ali para defender os interesses de um determinado grupo de pessoas e não da comunidade como um todo:

*“Quando a gente fala de associação, de um grupo exercendo o poder, a gente tem na verdade dois lados da moeda: **tem um grupo na associação que pode ter uma visão de ajudar o lugar em termos de buscar a necessidade da região, do lugar, dentro do perfil dela, da característica dela, dentro do que ela precisa, dentro das principais necessidades dela, como também a gente pode ter um grupo de pessoas, como vou dizer, simplesmente exercendo aquela função, mas dando a mínima, dependendo das pessoas que estão, simplesmente estão ali pra defender alguns grupos.** [...] Então quer dizer, se houver realmente uma participação focando na verdade as características do lugar, do seu perfil, o que ela precisa, eu acredito que essa associação na verdade vai exercer um papel importante.”*  
(jovem morador de Prata dos Aredes)

Por outro o lado o mesmo morador reconhece o desinteresse da comunidade em participar dos trabalhos da associação, deixando explícita a falta de diálogo entre “ambas as partes”, nesse caso “comunidade” e “associação” são vistas como duas coisas diferentes:

*“Na verdade eu só coloquei aqui um ponto de vista, **mas eu acho que de forma geral o que acontece é que existe muito o desinteresse da parte geral, principalmente como um todo, por parte da comunidade.** Por exemplo, eu olho de repente esse aspecto de trabalho na comunidade, eu por exemplo, se não vejo, não tenho nenhum vínculo, tipo assim eu não participo, não procuro ver o que a associação está buscando, o que ela já tentou pedir, o que ela conseguiu, **então na verdade as coisas estão ocultas para ambas as partes, há um desinteresse que não busca saber o que a associação está fazendo, então há esse desentendimento.**”*

Conforme visto anteriormente, observa-se que a maior preocupação dos moradores de origem rural, principalmente dos jovens, refere-se à falta de opções de trabalho na localidade, associada à precariedade do serviço de transporte, que é o que tem levado muita a gente a buscar condições melhores de vida na cidade. Por outro lado, a Amacapav, representada em sua grande maioria pelos moradores de origem urbana, foca a sua preocupação na proteção e conservação do meio ambiente. Isso, na prática, torna-se o principal fator responsável pelo distanciamento dos moradores de origem rural da associação que, aliada aos órgãos ambientais, exerce muitas vezes o papel de fiscal do meio ambiente, denunciando desmatamentos e construções irregulares, ou qualquer outro tipo de crime ambiental observado na localidade. O próprio diretor de meio ambiente da Amacapav reconhece o impacto desse tipo de ação na comunidade:

*“[...] **nem todo mundo concorda com a nossa política, nem todo mundo concorda que a gente tem contato com o Parque e com a secretaria de***

*meio ambiente [...] Fiscalização é sempre inimigo, se você bota limite para alguém que tá invadindo o terreno, todo mundo sabe que tá invadindo, ele não vai ser seu amigo, se alguém começa a cortar uma mata porque está construindo uma casa e comprou um lote plantado com árvores e você chama a fiscalização, ele não vai ser mais seu amigo.”*

As restrições impostas pelos órgãos ambientais à área da construção civil tem sido as principais responsáveis por criar uma imagem negativa do parque entre os moradores, que cada vez mais associam a presença do PETP a obstáculos e impedimentos criados no caminho daqueles que buscam reproduzir sua vida na localidade:

*“[...] então o parque ficou aqui de uma certa forma como um peso morto. Lembra-se do parque aqui quando vai fazer a sua casa e o Ibama e a Defesa Civil vem em cima de você e quer embargar o seu trabalho, você é denunciado por alguém que está fazendo casa dentro dos limites do parque, ou bem próximo dos limites do parque, ou seja uma vida inteira você passou trabalhando pra construir a sua casinha, pra criar os seus filhos e essa oportunidade vem querendo ser tirada de você por questão do parque, porque ele está ali. Então eu acho que essa é a visão que as pessoas têm do parque, eu acho que a maioria aqui dentro, Canoas, Prata e Varginha, você vai construir a sua casa o Ibama quer embargar a sua casa, a Defesa Civil não quer deixar você construir a sua casa, porque tem um parque em volta e você está dentro da área do parque ou próximo da área do parque, essa é uma das visões do Parque.”* (jovem morador de Canoas)

Em palestra proferida no auditório da Prefeitura Municipal de Teresópolis, no mês de abril de 2009<sup>10</sup>, o diretor de áreas protegidas do Inea expôs ao público um pouco do que se tem pensado no âmbito do órgão ambiental acerca da política de gestão de unidades de conservação no Rio de Janeiro. Ao ser questionado sobre o trabalho de educação ambiental junto às comunidades do entorno das uc's, o palestrante enfatizou a formação de guarda-parques, com “ênfase em relações públicas”, que seriam capacitados a fazer essa interface com a comunidade, de forma que o trabalho de fiscalização “evite os instrumentos coercitivos e preze pela educação, instrução e convencimento”.

Esse tipo de mentalidade reflete, por um lado, um avanço em termos de gestão de uc's, ao evitar a aplicação de instrumentos coercitivos, prezando pela “educação, instrução e convencimento”. Observa-se, contudo, que a postura do PETP diante da comunidade ainda permanece distante do ideal expresso no âmbito do Conselho do Parque, de “ampliar o diálogo com as comunidades do entorno”. Um jovem morador de Prata dos Aredes relata um

<sup>10</sup> em ocasião do evento “Quartas Ambientais”, promovido pela Secretaria de Meio Ambiente de Teresópolis.

encontro que teve com uma equipe do PETP, que o surpreendeu queimando lixo na propriedade em que trabalhava:

*“[...]foi acho que um ano atrás, no sítio onde eu trabalho, eles estavam queimando lixo e a fumaça subiu muito alta, não sei se eles viram de lá, ou se eles vieram passar com os quadriciclos por aqui, acabaram vendo e foram reclamar com o meu patrão, ao invés de automaticamente multar, porque é crime: ‘queimar lixo é crime. Não, avisaram que não podia queimar?’ e ele falou que: ‘o quê que eu vou fazer com o lixo?’ Respondeu com uma outra pergunta: ‘o quê que eu vou fazer com o lixo?’. Eles se calaram e simplesmente entraram no quadriciclo e foram embora. E aí? Que preparação, que atuação que eles tiveram na comunidade nesse ponto? Nenhuma.” (Morador de Prata dos Aredes)*

No entorno do PETP observa-se que as penas previstas em lei para os crimes ambientais, são ainda os instrumentos mais utilizados para coibir atividades como caça e captura de pássaros, desmatamento, queimadas, extração de madeira e construções irregulares. É recorrente na fala dos moradores que esse tipo de atividade diminuiu na localidade muitos mais pelo medo de multas e apreensões, do por uma tomada de consciência das pessoas em relação à importância de se manter os ecossistemas preservados:

*“O pessoal tem medo de desmatar por causa da questão do parque. Mas o parque não tem uma vida ativa aqui dentro.” (jovem morador de Prata dos Aredes)*

*“[...] outro dia, por exemplo, teve um cara que comprou um terreno aqui, um lote pra fazer uma casa. Aí eu perguntei pra umas pessoas porque eles estavam trabalhando de noite. **‘Ah porque eles estão derrubando umas árvores aí e o Ibama não pode ver’**. Aí estavam fazendo de noite o serviço, **pro Ibama não ver**. Eles tem um medo, mas é aquela coisa do brasileiro que arranja sempre um jeitinho de burlar.” (moradora de Varginha)*

*“[...] segundo dizem, tem gente do parque rodando o tempo todo e tem câmeras no meio do mato. Foi o que foi dito aqui pra mim. Ah! Mas quem instalou as câmeras no meio do mato? Mentira, “caô” puro, mas falaram e a gente finge que acredita. Eles fingem que falam e a gente finge que acredita. Então algumas pessoas, por questão do medo, começaram a ter um respeito maior com relação a isso, **então eu num vou entrar no mato pra caçar porque se o Ibama passar aqui e me ver, e ver que eu estou ligado à essa armadilha, já era, rodei.**” (jovem morador de Canoas)*

*“Inibe né. Os predadores, em função dos palmitos, diminuiu um pouco, teve uma época que diminuiu, mas sempre arranja um jeito pra desmatar né? Que antes era no machado, aí o pessoal: ‘ah liga para o Ibama’, daí o Ibama já vinha, mas já foram embora, porque até o Ibama chegar né? Aí depois eles passaram no serrote. Quando o Ibama passava já estava tudo derrubado. **Por outro lado, em matéria de caça melhorou muito, porque o pessoal caçava muito, pegava muito passarinho, por esse lado já melhorou muito, você pode ver que o jacu, que é uma ave que já estava***

***em extinção aqui, hoje não o jacu vem aqui, a saracura vem aqui no quintal comer com as galinhas.” (morador de Prata dos Aredes)***

*“Eu estava falando com a minha mãe: só hoje na parte da manhã, de oito à meio dia, o helicóptero do Ibama passou quatro vezes, uma hora passou lá embaixo outra hora passou em cima, outra hora passou pro lado, outra hora passou pra lá, e depois ainda ouvi barulho de helicóptero duas vezes passando, então o pessoal começa a ver o helicóptero, porque eles passam baixinho, você vê que eles passam baixinho porque você vê a letra, então você começa a perceber: ‘o Ibama está passando mais aí, num vou ficar dando mole’. Então você começa a deixar de exercer determinadas ações, você começa a deixar de caçar, pegar passarinho, por livre e espontânea pressão, mas acaba se tornando uma coisa boa, porque quando você deixa de fazer uma coisa por pressão, num é bom com certeza, mas depois que você deixa de fazer essas atividades, aí você começa a desenvolver a visão disso: ‘poxa parei de caçar, começou a ter mais bicho, começou a ter mais variedades.’” (morador de canoas)*

Observa-se nesses depoimentos que, apesar das ações coercitivas, os próprios moradores reconhecem os impactos positivos da presença do parque na localidade, no que se refere à diminuição dos desmatamentos e da caça, e à presença de diversas espécies de aves, mamíferos e plantas, que antes não eram vistas com tanta facilidade na região. Ainda assim, constata-se o papel fundamental que um trabalho pedagógico, na linha da educação ambiental transformadora, pode exercer no sentido de colocar a questão da conservação como algo positivo na localidade, e não apenas como sinônimo de restrições e impedimentos às atividades ligadas à reprodução da vida no espaço rural.

Portanto, está se propondo uma educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória. *Crítica*, na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui. *Transformadora*, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade de a humanidade construir outro futuro a partir da construção de outro presente e, assim, instituir novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. É também *emancipatória*, por tomar como valor fundamental da prática educativa a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos, a superação das assimetrias e, conseqüentemente, a democratização da sociedade (QUINTAS in LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO (orgs.), 2009, p.64).

Durante o projeto “Veredas do Desenvolvimento Sustentável” desenvolvido pelo Espaço Compartilharte, entre os anos de 2006 e 2008, buscou-se atender à demanda local por criação de oportunidades de trabalho e geração de renda, através de diversos cursos de capacitação profissional, associados à idéia de construção de um circuito turístico local que pudesse dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos na localidade. Inicialmente o projeto

conseguiu mobilizar muitas pessoas para participar dos cursos propostos de capacitação de pequenos empreendedores em diversas áreas (culinária, artes plásticas, ecoturismo, etc). No decorrer do trabalho, contudo, a comunidade foi se desmobilizando, de forma que muitas dos cursos propostos foram inviabilizados por falta de quórum. Dos mais de cem inscritos inicialmente, somente cerca de quinze participantes foram até o final do projeto. As pessoas começaram a manifestar uma desconfiança crescente em relação à instituição, que passou a ser acusada de estar se aproveitando do trabalho das pessoas e da boa vontade da comunidade para ganhar dinheiro e para “ganhar nome” junto aos órgãos de fomento:

*“[...] se você cria um projeto para a melhoria da sua comunidade, você tem um intuito, com certeza o seu intuito não é só melhorar a comunidade, você quer melhorar a comunidade sim, mas mais tarde com certeza vai ser lembrado por isso, ainda que seja uma repercussão pequena, mas você será lembrado, então muita gente nos dias de hoje ajuda pensando no depois, certo? Então o que acontece, surgiram esses projetos e a comunidade não abraçou por que se você faz uma coisa pra me ajudar, vamos dizer você cria um projeto com a Petrobras pra me ajudar, pra ajudar minha comunidade, esse projeto que você cria com a Petrobras, você conseguiu o financiamento, conseguiu tudo que precisava ser feito pra ele acontecer, eu como comunidade eu não entrei: ‘ah... você está fazendo esse projeto só pra ganhar nome’, então o que você pode tirar disso, ‘ah... eu fiz o projeto, apresentei e a comunidade não quis...’, então você ganhou o seu nome de qualquer jeito, você ganhou todo o nome daquilo que você acreditava que seria, porque você fez, se você tinha interesse de fazer o seu nome ou não isso não interessa, mas você fez.” (jovem morador de Canoas)*

Outro morador local, da comunidade de Prata dos Aredes, também chegou a participar das atividades propostas pelo projeto, mas achou, apesar de ser um trabalho de capacitação, que estava “trabalhando de graça” para a instituição. No seu depoimento ele chama atenção também para a dificuldade encontrada pela comunidade em se envolver no trabalho, seja pela falta de uma “cultura de transformação”, seja pela sua heterogeneidade, que faz com que seja difícil uma pessoa ter legitimidade e representatividade perante todos os grupos presentes na localidade:

*“É cara no começo eu botei a maior força, dei o maior apoio nos projetos tanto que eu fiz os cursos, mas eu acho assim, que o lance do lugar é muito difícil, você começar um projeto num lugar que não tem a cultura de transformação, e fazer com que as pessoas trabalhem pro Espaço (Compartilharte) de graça, nego num quer entendeu? [...] porque, eu acho que tem que ser gente remunerada, eu acho que os profissionais tinham que ser remunerados. Não é porque o cara é o ‘bam bam bam’, que entende da natureza, tem um nome e tal, que o pessoal vai respeitar, porque a comunidade num tem essa liga toda entre ela mesma, pra poder você pegar um pessoa da comunidade e fazer com que ela faça a transformação pra*



*todo mundo entende? Porque são gente de vários lugares diferentes, muitas pessoas diferentes lá dentro, você encontra desde intelectuais à agricultores né...”*

De acordo com a fala de um de outro participante do projeto, as pessoas começaram a se desmobilizar quando sentiram que suas ideias não eram acatadas e que os interesses da instituição não eram os mesmos que o da comunidade:

*“Todo mundo queria participar, tinha gente que queria e não podia, e todo mundo estava interessado, então depois o que aconteceu, depois um e outro começaram a perceber que não era bem assim, que existia o sonho, mas a realidade era bem diferente [...] Sim, porque a idéia do circuito foi muito superior ao que ele se tornaria mais tarde, e, além disso, outras coisas foram fazendo com que as pessoas fossem se afastando. **Foram questões que as pessoas que estavam na comunidade que estavam fazendo o curso, foram levando idéias, e essas idéias sequer eram discutidas [...]** Nem eram discutidas e nem eram executadas, elas ficavam dentro do núcleo e saía pra gente como o que não dá pra acontecer isso.[...] Foi dito para o pessoal do projeto exatamente isso, que a gente estava querendo tirar o Espaço fora de atuação, ou seja o Espaço criou o projeto e a comunidade queria se apossar do projeto. A comunidade, qualquer um no mundo, você pensaria o quê? **Se eu estou dando uma ideia pra alguma coisa e ela está sendo entendida errada eu vou continuar com isso pra quê?”***

A ideia de realizar cursos de capacitação profissional é criticada por um morador de origem urbana recém-chegado na localidade. Ele sente falta da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho para que essa atividade torne-se de fato rentável para os moradores:

*“Não vou ficar dizendo, mas não adianta você chegar num lugar como esse e, por exemplo, dar aula de tricô, você forma uma turma de 30 pessoas pra fazer tricô, todo mundo sabe fazer tricô e fica lindo. Você chega e fala: ‘beleza estou incentivando a atividade econômica no local, ensinei as pessoas a fazerem tricô.’ Como é que essas pessoas vão vender o tricô? Como elas vão comprar a matéria-prima para começarem a produção? Aonde elas vão vender o produto dela? Os projetos tem que ter começo, meio e fim, com o olho na atividade fim. **Quê que adianta ensinar uma mulher lá em Varginha se ela não tem nem um ônibus para sair para vender as coisas dela?”***

Tendo em vista, dessa forma, uma visão ampliada do processo histórico de formação das comunidades estudadas, e de toda a complexidade sociocultural implicada na questão da conservação do meio ambiente na localidade, proporemos no próximo capítulo, a partir da percepção ambiental dos moradores, algumas diretrizes que poderão nortear a elaboração de um programa de educação ambiental local. Programa este que considere as contradições presentes, e busque atender tanto às necessidades locais, de melhoramento constante das condições vida (trabalho, educação, saúde, transporte), quanto às necessidades globais de

preservação dos fragmentos de Mata Atlântica restantes na Serra do Mar, explicitadas na localidade pela presença do Parque Estadual dos Três Picos.

### **3 – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O DIÁLOGO ENTRE O RURAL E O URBANO NO ENTORNO DO PARQUE ESTAUDAL DOS TRÊS PICOS**

#### **3.1. O caráter dialógico da educação ambiental**

Considerando a complexidade sociocultural que se forma na localidade a partir da chegada dos moradores de origem urbana, bem como todos os conflitos e contradições envolvidos nesse processo, mais do que nunca torna-se fundamental nos atentarmos para o caráter dialógico do processo educativo, se queremos pensar em um programa de educação ambiental local que de fato contribua para a construção coletiva de uma nova forma do homem pensar a sua relação com o mundo, com o ambiente e com a natureza.

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 1977, p.81).

Num espaço em que passam a conviver pessoas de diferentes contextos socioculturais, envolvendo diferentes classes sociais, temporalidades distintas e formas variadas de percepção da realidade, seria ingênuo pensarmos que um determinado grupo – seja ele de dentro da comunidade, ou vindo de fora – detém as informações necessárias para que a localidade se desenvolva e o seu ambiente seja preservado, devendo os demais ouvir e acatar submissamente aquilo que seus integrantes têm a dizer. Esse tipo de mentalidade, de forma alguma corresponderia à realidade, pois o entendimento que um grupo ou pessoa tem da realidade, dentro de uma dada perspectiva, pode se tornar inócuo quando apresentado a outros sujeitos que estão enxergando a realidade sob outro ponto de vista, com interesses e necessidades distintos.

O importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão de mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e na de seus companheiros (FREIRE, 1977, p.141).

De acordo com o que pôde ser observado nessa pesquisa, à medida que as instituições atuantes na localidade - juntamente com os órgãos ambientais - tentam impor aos moradores de origem rural as suas ideologias e pontos de vista acerca do que é melhor para o local e do

que seja a proteção do meio ambiente, a desconfiança e o descrédito em relação a essas instituições, juntamente com o desprezo pela questão ambiental, tendem a crescer vertiginosamente. Por outro lado, à medida que se estimula o diálogo, buscando compreender os interesses e as necessidades dos moradores locais, a cumplicidade tende a aumentar, juntamente com o interesse pelas questões que envolvem o PETP e a conservação dos ecossistemas.

O campo ambiental, assim, conforma um espaço de relações entre agentes com distintas racionalidades, que tentam explicar a problemática ambiental a partir de suas valorações, ideais, significados e representações sociais de ambiente, em uma luta tensionada pela hegemonia, com o objetivo de legitimar ações e práticas de acordo com seus interesses e ideologias (LOUREIRO, BARBOSA e ZBOROWSKI in LOUREIRO et al (Orgs.), 2009, p.88).

É necessário, dessa forma, não apenas ouvir o que os diferentes atores têm a dizer, mas também fazê-los sujeitos do processo, estimulando a construção cada vez mais participativa de um modelo de desenvolvimento local, que preze pelo cuidado com as pessoas e com a natureza. Se os sujeitos sentem que pertencem ao lugar e que o lugar lhes pertence, naturalmente sentirão impelidos a cuidar daquilo que é seu. Como poderemos chegar numa comunidade e dizer para as pessoas que elas devem cuidar da natureza, se elas assistem atônitas a vários agentes externos (empresas imobiliárias, empreendedores forasteiros, ambientalistas, espiritualistas e até o próprio Estado) ocupando áreas cada vez maiores do seu território, restringindo e limitando o seu uso? Porque que eu vou cuidar de algo que não é meu? Por que eu vou “trabalhar de graça” para os outros?

Uma moradora de origem urbana, associada da Amacapav, critica a postura adotada por algumas pessoas de fora que chegam à localidade dizendo aos outros o que é que deve ser feito:

*“eu chegava aqui sempre com a seguinte postura: eu sou a invasora porque eu não sou daqui, então eu tomava o cuidado de fazer a política de boa vizinhança, para ser aceita, acho isso importante, eu tenho visto depois disso, pessoas que chegam nessa situação, que moram no Rio, ou em grandes metrópoles, e começam a vir pra cá, chegam e começam a colocar regra. Isso não dá, as pessoas não reagem bem a isso. Tem toda aquela sabedoria local digamos assim, que eu acho que tem que ser respeitada, você pode com o tempo, um a um, cara a cara, você vai fazendo a cabeça, mas eu acho que a gente não pode chegar impondo.”* (moradora aposentada de Canoas)

É a partir dessa reflexão que vemos que o trabalho educativo exige um mergulho profundo na realidade, a construção paciente de uma base local sobre alicerces justos, solidários e participativos. Um trabalho contínuo, a médio e longo prazo, que penetre em todas as dimensões da vida, e integre os diferentes setores da comunidade, passando pela escola, pela praça, pelos centros de convívio, pelos locais de trabalho e pelos espaços onde se manifestam as iniciativas associativistas. Um trabalho que estimule constantemente a práxis ecológica, baseada na ação e reflexão transformadora da realidade, tendo em vista o ajuste contínuo das atividades humanas no ambiente.

[...] assim, conscientização é um processo de reflexão histórica e ação concreta, que implica opções políticas e articula conhecimentos e valores para a transformação da relação homem-natureza estabelecida pela história complexa das relações sociais [...] conscientização é um processo de construção, ativa e refletida dos sujeitos, rumo à consciência crítica, portanto, *conscientização supera a apropriação de conhecimentos, refletindo-se a articulação radical entre conhecimento e ação*, não qualquer ação, mas uma ação política, transformadora, libertadora e emancipatória. Esse processo é histórico e concreto, não imediato (TOZONI-REIS, 2007, p.149; grifos meus).

Vemos aqui que quando falamos em conscientização, estamos nos referindo a algo muito mais complexo do que a apropriação de conhecimentos. É por essa razão que o nosso programa de educação ambiental não pode estar baseado em “levar informação” para a comunidade. Se num momento imediato isso pode fazer algum efeito, a médio e longo prazo, além de não observarmos um resultado substancial, poderemos aumentar ainda mais a resistência das pessoas em relação aos temas relacionados ao meio ambiente. É o que fica explícito no depoimento de um jovem morador de Canoas, quando fala em conscientização da comunidade:

*“Cara, assim, realmente é uma coisa muito difícil, é mais sonho do que poderia ser realidade, mas eu acho que o trabalho de conscientização, como sempre todo mundo gostou de dizer, ele tinha que ser feito com mais frequência e com mais força, e não espalhar cartazes de “não jogue lixo”, isso não existe, isso não acontece. Você vai colocar e o pessoal vai continuar jogando lixo [...] vão até falar; ‘Foi quem que escreveu isso? Gabriel? Gabriel é um otário, vou escrever nesse bagulho e jogar embaixo da placa só de sacanagem com o Gabriel.’ Então eu vou ficar com uma antipatia com relação a você, e ao mesmo tempo em que se criou essa antipatia, você não ajudou em nada.”*

Entre os anos de 2005 e 2007, atuou na localidade, com o apoio da Amacapav, o grupo Guardiões da Natureza, que integrou alguns jovens da comunidade de Prata dos Aredes com o

objetivo de promover a conscientização dos moradores, especialmente em relação à questão da destinação do lixo e esgoto, principais fatores responsáveis pela poluição dos rios.

*“[...] então, é um lugar preservado? É. Mas tem que mudar bastante a consciência das pessoas aqui, porque senão tende a ficar cada vez pior. Desmatamento eu não digo tanto, mas lixo é o principal. O esgoto também. São essas prioridades que eu acho que são bastante complicadas.”*

*“[...] porque todo mundo acha o seguinte, quando você envolve natureza e tal, eles acham que, tá: é bom ter floresta? É. Floresta no topo do morro, até certo ponto. ‘Ah, não gosto de árvore perto de casa, porque a árvore pode cair na minha casa’. Eles não gostam disso. ‘Ah, juntar lixo é legal’, mas ‘eu não gosto de juntar lixo’ – essas são as principais palavras que todo mundo diz. Ai acaba te desgastando, porque você só vai trabalhando, trabalhando, trabalhando, aí quando começa a tomar um ponto, quando começam a se conscientizar, você toma uma rasteira. ‘Não está adiantando de nada’. (liderança jovem de Prata dos Aredes)*

O jovem entrevistado relata as dificuldades encontradas na tentativa de sensibilizar os moradores da comunidade em relação à questão do lixo. Percebe-se na sua fala um sentimento de frustração e impotência diante da reação indiferente da comunidade:

*“[...] é como você estar num barco e o barco afundando, e você está com um baldinho tirando água (risos). Você tira um balde, tira dois e você está vendo que está fazendo efeito. Mas depois de três horas a água volta toda de novo e você continua com o seu baldinho lá. **Tem uma hora que você vê que não vem socorro, não vem ajuda, não vem nada de lugar nenhum e você acaba desistindo e prefere morrer afogado, ou então pular pra outro barco onde tenha mais um passageiro tentando tirar**, então já são duas pessoas.*

*“[...] então a gente acabou vendo isso aí. Eu sou suspeito de dizer. Porque a gente via essa questão. ‘ah vamo tirar lixo’, **a gente descia aqui com uma bolsinha tirando o lixo da rua e quando você acabava de chegar lá embaixo, quando você voltava já tinha lixo de novo. O problema não é tirar o lixo, é você conscientizar.** Então você falava ‘não adianta jogar lixo na rua, você tem que juntar e tal’. Mas não. Você acabava de juntar o lixo, depois de tantas explicações, quando você passava tava o pessoal lá com copo descartável. Guimba de cigarro então... a gente nem fala.”*

O desafio colocado ao grupo Guardiões da Natureza, foi a dificuldade de sensibilizar as pessoas em relação às questões ambientais, fazer com que elas se envolvam e abracem a causa. Que elas façam uma reflexão e adotem uma atitude responsável diante do ambiente em que vivem. Se num primeiro momento as pessoas ouviam o que o grupo tinha a dizer, no momento seguinte aquilo era tomado como algo ‘chato’, ‘antipático’, ‘sem importância’.

Um outro jovem entrevistado, que vive em Canoas desde os 3 anos de idade, propõe um trabalho interessante de sensibilização da comunidade em relação à preservação das espécies presentes na mata, visando à formação de guardiões locais da floresta. Em sua fala ele sugere

que sejam instaladas armadilhas fotográficas na região de Canoas para registrar espécies da fauna ali presentes, como a onça, a jaguatirica e a lontra. Em evento criado em parceria com as instituições locais, essas fotos seriam apresentadas aos moradores da comunidade, frisando que esses bichos foram observados na própria região. Na fala do morador, o fato da foto ser tirada em Canoas é um fator importante para a sensibilização das pessoas, que poderão perceber concretamente que aquilo acontece na sua própria região. O morador sugere ainda, para aqueles que não acreditarem que aquelas fotos foram tiradas na região, promover incursões na mata com um pequeno grupo de futuros guardiões, orientadas por profissionais, dando oportunidade às pessoas de “verem com os próprios olhos” essas espécies da mata. Nesse caso a experiência vivencial torna-se também importante fator sensibilizador.

*“[...] vamos colocar essas pessoas lá, em grupos ou em pequenos grupos, pra eles verem com os seus próprios olhos que isso existe, e que vai acabar se continuar sendo feita essa sacanagem de queimar a floresta, de catar árvores, arrancar palmito, arrancar árvores de frutas e isso e aquilo[...] e você começa a ver e o outro começa a ter interesse e começa daí, a fazer a verdadeira conscientização, porque eu vi, você viu e você começa a ver que se você depredar e caçar, pode ser que daqui a seis meses, um ano, ou cinquenta anos isso não exista mais, se você constrói uma casa aqui, outra ali e ali e vai depredando, você vê que daqui à algum tempo isso não vai existir mais. Daí eu acredito que aconteça uma verdadeira conscientização, agora se colocar papelzinho na rua não existe, não.”*

Devemos ter em vista que ao pensarmos em desenvolver um trabalho de educação ambiental na localidade, não podemos estar preocupados apenas com a preservação dos ecossistemas naturais, mas também com a valorização da cultura local e com a articulação de atividades produtivas que viabilizem a permanência dos moradores de origem rural no local. Do contrário assistiremos ao êxodo cada vez maior desses moradores, acompanhado de uma valorização imobiliária acentuada, onde serão priorizados os altos investimentos trazidos por empreendedores de origem urbana, que desenvolverão suas atividades “sustentáveis”, enquanto as atividades tradicionalmente desenvolvidas na localidade tenderão a desaparecer por completo. Alguns moradores da localidade criticam o modelo de educação ambiental comumente adotado pelas instituições ambientalistas:

*“[...] não tem a menor preocupação com o cotidiano das pessoas, se essa mata tá aqui é porque alguém deixou aqui, tem que resgatar os valores que foram perdidos lá atrás, porque você antigamente tinha um modo de vida, que era um modo de se relacionar com a natureza, que era um modo muito mais interessante do que o modo que existe hoje, você primeiro tem*

*que se inserir na comunidade e procurar atualizar eles, mas não chegar e vir falar que não pode prender o passarinho por que não sei o que, tudo não pode, eu não quero saber o que não pode, eu quero saber o que pode, eu vou me relacionar com a natureza, ter uma forma legal de me relacionar com a natureza e não de me distanciar dela, porque o não pode, não deve, não pode fazer nada, isso leva as pessoas ao desespero.”*  
(morador de origem urbana, de Canoas)

Conforme observado durante a realização dessa pesquisa, diversas iniciativas levadas à cabo por diferentes empreendedores locais, foram frustradas pelas restrições impostas pela legislação ambiental. Desde a construção de hotéis até o cultivo de produtos agrícolas orgânicos. Comumente a falta de opções de trabalho na localidade é associada às restrições impostas pelo parque. É o que se observa na fala um morador de origem urbana, que realizou uma pesquisa sobre as atividades econômicas praticadas no âmbito das comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha:

*“Não tem nada que sobreviveu aqui de base econômica. A Ravanete que tá fechando por outros motivos que não são problemas ambientais, tem a serralheria do Isaías, não tem geração de empregos no local praticamente, tem a água mineral que é um negócio todo automatizado e emprego só para 12 pessoas. Então você não vê nenhuma atividade econômica no lugar que tenha a produção voltada para a terra e que seja auto-sustentável. Então isso daí pra mim é o que mais me chocou. Tem um produtor agrícola aqui dentro que não é orgânico, você quer aqui dentro comprar uma verdura, um legume, uma fruta não tem, você tem que ir ao mercado em Teresópolis. Você não vê atividade nenhuma ligada à terra, à natureza, eu não sei, você conhece alguma? [...]*

*[...] Eu acho que essa situação de decadência ela tende a se agravar em função desse convívio com o parque. Eu nesse sentido eu acho que o parque tá gerando no entorno dele pobreza, tá gerando uma queda da atividade econômica. A gente vê, por exemplo, as pessoas do lugar, quando você fala em Ibama, se a pessoa tava rindo ela fica séria. Então o convívio, a ideia do parque é muito mal vista, foi muito mal colocada, tem sido feito um trabalho no caminho errado, na minha maneira de ver”.*

Qualquer tentativa de diálogo com os moradores locais, acerca da importância de se preservar os fragmentos de mata atlântica, será frustrada enquanto a presença do PETP na localidade for associada à ideia de decadência econômica. É por isso que o êxito de um trabalho de educação ambiental na localidade depende do estímulo a atividades econômicas que estejam associadas à ideia de proteção do meio ambiente. Nesse sentido as atividades ligadas ao ecoturismo e à agroecologia ganham destaque, sendo indicadas inclusive pelo próprio Plano de Manejo do PETP. Na sede do parque, em Cachoeiras de Macacu, é possível ler em uma das placas informativas localizada próximo ao alojamento principal: “a atividade



*agroflorestal, desenvolvida na área do entorno das unidades de conservação integra o plantio de hortaliças, frutas e ervas medicinais, com espécies florestais, preservando as matas e garantindo a sustentabilidade das florestas e das comunidades”.*

### **3.2 Caminhos possíveis rumo ao desenvolvimento local**

Para as comunidades estudadas, tendo em vista o que foi proposto e discutido com os moradores, e o que foi observado durante o trabalho de campo, podemos pensar em uma linha de ação que tenha como ponto de partida a valorização do conhecimento local, e que integre uma série de atividades desenvolvidas na localidade, perpassando diversos setores da vida local:

**3.2.1 valorização do conhecimento local:** observa-se na localidade que ainda existem diversos produtores que empregam técnicas tradicionais de manejo que se aproximam do cultivo observado por Rodrigues (2005) em sistemas agroflorestais desenvolvidos por produtores do Estado do Acre:

O manejo através da poda e da capina seletiva tem como objetivo fundamental a dinamização da vida do solo, protegendo-o e enriquecendo-o com nutrientes, sem necessidade de uso de fertilizantes produzidos fora do sistema de produção, sejam eles de origem química ou orgânica (p.54).

Seguindo a estrada Isaías Vidal, passando pela comunidade de Canoas e continuando pela estrada de terra por cerca de três quilômetros, alcança-se um divisor de águas, por onde inicia a trilha que desce até a localidade do Subaio, situada no município de Cachoeiras de Macacu, já na região da Baixada Fluminense. A descida do mirante de Canoas até o Subaio leva cerca de três a quatro horas de caminhada. No meio da descida, passa-se pelo povoado da Lagoinha, formado por cerca de 30 famílias que, devido ao isolamento, à precariedade das condições de transporte e à ausência de meios de comunicação, mantiveram-se fortemente ligadas às práticas agrícolas de subsistência tradicionalmente desenvolvidas na região. Observa-se principalmente o cultivo de inhame, mandioca, milho, feijão e frutas como banana, manga, fruta do conde, abacate, mamão e mamura (também conhecida como cacau silvestre, utilizada como esteio de cercas de arame). Os roçados são plantados de forma

consorciada com espécies de árvores nativas e outras espécies frutíferas, obedecendo às curvas de nível e aproveitando as pequenas bacias de captação de água formadas em terreno acidentado (fotos 2, 3 e 4). Toda a adubação é feita utilizando a própria matéria orgânica produzida no sistema. O excedente da produção é transportado de burro até a região de baixada em Areal (localidade com cerca de 1000 moradores pertencente ao município de Cachoeira de Macacu) onde são vendidas em um depósito que redistribui a produção aos municípios vizinhos.



Foto 2: modelo tradicional de ocupação na Lagoinha. Ao redor das casas são cultivadas diversas espécies frutíferas, ervas medicinais, plantas ornamentais e espécies nativas.



Foto 3: cultivo de feijão em terreno rochoso, consorciado com bananeiras. As árvores nativas ao redor funcionam como barreiras de vento.



Foto 4: Cultivo agroecológico na descida pro Subaio. Cultivo de coco, banana e manga.

Interessante observar que nas áreas mais próximas da baixada, o clima mais quente possibilita o cultivo de algumas espécies de fruta que não podem ser cultivadas no alto da serra, como o coco, mamão, manga e a jaca, e algumas espécies de mandioca. As hortaliças, por sua vez, se desenvolvem melhor no alto da serra. O que pode ser visto como uma possibilidade de se estabelecer um intercâmbio de produtos agrícolas entre a região de serra e de baixada.

A trilha do Subaio que liga a localidade de Canoas à região de baixada é tradicionalmente utilizada por moradores e turistas. É comum observar grupo de pessoas que

vem da comunidade da Lagoinha, ou mesmo da região de baixada, utilizando a trilha para alcançar a comunidade de Canoas. Uma moradora da Lagoinha relata que trabalha em Teresópolis, na Cascata do Imbuí. Fica uma semana trabalhando na cidade, e na outra semana retorna para casa, descendo pela trilha, carregando suas compras na sacola (cerca de duas horas de caminhada).

Observa-se que muitos moradores na localidade aderem à utilização das plantas medicinais para o tratamento das doenças mais frequentes, sendo comum haver no quintal das casas a presença de espécies variadas utilizadas na preparação de chás e lambedouros (Apêndice 7). O conhecimento local acerca das plantas medicinais poderia ser potencializado através da implantação de pequenos hortos medicinais comunitários no qual agentes locais, ligados ao sistema municipal de saúde, poderiam orientar os moradores no uso e aplicação das espécies já consagradas pelo uso popular na localidade. Moradores mais velhos lembram também que a argila presente na beira dos rios da região, possui diversas propriedades medicinais, tendo sido empregada durante muito tempo pelas famílias rurais no tratamento de diversas enfermidades.

Durante a pesquisa foi observado ainda que muitos dos moradores mais antigos, que tinham o hábito de caçar na região, possuem um conhecimento significativo acerca das espécies da mata. Conhecem uma grande variedade de espécies arbóreas, utilizadas tradicionalmente para lenha e para a construção de casas. Sabem dar também diversas informações sobre a biologia e a ecologia de espécies de mamíferos e aves incluindo dados sobre o ciclo reprodutivo, hábitos alimentares e comportamento desses animais. Esse conhecimento poderia ser aproveitado em trabalhos de capacitação de agentes ambientais e guias locais.

**3.2.2 Incentivo às manifestações culturais locais:** em agosto de 2009, foi organizada, na área do trevo de Canoas, uma festa promovida pela prefeitura municipal em parceria com a Amacapav. O evento fazia parte do projeto “Cultura nos Bairros”, desenvolvido pela secretaria de cultura com a proposta de incentivar a manifestação artística nos diferentes bairros do município. Durante o evento foram apresentadas peças teatrais ligadas a tradições populares, como o boi bumbá e o mineiro pau. Houve também apresentações musicais de bandas locais, apresentação de música indiana pelos devotos de Vrajabhumi, além de contação de histórias e repentes, executados por moradores da localidade.



Foto 5: “Festa nos Bairros”, promovida pela Secretaria de Cultura, em parceria com a Amacapav.

O evento contou com a presença de todos os grupos presentes na localidade, tanto moradores de origem urbana, quanto os de origem rural, jovens, velhos, de diferentes culturas, religiões e classes sociais, uma interação difícil de acontecer em meio à complexidade sociocultural local. Fica clara então a importância desse tipo de evento para a construção de uma identidade local que tenha como base o diálogo intercultural. Ressaltamos que o fato de ter sido um evento promovido pela prefeitura, e não uma “festa da associação”, favoreceu a presença de pessoas resistentes às atividades desenvolvidas pela Amacapav.

**3.2.3 Incentivo à produção agroecológica:** observa-se na localidade de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha, algumas iniciativas promovidas por moradores de origem urbana, de integrar os produtores orgânicos, presentes na localidade. Durante o segundo semestre de 2009, foram realizados encontros semanais, cada dia em uma propriedade diferente, onde esses produtores tiveram a oportunidade trocar ideias e informações.





Foto 6: encontro de produtores agroecológicos locais, em agosto de 2009.



Fotos 7 e 8: á esquerda o cultivo de mudas de árvores nativas. À direita, produtor ensina a construção de composteira para o aproveitamento do lixo orgânico como adubo na horta.

Recebendo o apoio necessário, esse tipo de iniciativa pode evoluir no sentido de organizar um grupo de produtores agroecológicos locais e buscar soluções viáveis para a produção e comercialização dos seus produtos. A articulação com as famílias da Lagoinha torna-se importante nesse sentido, considerando que eles preservam há mais de três gerações o conhecimento acerca do cultivo agroecológico de espécies adaptadas ao ecossistema local.

*“O primeiro trabalho que eu estou fazendo é isso, pegar as pessoas que já praticam empiricamente e instituir uma prática, criar um grupo de trabalho comum que troque informações, que troque sementes, que troque produtos, etc. [...] mas o que a gente tá propondo aqui é o cara produzir primeiramente para consumo próprio e segundo ele vender o excedente, ter uma maneira simples de vender o excedente da produção dele, acho que isso é o início, aí depois se o cara quiser triplicar a produção dele já é uma opção de vida dele como produtor. Não vai obrigar o cara a ser produtor orgânico, mas criar oportunidades de escoamento de produtos, caso ele*

*queira ser um produtor orgânico ele vai ter que viabilizar isso.”* (morador de origem urbana, articulador local)

Alguns moradores de origem urbana desenvolvem há anos o cultivo agroecológico em suas propriedades, onde não são utilizados nenhum tipo de insumo externo, prezando pelo aproveitamento da matéria orgânica gerada no terreno, pela compostagem do lixo orgânico produzido e pelo cultivo de legumes, frutas e hortaliças, consorciado com espécies arbóreas da mata atlântica.

Foi sugerida a ativação de uma feira de venda e troca dos produtos agroecológicos locais, em área próxima ao trevo de Canoas. Seria importante ainda a articulação com os produtores da Associação de Produtores Agroecológicos de Teresópolis, cujos membros já expõem seus produtos na “Feirinha Orgânica”, que acontece na cidade duas vezes por semana. O apoio aos produtores agroecológicos da região deveria ser visto com mais atenção pelas prefeituras municipais e pelos órgãos ambientais, como uma estratégia importante para proteção da (sócio)biodiversidade, em áreas de intensa atividade agrícola.

*“É isso mesmo, a gente tem falado com o pessoal em montar uma barraquinha e vender verduras e legumes aqui, a solução é isso, não tem a menor dúvida, por que eu acho que o produtor local nem precisa de sair do local para vender o produto dele. [...] Se você consegue ter uma banca de verduras e legumes, que você junte vários pequenos produtores e bota uma barraquinha aqui, já vai ter o pessoal que vai vir aqui comprar. [...] Se o produtor abre uma barraquinha aqui ele não vai conseguir suprir a barraquinha com quantidade e variedade mas se eu pegar o excedente de todo mundo já tenho condição de ter uma barraquinha com quantidade variedade de produtos.”* (morador de Canoas, de origem urbana)

**3.2.4 Atividades escolares que valorizem e incentivem a prática agroecológica e o conhecimento dos ecossistemas locais:** a valorização da cultura local e dos valores comunitários e ecológicos podem ser disseminados na localidade a partir dos próprios espaços escolares. A primeira professora da escola de Prata dos Aredes lembra que antigamente o cultivo agrícola, bem como o conhecimento das espécies locais era constantemente estimulado dentro da escola, de forma que parte da merenda consumida era produzida dentro da escola, juntamente com os alunos.

*“A gente começou a incentivar para que eles plantassem, retirassem o lixo ao redor da casa, ensinamos a eles que fizessem um buraco e jogasse restos de comidas ali, depois plantassem ali um pé de chuchu, que fizessem um canterinho de couve, de salsinha e aí para incentivar mais isso eu fiz na*

*escola com as crianças. A escola tinha só horta. Alho era muito difícil a gente comprar, sabe, porque a gente tinha na escola, a gente tinha cebola, chuchu, banana, abóbora [...] [...] mas então, como estava dizendo a você, o trabalho que fizemos, toda espécie de plantas que a gente conseguia e que a gente conhecia o nome. Na secretaria de educação, eles levaram tudo, gostaram, para dar incentivo para outras pessoas. Foi muito legal. E aí a gente trabalhava com as crianças né, com o funcho, a pitanga, a erva cidreira, fizemos álbuns de sementes, de folhas, raízes e caules.” (professora aposentada, moradora antiga da comunidade)*

A professora lembra também que o fato de antigamente não haver o serviço de transporte escolar, muitas crianças precisavam caminhar cerca de trinta minutos a uma hora até escola. Esses momentos acabavam se tornando passeios didáticos onde os professores aproveitavam para chamar atenção dos alunos para os elementos presentes na paisagem local.

*“A gente vinha estudando as plantas medicinais, observando as nuvens, olhando a lagoa. Hoje eles saem de casa entram no ônibus, uma facilidade enorme, poderia ser melhor aproveitado. Ele mora aqui, a escola a 2 km, mas se a van não vem, eles não vão a escola, e os pais deixam. A facilidade é grande!”*

As escolas locais poderiam se tornar centros disseminadores de práticas como a compostagem, para a produção de adubo orgânico, o cultivo agroecológico de legumes, hortaliças e plantas medicinais, e a produção de mudas de espécies nativas.

*“Eu chego até acreditar que as pessoas que moram na cidade e passar uma semana no interior e mexer com a terra, com as plantas, como eu mexi, eu acho que não vai querer outra vida. Não vai porque a natureza de dá tudo, te dá prazer e dá o pão. Olha você movimentando a terra, mexendo com ela você descobre meios de se alimentar através dela, de ganhar dinheiro através dela, então a natureza foi me mostrando.” (morador de origem rural, de Prata dos Aredes)*

**3.2.5 Formação integrada de agentes locais:** torna-se necessária a formação de agentes locais que atuem na área ambiental e na área da saúde, sendo capazes de atuar também como guias locais, exercendo o trabalho de condução de passeios e trilhas quando necessário. Esses agentes seriam pessoas da própria localidade, cujo conhecimento das espécies da mata e do contexto geográfico em que a localidade está inserida, lhes permitiria relacionar os problemas ambientais, como deposição de lixo, falta de saneamento, poluição dos rios e desmatamento, com a ocorrência de diversas enfermidades que acometem as famílias locais. A formação desses agentes se daria de forma continuada, através da formação



de um grupo de agentes locais que passaria a se reunir regularmente. Cada encontro contaria com a presença de um convidado, seja ele da própria localidade, seja ele de fora, que contribuiria com o diálogo acerca dos temas que estiverem em pauta. Através desse grupo poderia ser estimulado também passeios regulares pelas trilhas do parque que passam pela localidade e que muitos moradores não conhecem. Esses passeios poderiam ser feitos de forma didática, estimulando por vezes a participação dos alunos das escolas.

**3.2.6 Articulação de um centro comunitário:** o trevo da estrada Isaías Vidal (entre as comunidades de Canoas e Prata dos Aredes) é o local considerado estratégico para a integração das três comunidades. Até mesmo as reuniões ordinárias da Amacapav, que a cada mês eram realizadas em um lugar diferente, passaram a se fixar no local. Moradores mais velhos lembram que nesse ponto funcionava antigamente um comércio local, onde produtores da região, inclusive da região do Subaio, reuniam seus produtos para serem transportados ao mercado de Teresópolis.

Poderia ser estruturado no local um centro comunitário, espaço destinado à realização das reuniões e eventos promovidos no âmbito da comunidade. Um centro de convivência, de troca de experiências e de aprendizado, a exemplo da idéia lançada por uma moradora de origem urbana, ao investir na formação de um acervo para a formação da biblioteca “laços culturais”, em Canoas.

*“[...] daí com isso podia ser um pontapé inicial pra gente fazer um ponto de cultura, um lugar que as pessoas se encontrassem, você sabe dar aula de não sei o que, vem aqui e dá uma aula. Aí surgiram mil idéias, mas ninguém tocava adiante, um troço impressionante, surgiram mil pessoas: ‘vou fazer e acontecer’ e ainda não deslanchou.”*

A exemplo do Centro de Referência em Educação e Desenvolvimento Sustentável – CREDS, presente na sede do Espaço Compartilharte, o centro comunitário poderia também reunir um acervo com livros, documentos históricos e material didático, com informações sobre o histórico da região, as espécies da fauna e flora da mata atlântica, legislação ambiental, unidades de conservação no Estado do Rio e no Brasil, processo histórico de formação do PETP, bem como o Plano de Manejo da uc e dados de pesquisas já realizadas na região.

**3.2.7 Estruturação de um centro de visitantes:** o local do centro de visitantes é considerado pelos moradores como o ponto ideal para a implantação de um centro de

visitantes, onde estariam reunidas as informações acerca dos produtos e serviços presentes na localidade, com uma relação de todos os equipamentos turísticos existentes ( hotéis, pousadas, restaurantes, etc), e de todos os atrativos naturais e culturais encontrados, como passeios pela comunidade, visitas a propriedades onde podem ser encontrados trabalhos artísticos, artesanais e agroecológicos, trilhas com diferentes graus de dificuldades, banhos de cachoeira, mirantes, etc. Dali o visitante poderia escolher algum atrativo ou contratar o serviço de guia local para acompanhá-lo. Nesse momento, os moradores locais teriam a oportunidade de trazer para os visitantes uma abordagem única da região, apresentando a natureza e a cultura local de forma didática aos moradores da cidade.



Foto 9: opções de banho de rio em Prata dos Aredes.



Foto 10: moradores do Rio de Janeiro participam de uma vivência de agrofloresta em Vargem Grande, bairro vizinho de Canoas.



Foto 11: trilhas com mirantes para a região da baixada.

O dono de um dos hotéis presentes na região aponta a necessidade desse tipo de serviço na localidade, que aproxime os visitantes das atividades locais.

*“[...] o que eu acho que a nossa comunidade carece é de uma horta, uma plantação orgânica, aonde nós pudéssemos levar os hóspedes a visitar estas plantações, e interagirmos com a natureza. Outra é criar um programa de guias, o serviço de guias da região. **Guias esses formados ou profundamente conhecedores da nossa localidade e que pudessem conduzir um grupo de turistas.***

*[...] o que causa a aversão das pessoas que vem da cidade, é a ignorância, é por elas não terem contato com a natureza, contato direto, então elas não sabem como lidar e aquilo que é diferente que é desconhecido, causa espanto, então o processo está aí, é juntar os dois e o Rio de Janeiro é um*

*lugar muito adequado pra isso, aonde tem um centro urbano e tem uma potência ecológica muito grande.”* (morador de origem urbana, empreendedor local)

Um programa de educação ambiental focado no diálogo entre os diferentes atores locais, na valorização do conhecimento local e na integração das atividades desenvolvidas, torna-se assim fundamental para a formação de uma base local que viabilize a implementação de uma Zona de Amortecimento em torno da maior unidade de conservação de proteção integral do Estado do Rio de Janeiro.

Vemos, porém, que esta não é uma tarefa apenas da administração do PETP, da Amacapav, ou de outras instituições atuantes na localidade. É um trabalho que deve envolver todos os atores locais, permitindo com que cada pessoa ou entidade contribua, com a parte que lhe cabe, para o aprimoramento constante da qualidade das relações estabelecidas entre as comunidades humanas e os ecossistemas presentes no entorno do PETP, em uma área estratégica para a disseminação dessas experiências junto às outras comunidades da região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliamos ao longo desse trabalho, os conflitos e as contradições surgidos das relações entre o rural e o urbano que naturalmente se fazem presentes nesse processo de repensar e reavaliar a atuação do ser humano no ambiente, tendo em vista a crise econômica, ecológica e social que se impõe no nível global. A educação ambiental, tomada sob uma perspectiva crítica, dialógica e transformadora, se coloca como um importante alicerce, sobre o qual é possível construir um modelo de desenvolvimento local que represente um contraponto ao modelo urbano-industrial e inaugure um novo padrão de interação entre a sociedade e a natureza.

O fato da localidade onde estão situadas as comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha estar inserida no entorno imediato de uma importante unidade de conservação de proteção integral, pode ser visto como um catalizador de todo esse processo. Nesse caso, proteger os ecossistemas naturais trata-se não só de uma questão ideológica, mas também de uma exigência da legislação ambiental que, ao decretar a criação do Parque Estadual dos Três Picos, insere a região no contexto da política estadual de conservação dos recursos naturais. Isso amplia a possibilidade de captação de recursos financeiros junto a organizações do mundo inteiro, que atualmente estão interessadas em fomentar projetos voltados para a conservação da mata atlântica.

Para os gestores de unidades de conservação do porte do PETP, o desafio que se coloca no nível local é lidar com o tempo próprio de cada comunidade, estimulando a reflexão e o diálogo entre atores de diferentes contextos socioculturais. Valorizar o saber local e fazer com que as comunidades locais, por meio do seu pensar, adotem uma postura crítica e responsável diante do ambiente, exige um tempo de maturação quase sempre maior do que o esperado pelos órgãos ambientais. Vemos, porém, que é o caminho a ser trilhado para a construção de uma relação de parceria com as comunidades do entorno, favorecendo a gestão participativa da unidade de conservação.

A partir da integração local em torno de atividades que valorizem o patrimônio natural e cultural da comunidade, é possível criar um pólo disseminador de atividades sustentáveis no entorno do parque, estabelecendo um processo contínuo de educação ambiental entre moradores, visitantes, instituições locais e os órgãos ambientais.

## REFERÊNCIAS

BAGLI, P. **Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição.** In: SPOSITO, M. E. B.; WHITAKER, A. M. (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.* São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BHAKTIVEDANTA, S.A.C. **Vida simples, pensamento elevado.** Tradução para o português: Robison Guia Chaves. Pindamonhangaba-SP: Bhaktivedanta Ed., 1991.

BRETAS, P. **Ecologia e economia.** In: DUARTE, Rodrigo (et al). *Ecologia e cultura.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.

BOTELHO, E.S. **Conflitos na gestão de parques: o caso do Conselho do Parque Estadual dos Três Picos (RJ).** 2009. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CAMPOS, R.M. **O Parque Estadual dos Três Picos (PETP) e sua inserção no contexto da conservação da natureza no Estado do Rio de Janeiro.** TCC (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2007.

CARVALHO, V. S. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário.** Rio de Janeiro: Wak, 2002.

CAVALLINI, M.M. **Agricultura tradicional, composição paisagística e conservação de biodiversidade na Região Sul-Mineira: subsídios ao desenvolvimento rural sustentável.** Tese (doutorado em Ciência, área de concentração em ecologia e recursos naturais) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2001.

DIEGUES, C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, Hucitec, 2002.

DOMINGUES, G. M. **Gestão participativa em unidades de conservação, turismo de base local e educação ambiental no desenvolvimento comunitário do Vale do Matutu.** 108 fls. Monografia (Bacharelado em Turismo) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

DUARTE, R. (et al). **Ecologia e cultura.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.

ESPAÇO COMPARTILHARTE. **Acervo: material didático: Rios de Teresópolis.** Teresópolis-RJ, 2008. CD ROM

FBCN, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza; Plano de Manejo Diretor do Parque Estadual dos Três Picos (prelo), Rio de Janeiro, RJ, 2007 CD-ROM.

FERREIRA, H.C.H. **Territórios sociais e reterritorialização no Aventureiro: disputas pelo significado e direitos de uso do espaço.** In: SECRETO, M.V.; CARNEIRO, M.J.; BRUNO, R. *O campo em debate: terras, homens e lutas.* Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica-RJ: EDUR, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FUNDAÇÃO MATUTU/SEBRAE. **Diagnóstico sócio-econômico e cultural da microbacia do Ribeirão da Água Preta**. Aiuruoca- MG, 2005.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GUERRA, A.J.T.; COELHO, M.C.N. (Orgs.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS – IEF/MG. **Proposta para criação de unidade de conservação na Região Sul de Minas Gerais**. – Relatório Técnico. Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora - FADEPE, UFJF, 2009.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA. **Plano de Manejo do Parque Estadual dos Três Picos: resumo executivo**. Diretoria de Áreas Protegidas – DIPAB, Rio de Janeiro, 2009.

IPCC. **Quarto relatório de avaliação – Sumário para formuladores de políticas**. Brasília: OMM, PNUMA, 2007. Disponível em [www.ecolatina.com.br](http://www.ecolatina.com.br).

JÚNIOR, E.C.; COUTINHO, B.H.; FREITAS, L.E. **Gestão da biodiversidade e áreas protegidas**. In: GUERRA, A.J.T.; COELHO, M.C.N. (Orgs.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEONY, Ângela. **Circuito do diamante: uma abordagem do ecoturismo na Bahia**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOUREIRO, C.F.B.; BARBOSA, G.L.; ZBOROWSKI, M.B. **Os vários “ecologismos dos pobres” e as relações de dominação no campo ambiental**. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.(Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.(Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

MERICO, L.F.K. **Uma introdução à economia ecológica**. Blumenau: Edifurb, 2002.

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

MOSCOVICI, S. **Natureza: para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

ODUM, E.; BARRET, G.W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

PARDO, A.P. **Educação ambiental como projeto**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PINTO, V.P.S.; PALHA, F.P.; DOMINGUES, G.M. **As relações entre o rural e o urbano na sociedade urbana: repercussões sobre a questão ambiental e a cidade de Juiz de Fora (MG)**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 19., 2009, Rio de Janeiro.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2002. Aprofundar a democracia num mundo fragmentado**. Lisboa: Mensagem – Serviço de Recursos Editoriais, 2002. Disponível em [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

\_\_\_\_\_. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2005. Cooperação internacional numa encruzilhada: ajuda, comércio e segurança num mundo desigual**. Lisboa: Ana Paula Faria Editora, 2005. Disponível em [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

QUINTAS, J.S. **Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico**. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.(Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, K. O. **Ação coletiva, conselho consultivo e gestão: um estudo na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira**. Dissertação (mestrado em administração) - Núcleo de concentração em gestão social, desenvolvimento e ambiente, Universidade Federal de Lavras, 2005.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Turismo, patrimônio e turismo com base local: uma relação inequívoca**. In: SEABRA, Giovanni (org.). **Turismo de Base Local: Identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2007.

RODRIGUES, F.Q. **Composição florística, estrutura e manejo de sistemas agroflorestais no Vale do Rio Acre, Amazônia, Brasil**. Dissertação (mestrado em ecologia e manejo dos recursos naturais) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Manejo dos Recursos Naturais, Universidade Federal do Acre, Rio Branco-AC, 2005.

SEABRA, G. (org.). **Turismo de Base Local: Identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2007.

SECRETO, M.V.; CARNEIRO, M.J.; BRUNO, R. **O campo em debate: terras, homens e lutas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica-RJ: EDUR, 2008.



SPOSITO, M. E. B.; WHITAKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições** entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TOZONI-REIS, M. F.C. (Org.). **A Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas**. São Paulo: Annablume; Fapesp; Botucatu; Fundibio, 2007.

\_\_\_\_\_. **A pesquisa-ação-participativa e a educação ambiental: uma parceria construída** pela identificação teórica e metodológica. In: TOZONI-REIS, M. F.C. (Org.). **A Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas**. São Paulo: Annablume; Fapesp; Botucatu; Fundibio, 2007.

UN-HABITAT. **State of the World's Cities 2008/2009. Harmonious Cities**. London: Sterling, 2009. Disponível em [www.un-habitat.org](http://www.un-habitat.org)

WALTER, K. (Org.). **Bem vindo à Teresópolis & Região Serrana: um guia para turistas e profissionais**. Teresópolis: [s.n], 2005.

ZACARIAS, R. **“Sociedade de consumo”, ideologia do consumo e as iniquidades socioambientais dos atuais padrões de produção e consumo**. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.(Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

## APÊNDICES

**Apêndice 1:** contribuições para os trabalhos da Câmara Técnica de Revisão do Plano de Manejo do PETP: Revisão do documento elaborado em 2007, pela Fundação Brasileira para a Conservação da natureza- FBCN.

Tendo em vista o que é citado no capítulo 4 - **CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PETP**, no item 4.3- **ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS NA ÁREA DO PARQUE/ 4.3.3- Identificação dos Impactos Ambientais no Interior do Parque:** “Alertamos que estas áreas e atividades devem ser analisadas, caso a caso, sempre com o espírito de conservar o Parque numa visão de sustentabilidade ambiental, social e econômica, respeitando a história da ocupação e uso daquele território e buscando envolver a comunidade local, proprietários e moradores, no processo de implementação do Parque, fazendo com que sejam parceiros e assumam a responsabilidade social decorrente dos compromissos de preservar o meio ambiente.” A partir da citação contida no próprio plano de manejo, chamo atenção para alguns pontos observados posteriormente:

- No capítulo 5 “Classificação dos Usos e das Zonas” encontramos no item **5.1.3- Áreas de uso conflitante**, vemos a área de Macaé de Cima incluída no item **5.1.3.1 referente às “áreas a serem desapropriadas imediatamente”**. Esse item deveria ser visto com mais cuidado já que a situação de Macaé de Cima tem se mostrado mais complexa através da participação da Associação de Moradores no Conselho do Parque. Até mesmo porque, no capítulo 7- **SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES**, cita-se a área de Macaé de Cima no item 7.4.2 referente às **Áreas Semi Urbanizadas que podem ser mantidas no interior do Parque**.
- Ainda no capítulo 5 encontramos no item **5.1.2.1-Classe 3- Áreas para Visitação**, a travessia Areal/Canoas citada como uma área de visitação. Mais a frente essa mesma área é destacada como sendo um dos acessos ao Parque, recomendando-se a instalação de um posto de controle. Porém mais a frente no item **5.1.3.3- Áreas a serem estudadas caso a caso pela futura administração do PETP**, considera-se a hipótese de fechar a via Areal/Canoas impedindo a passagem. Na minha opinião, se essa trilha já possui um uso consagrado pela população, sendo inclusive apontada no próprio plano de manejo como uma área de visitação, a melhor opção seria oficializar o seu uso e reforçar a sugestão da construção do posto de controle.
- No capítulo 5, ainda dentro do item 5.13 – áreas de uso conflitante, encontramos em **5.1.3.5-Áreas Agrícolas dentro do PETP**, sugere-se o reassentamento das comunidades agrícolas de Lagoinhas, na trilha Areal/Canoas. Como alternativa ao reassentamento, considerando que essas comunidades situam-se próxima a uma área destinada à visitação, poderia-se aliar aí o trabalho de turismo com o de educação ambiental, sugerindo a discussão de propostas envolvendo a conversão agroecológica e a implantação de sistemas agroflorestais na área.
- No Capítulo 6 – **PLANOS SETORIAIS DE MANEJO/6.1- PLANO SETORIAL DE MANEJO PARA ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA** afirma-se entre as diretrizes que “Não serão possibilitadas sob nenhum pretexto, residências dentro do perímetro do Parque”, essa afirmação choca-se de novo com a relação dada no item 7.4.2 das **Áreas Semi Urbanizadas que podem ser mantidas no interior do Parque**, considerando inclusive a presença de residências fixas.
- No Capítulo 7- **SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES**, no item 7.2 – **USOS PÚBLICOS NO PARQUE**, considera-se que os locais para banho de rio e cachoeiras, arvorismo, ciclismo, motociclismo são apontadas como alternativas de uso público, desde que estabelecidos fora do perímetro do PETP. Acho que deveria-se separar o

motociclismo e o ciclismo desse bolo e considerar a possibilidade de realização de atividades de banho e arvorismo dentro dos limites do parque.

- No Capítulo 8- **ZONA DE AMORTECIMENTO/8.2- Delimitação e Setorização, temos o setor 4 no item 8.2.1, referente à área que parte da “ rodovia BR-116, seguindo depois pela RJ-130 no sentido de Nova Friburgo até esta cruzar o rio Varginha, afluente do rio das Bengalas, subindo por este rio e incluindo o próprio Vale do Roncador, o Bairro Grotão, o Bairro do Albuquerque e Canoas”.** Essa área do entorno delimitada como a zona quadro, inclui as comunidades sob a área de atuação da Amacapav. Nesse item é descrito de forma muito sucinta o uso atual e as propostas para a área. Entre as propostas, consta o “apoio às atividades agrícolas com manejo e sítios de recreio com equipamentos receptivos para o turismo, em apoio às atividades de ecoturismo e turismo rural”. Seria interessante incluir entre as recomendações, algumas normas para uso e ocupação do solo, tendo em vista alguns projetos de loteamento na região. Importante também propor programas de educação ambiental atreladas às atividades de turismo, que contemplem também a valorização e o resgate do patrimônio imaterial das comunidades do entorno. Tendo em vista o considerável potencial turístico dessa área, seria também importante frisar a construção de uma área de recepção a visitantes, da forma como descrita no capítulo 7 do plano de manejo, nas duas vias de acesso ao parque, pelo Jacarandá e pela fazenda da Varginha.

**Apêndice 2:** Revisão do documento “Recomendações da Câmara Temática para Elaboração do Plano de Manejo”, disponível em <http://br.groups.yahoo.com/group/conselho3picos>. E-mail submetido ao grupo em 12/09/2008.

Olá amigos da Câmara Técnica,

Gostaria que esse e-mail fosse repassado a todos que participaram da elaboração das recomendações da Câmara Técnica para elaboração do Plano de Manejo do PETP.

Quero primeiramente parabenizá-los pelo trabalho todo. Acho que é um material que servirá de modelo não só para o PETP, mas para muitas outras Unidades de Conservação. Me sinto muito gratificado de ter essa oportunidade de participar desse processo de reflexão e construção de um modelo integrado, participativo e inovador de gestão de Unidades de Conservação. A gente percebe na prática, que o mais difícil é chamar a população pra discussão, na medida em que os projetos de implantação do Plano de Manejo são implementados. Isso porque exige um trabalho coordenado e continuado que envolva a dimensão pedagógica e esteja comprometido com a valorização dos direitos humanos.

Penso que o modelo de gestão que está sendo construído agora, tende a criar fundamentos e ferramentas necessárias para a adoção de um tal modelo de trabalho.

Posto isso, faço algumas observações a partir da leitura que fiz do material que me foi passado. Ressalvando a minha falta de fôlego, no momento, de trabalhar mais intensamente nesse documento, em função da minha viagem eminente para a Amazônia, conforme expus na última reunião.

Vamo lá,

No **primeiro Caderno**, na introdução, tem lá o item “As unidades de Conservação Como um Bem público”

O parágrafo que se inicia com “testemunhamos hoje o nascimento de um novo ciclo econômico”. Para mim ficou confuso e meio vago.

Por exemplo fala-se “*declina, claramente, o vigor de uma economia de propriedades de veraneio fechadas em si mesmas, atividades pecuárias incompatíveis, sistemas de roça de baixa rentabilidade e agricultura complementar de subsistência.*”

Nesse caso valeria à pena citar alguns dados para ilustrar melhor esse declínio.

Também a concordância ficou confusa porque, no caso “declina o vigor de uma economia” já não concorda mais com “*atividades pecuárias incompatíveis, sistemas de roça de baixa rentabilidade e agricultura complementar de subsistência.*”

Talvez ficaria melhor se fosse escrito assim: “**A partir dos movimentos de êxodo rural, e da insustentabilidade econômica apresentada por certas atividades econômicas desenvolvidas no campo (citar dados), verificamos claramente o declínio de um modelo de economia rural baseada em *propriedades de veraneio fechadas em si mesmas, atividades pecuárias incompatíveis, sistemas de roça de baixa rentabilidade e agricultura complementar de subsistência.***”

Se é essa a idéia que pretendia-se passar com o texto, acho que *sistemas de roça de baixa rentabilidade e agricultura complementar de subsistência*, deveriam sair desse bolo, porque permitem um uso sustentado dos recursos, diferentemente da *pecuária incompatível* e da *especulação imobiliária para atividades de veraneio*. Nesse caso deveria ser escrito de outra forma. Afinal, o que se está querendo enfatizar: a falta de rentabilidade das atividades ou a sua insustentabilidade ecológica?

Depois o texto segue: “*As regiões do meio rural que dela dependiam enfrentam um período de declínio e os problemas sociais que são bastante sérios.*”

Mais problemas de concordância: no caso “dela” se refere a quem? Deixar mais claro. Acho que a frase ficaria melhor escrita assim: *“populações do meio rural que dependiam de uma economia de subsistência, enfrentam um período de sérios problemas sociais.”*

Ainda assim acho que deveria-se qualificar melhor que economia é essa que está declinando, como e quais são os problemas sociais decorrentes disso e como as Unidades de Conservação poderiam contribuir para reverter esse quadro. Já que mais pra frente se afirma que *“A relação entre a comunidade rural e a terra são uma parte fundamental a ser considerada no planejamento.”*

Vamo em frente: Ainda no primeiro caderno, na parte, 2.2.b, ao final do parágrafo está:

*“Para avaliar a participação adotamos os seguintes critérios”* Acho que repetiu o item de cima. No lugar de “participação” deveria vir “autonomia”.

O termo “erário público” pra mim soou meio esquisito, não sei se é pela falta de familiaridade com o termo, mas acho que poderia ser substituído por outro que fosse melhor entendido por todos. (Mas isso é uma coisa minha).

Vamo lá: Caderno 2. No final do item 4.4, lá no subitem C temos a proposta de criação de um sistema de reconhecimento local prevendo inclusive o estabelecimento de um *“Status de Consciência Ambiental”* Na minha opinião, isso poderia gerar uma espécie de competição na comunidade para ver quem preserva mais o ambiente. Pra mim não soa muito bem.

No item 5.2 Lemos: “Características da presença e atividade humana”, sugeriria um “da” antes de atividade humana.

Achei muito bom o questionamento do conceito de “uso conflitante” e áreas com “Vocações”. No final do item 5.2.2.2 incluiria as atividades envolvendo loteamento e ocupação desordenada entre aquelas absolutamente incompatíveis.

Mais ainda pro final do item 5.2.2.2 em “critérios segundo a natureza da atividade” sugiro que turismo, lazer e educação fossem agrupados e apontados os seguintes critérios para avaliação dessas atividades:

- a. Características da atividade turística (oferta e demanda/ público atingido)
- b. Nível de participação comunitária no planejamento, promoção e usufruto dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.
- c. Nível da articulação local na defesa dos interesses da comunidade frente o crescimento do turismo.
- d. Preocupação com o lazer da população local ou somente dos turistas?
- e. Modificações no uso e ocupação do solo provocadas pelo turismo: loteamentos, desmatamentos, especulação imobiliária, apropriação de espaços públicos para uso reservado para turistas.
- f. Impactos positivos e negativos observados com o desenvolvimento do turismo:
  - **Impactos sobre o meio físico e biótico:** poluição dos recursos hídricos, erosão e desgaste do solo, impactos sobre a fauna e a flora silvestre causados por ruídos, atropelamento, desmatamento, deposição de lixo, coleta desregrada de material vegetal, caça, etc ou, por outro lado, o desenvolvimento de uma consciência ambientalista a partir da mobilização local em favor do turismo.
  - **Impactos sócio-econômicos e culturais:** assimilação de valores urbanos, abandono de atividades tradicionais em função de novos empregos em equipamentos turísticos, descaracterização de alguns costumes tradicionais, mercantilização da vida rural ou, por outro lado, revalorização e resgate de hábitos e costumes tradicionais em função do turismo.
- g. Inserção do trabalho educativo na atividade turística e vive-versa: capacitação da comunidade e conscientização dos visitantes visando a valorização e a proteção do patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da localidade.

Seguindo em frente, no caderno três, logo no início, sugiro a inserção do circuito Canoas, Prata dos Aredes e Varginha entre as áreas estratégicas iniciais considerando que já existe um trabalho consolidado da AMACAPAV na região direcionado para a conscientização local acerca da realidade do Parque, tendo promovido inclusive atividades coletivas de limpeza dos rios e recentemente está sendo promovido uma capacitação local de brigadistas anti-incêndio. Existe também o Centro de referência em Educação e Desenvolvimento Sustentável – CREDS, na sede do Espaço Compartilharte, em Canoas, que conta com um rico material explicativo de apresentação do Parque e suas implicações para a comunidade e os visitantes.

Esse circuito caracteriza-se ainda como uma área estratégica pela sua localização geográfica. Estando no entorno imediato do parque, oferece acesso à unidade por vários lados, destacando-se alguns pontos:

- desde o Meudon, passando pelo Jacarandá, onde chega-se na comunidade da Prata dos Aredes.
- a partir do bairro de Vargem Grande, passando pelo hotel Lê Canton, existe um acesso até a comunidade de Canoas.
- Acesso a Prata dos Aredes pelo Suspiro.
- Acesso a uma das entradas do Parque pelo bairro da Varginha.
- Travessia Areal Canoas que liga área de baixada com área de serra, com o uso já consagrado.

De resto acho que toda a idéia da estrutura organizativa do Parque está bem interessante. No caderno 4 eu me confundi um pouco com os itens. Chegou uma hora, ali na parte de segurança e fiscalização, que eu fiquei meio perdido, não sabia onde aquilo estava inserido. Mas também vi que tem muita coisa ainda em construção.

De toda forma agradeço a todos da câmara técnica, em especial ao Nicholas e ao Guilherme, que tomaram a frente do trabalho, por esta oportunidade de participar, mesmo que ainda bem pouco e meio que “metendo o bedelho” Fico na esperança de poder contribuir mais pra frente.

Abraço e saudações a todos!

Gabriel

**Apêndice 3: Pré-projeto de educação ambiental no entorno do PETP****EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS****APRESENTAÇÃO**

O desenvolvimento de atividades econômicas no entorno de unidades de conservação, seja no contexto urbano, ou no contexto rural, tem se tornado um desafio para a gestão de áreas protegidas, já que envolve um trabalho contínuo de educação ambiental e capacitação técnica visando adequar a ocupação humana aos objetivos propostos de conservação dos recursos naturais.

Esse projeto pretende disseminar alternativas sustentáveis de uso e ocupação do solo no entorno do Parque Estadual do Três Picos, no Rio de Janeiro, que contribuam para o desenvolvimento comunitário e a integração regional em torno de uma área estratégica para a conservação da Mata Atlântica no Rio de Janeiro.

Para isso está prevista a realização de oficinas, em parceria com escolas, associações locais e outras instituições atuantes na região, junto a comunidades do entorno do parque visando disseminar conceitos relacionados a ecologia, mata atlântica, unidades de conservação, gestão participativa, associativismo, desenvolvimento comunitário, agroecologia e ecoturismo. Durante esse trabalho será realizada a divulgação do curso de formação de agentes ambientais locais, com ênfase em agroecologia e ecoturismo.

O curso de formação de agentes ambientais envolverá atores sociais das diversas comunidades inseridas no entorno do parque e tratará de forma aprofundada os temas abordados durante as oficinas. O curso terá a duração de seis meses com carga horária total de 200 horas.

O projeto prevê ainda a implantação de um centro de visitantes no município de Teresópolis-RJ, em área estratégica do entorno do parque onde será possível obter informações sobre a localidade, contratar serviços de guia e adquirir produtos confeccionados por artesãos e produtores da região.

O projeto tem início previsto para março de 2010, com prazo de execução de um ano e com possibilidade de ser estendido para dois anos.



## JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento de atividades econômicas no entorno de unidades de conservação, seja no contexto urbano, ou no contexto rural, tem se tornado um desafio para a gestão de áreas protegidas, já que envolve um trabalho contínuo de educação ambiental e capacitação técnica visando adequar a ocupação humana aos objetivos propostos de conservação dos recursos naturais.

O Parque Estadual dos Três Picos- PETP é a maior unidade de conservação administrada pelo do estado do Rio de Janeiro. Foi criado pelo decreto estadual nº31.343 de 05 de junho de 2002, que apresenta em seu artigo 2º os objetivos almejados com a criação do parque:

I. assegurar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica da porção fluminense da Serra do Mar, bem como recuperar as áreas degradadas ali existentes;

II. preservar espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção ou insuficientemente conhecidas da fauna e da flora nativas;

III. integrar o corredor ecológico central da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro;

IV. assegurar a manutenção das nascentes e dos corpos hídricos que abastecem as cidades circunvizinhas;

V. estimular as atividades de recreação, educação ambiental e pesquisa científica quando compatíveis com os demais objetivos do Parque.

O parque possui atualmente uma área de 59040,9 hectares que perpassa os municípios de Nova Friburgo, Silva Jardim, Cachoeira de Macacu, Teresópolis e Casemiro de Abreu. De acordo com o Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro-IEF/RJ (atual INEA- Instituto Estadual do Ambiente), o PETP forma um contínuo florestal com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e com a Estação Ecológica do Paraíso, o que aumenta a sua importância como refúgio para inúmeras espécies da fauna e da flora fluminense, especialmente os grandes mamíferos e aves como a lontra, a jaguatirica e o gavião-pega-macaco, dentre muitos outros. Dada à grande variação de altitude observada na região, foram encontrados no PETP os mais elevados índices de biodiversidade do Rio de Janeiro.

A feição norte do Parque Estadual dos Três Picos é contornada pela RJ130 (estrada Teresopolis – Friburgo), que insere-se no contexto do circuito turístico Tere-Fri, onde é observado o desenvolvimento intenso da atividade agrícola, cuja produção abastece grande parte da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O modelo convencional de agricultura desenvolvido na região, associado ao processo de urbanização impulsionado pelo crescimento progressivo do número de turistas e veranistas, tem provocado impactos nos ecossistemas presentes no entorno e dentro do parque, chocando-se com os objetivos propostos pela unidade. A busca pela solução dos conflitos socioambientais surgidos e o desenvolvimento de formas inovadoras de interação entre as pessoas e o meio, torna-se aqui crucial para a conservação dos recursos naturais, e mais especificamente, para a realização plena dos objetivos propostos pelo PETP.

É nesse contexto que o projeto Educação Ambiental no Entorno do PETP, pretende disseminar alternativas sustentáveis de uso e ocupação do solo no entorno do parque, que contribuam para o desenvolvimento comunitário e para a integração regional do PETP.

### **OBJETIVO GERAL**

Disseminar alternativas sustentáveis de uso e ocupação do solo no entorno do Parque Estadual dos Três Picos, que contribuam para o desenvolvimento comunitário e para a integração regional do parque.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- aumentar a visibilidade do PETP nas comunidades do entorno;
- promover o conhecimento acerca dos ecossistemas presentes;
- incentivar práticas agroecológicas no entorno do parque;
- capacitar agentes ambientais locais;
- organizar o serviço de guia turístico nas localidades;
- favorecer a gestão participativa do PETP.

### **METODOLOGIA**

Para atingir os objetivos aqui propostos, o projeto prevê uma parceria com escolas, associações e outras instituições atuantes na região. Inicialmente o foco do trabalho será junto às comunidades rurais de Canoas, Prata dos Aredes, Varginha e Vargem Grande, situadas no município de Teresópolis-RJ e inseridas no Circuito Turístico Terê-Fri.

#### **Oficinas de Educação Ambiental**

Para isso está prevista a realização de oficinas, em parceria com escolas, associações locais e outras instituições atuantes na região, junto a comunidades do entorno do parque visando disseminar conceitos relacionados a ecologia, mata atlântica, unidades de conservação, gestão participativa, associativismo, desenvolvimento comunitário, agroecologia e ecoturismo.

Durante esse trabalho será realizada a divulgação do curso de formação de agentes ambientais locais, com ênfase em agroecologia e ecoturismo.

**Curso de formação de agentes ambientais**

O curso de formação prevê a participação de diferentes atores das diversas comunidades situadas no entorno do parque. Durante o curso serão aprofundados os temas trabalhados durante as oficinas e serão realizadas aulas práticas e teóricas em diferentes localidades, visando o conhecimento amplo acerca dos ecossistemas presentes no parque, da complexidade sociocultural existente, dos desafios colocados para a consolidação da gestão participativa do PETP, das possibilidades de uso público e das oportunidades de desenvolvimento comunitário em consonância com os objetivos do parque. O curso terá a duração de seis meses com carga horária total de 200 horas.

Durante a realização dos módulos do curso de capacitação serão construídas composteiras em diferentes localidades para a decomposição do lixo orgânico e sua posterior utilização como adubo. Pretende-se com isso estimular a separação do lixo doméstico produzido.

Ao longo dos cursos serão produzidas 1000 mudas nativas da mata atlântica que serão plantadas posteriormente em áreas degradadas favorecendo o reflorestamento e a recuperação do solo e contrabalanceando a emissão de carbono gerada durante o projeto.

**Implantação de um centro de visitantes**

Esta prevista a implantação de um centro de visitantes em local estratégico, situado entre as comunidades de Canoas, Prata dos Aredes, Varginha e Vargem Grande, onde já existe um circuito turístico consolidado e uma demanda por serviços de guia. Nesse espaço o visitante terá informações sobre os atrativos do circuito, sobre os serviços hospedagem, alimentação e lazer, sobre passeios, trilhas e serviços de guia. Através do centro de visitantes também será possível agendar trilhas e passeios e adquirir produtos confeccionados por artesãos e produtores locais e ter acesso a artigos e publicações cujos temas se relacionem à ideia de conservação dos recursos naturais, desenvolvimento comunitário, agroecologia e ecoturismo. Nesse sentido também poderá ser destinado também aos moradores da região.

O centro de visitantes será construído por meio de técnicas de bioarquitetura, priorizando a utilização de madeira de reflorestamento, tijolos de adobe e o barro natural para a pintura das paredes, buscando minimizar o impacto ambiental na produção dos materiais da construção; O tratamento do esgoto e resíduos sólidos gerados na estrutura do centro de visitantes será feito por meio da instalação de uma fossa séptica, evitando o lançamento direto dos rejeitos nos rios e no solo; No centro de visitantes serão priorizados para venda os produtos artesanais produzidos com material reciclado e os produtos locais produzidos a partir de um cultivo orgânico, tendo como premissa as ferramentas agroecológicas trabalhadas durante o curso de formação de agentes ambientais.

**Apêndice 4:** Relatório do 4º Encontro Mutirão Agroecológico no sítio do Bicho Solto, no bairro do Córrego Sujo, em Teresópolis-RJ.

### **Apresentação:**

Aconteceu entre os dias 23 e 26 de julho, o 4º encontro-mutirão do dia fora do tempo no Sítio do Bicho Solto, com o objetivo de ajudar no processo de reflorestamento e manejo das áreas de trabalho do sítio, promover troca de conhecimentos e festejar o dia fora do tempo que acontece no dia 25 de julho, marcando também o início da primavera. Segundo a visão compartilhada pelos moradores do sítio, a partir do solstício de inverno, que se dá no final de junho, começa o retorno da Terra para o ponto em que o sol incide mais diretamente sobre o hemisfério sul. Esse retorno culmina no verão propriamente dito e tem seu ponto mediano no fim de setembro, data oficial da primavera. Porém este movimento de retorno se inicia antes de setembro, o que nos permite dizer que a partir do fim de julho e começo de agosto, o hemisfério sul já está sob a influência da primavera, que marca um tempo de mudanças e de preparo do solo para o plantio.

É nessa mesma época, no fim de julho, que é celebrado o dia fora do tempo, uma convenção estabelecida no calendário ou sincronário da paz, baseado no Tzolkin Maia, no qual o ano é marcado de forma simétrica possuindo 13 meses ou luas de 28 dias (que somam 364 dias). Fica faltando então um dia para fechar os 365 dias que a terra leva para dar a volta em torno do sol. Esse dia ficou instituído como o dia fora do tempo, usado para fazer esse ajuste no calendário, sendo dedicado à celebração do ano novo e à manifestação espontânea da arte e da cultura presentes no ser humano.

### **O Sítio do Bicho Solto**

O Sítio do Bicho Solto situa-se em um bairro rural do município de Teresópolis conhecido como Córrego Sujo, recentemente rebatizado de Vale Alpino. O acesso ao bairro se dá por uma estrada de terra de cerca 20 quilômetros que se inicia a partir do bairro de Venda Nova situado próximo ao quilômetro 20 da estrada Teresópolis-Friburgo. O Vale Alpino é servido pelo transporte público municipal que mantém algumas linhas diárias de ônibus saindo da rodoviária de Teresópolis.

O trabalho no Bicho Solto começou há cerca de 25 anos, liderado pelo agrônomo Roberto Selig (Beto), que segundo seu próprio relato, começou o seu aprendizado trocando experiências e conhecimentos com os agricultores familiares da região. Logo começou a questionar uma série de procedimentos adotados pela agricultura convencionalmente

praticada ali, voltada para o abastecimento dos centros urbanos da região metropolitana do Rio. Segundo Beto, nesse modelo de agricultura a terra é limpa, “não se deixando nem um cisquinho”. Com o solo ressecado e empobrecido, começa-se a incorporação de fortes adubos químicos para permitir o desenvolvimento de culturas plantadas a céu aberto e em larga escala. A irrigação é feita com o auxílio de bombas movidas à gasolina que “jogam água morro acima”. Após a colheita, vende-se o produto a um preço cada vez mais barato no mercado. Ao final do processo, verifica-se que há um gasto absurdo de energia, desgasta-se o solo, o ambiente e o agricultor, demanda-se um gasto excessivo de água, perde-se a matéria orgânica, incorpora-se uma série de insumos trazidos de fora, fornece-se ao mercado um alimento com qualidade questionável e como resultado o agricultor obtém uma renda mínima que não o permite ter em casa o alimento necessário para uma nutrição satisfatória. Fecha-se o ciclo com essa grande contradição.

Um dos impactos desse modelo pode ser percebido na diminuição do volume de água do córrego que corta o sítio. O moinho utilizado antigamente no processamento dos grãos, encontra-se, hoje, inutilizado uma vez que o curso d’água já não é capaz de movê-lo.

A preocupação crescente em fazer um manejo diferenciado do solo e dos recursos naturais, fez com que Beto se tornasse referência em Teresópolis na produção orgânica de alimentos. O agricultor foi um dos primeiros mobilizadores da associação de agroecologia de Teresópolis e da feira agroecológica de alimentos que acontece atualmente duas vezes por semana, nas quartas e sábados, no bairro de agriões, próximo à prefeitura da cidade<sup>11</sup>. Beto atua ainda como consultor no processo de certificação orgânica de outros produtores da região.

Há cerca de cinco anos, porém, com a chegada de novos moradores, e com o retorno de familiares que outrora moraram no sítio, deu-se início a um período de transição, que marcou uma mudança ideológica no trabalho desenvolvido ali. Gustavo Agostini, um desses novos moradores que se tornou fundamental nesse processo de transição, ressalta que se, por um lado, a produção orgânica previa algumas mudanças em relação à agricultura convencional praticada na região, por outro, não dava conta de uma série de outras questões relacionadas principalmente ao consumo de energia durante o processo total da produção de alimentos e à segurança alimentar dos próprios agricultores que trabalham na terra. Numa discussão com Gustavo, durante o encontro, ressaltou-se que, em muitos casos, o critério

---

<sup>11</sup> A feira Agroecológica é atualmente a única feira de produtos agrícolas de Teresópolis. Isso poderia não ser espantoso se não fosse a forte tradição agrícola do município.

utilizado para definir uma produção orgânica leva em conta apenas a não utilização de agrotóxicos e algum trato alternativo utilizado no tratamento de pragas e doenças.

A partir de uma preocupação que leva em conta a dinâmica ecológica do sítio como um todo, deu-se início a um período “pós-orgânico” onde o foco central, deixou de ser a produção para o mercado e se concentrou na produção diversificada de alimentos de forma a garantir a manutenção dos moradores do sítio<sup>12</sup>, assegurando também a disponibilidade de recursos naturais no futuro. Essa nova orientação representou uma mudança profunda na dinâmica da produção local e obrigou os moradores a repensarem toda a sua relação com o consumo de matéria e energia advindo da atividade agrícola. De acordo com o Beto “quando você dá prioridade ao alimento você já elimina um monte de possibilidade de erro” se referindo ao direcionamento da energia na produção de alimentos. “Todo mundo que tá perto da terra tem a obrigação de tirar o alimento dela, porque senão vai tirar de onde?”

Buscou-se então desenvolver um sistema agroflorestal que se mantivesse por si próprio sem a necessidade de incorporar nenhum elemento externo no processo. Dá-se então uma importância grande à matéria orgânica obtida com a capina e com a poda, que torna-se a principal fonte de umidade e nutrientes do solo, dispensando assim a utilização de adubos e de irrigação. Além disso cultiva-se árvores nativas, frutíferas e arbustos na área de plantio para promover um sombreamento e fixar nutrientes no solo (ver relato abaixo). Busca-se também desenvolver culturas que sejam adaptadas ao clima e que não exijam um trato cultural muito elaborado.

Entre as espécies arbustivas e arbóreas encontradas na área de manejo podemos citar: canela, jacaré, jacatirão, mulungu, aroeira, assapeixe, guapuruvu, algodão, marioneira e mamurana. Algumas dessas espécies são utilizadas no trabalho de reflorestamento de algumas áreas degradadas, principalmente próximo às nascentes. “acredito na força do homem para recuperar aquilo que já foi destruído da natureza”- afirma Beto.

O milho é um dos carros-chefe do sítio, podendo ser utilizado na forma de fubá que permite o seu armazenamento por um período de tempo mais longo. Além do milho, cultivava-se batata inglesa, batata Yacon e batata doce, mandioca, inhame, amendoim, abóbora, chuchu e algumas hortaliças, entre elas a couve e a serralha<sup>13</sup>. Entre as frutas são cultivadas banana, lima, abacate, goiaba, fruta do conde, limão e tangerina. Também colhe-se mel produzido a partir de florada silvestre.

---

<sup>12</sup> Atualmente são quatro moradores fixos: Beto, Gustavo, Lucas Boreli e Laura Botafogo (filha do Beto), além de outras pessoas que, periodicamente, vão participar dos mutirões e de outras atividades fomentadas no sítio.

<sup>13</sup> Uma experiência que, segundo os moradores do sítio, tem dado resultado, é a utilização de urina humana como fertilizante da horta.

Beto lembra que cada elemento de cultivo que entra no sistema deve ser muito bem pensado e planejado, pois cada cultura deve responder de forma satisfatória ao gasto de energia dispensado a ela. Por isso ele afirma que também não é muita vantagem diversificar demais a produção, pois o serviço também acaba aumentando muito. Nesse aspecto, Gustavo afirma que o maior desafio imposto pelo trabalho ali relaciona-se ao grande número de atividades que vão surgindo ao longo de todo esse processo.

De toda forma, Beto considera muito importante que o sítio tenha condições, aos poucos, de produzir, além do alimento, instrumentos e utensílios utilizados no dia-a-dia. “Quanto mais a gente conhece todos os processos que fazem parte da nossa vida, mais a gente se fortalece aqui dentro”- afirma. Dentro dessa filosofia, não só as culturas, mas cada elemento trazido de fora, seja para a construção e reforma de uma casa, seja para utilização nos trabalhos manuais, passa por uma reflexão e uma ponderação grande. Segundo Beto “tudo passa por esse sofrimento, mas é um filtro que torna-se necessário”. A própria criação de animais foi descartada em função da necessidade de incorporar muitos elementos externos para manter a criação, além da energia humana dispensada no trato dos animais que acabaria por desviar o foco centrado ali na produção de alimentos. Além disso, foi ressaltada a grande área de pasto demandada por uma criação de gado, por exemplo, que inviabilizaria a regeneração da mata.

O gás butano utilizado na cozinha e o chuveiro elétrico para tomar banho são outros dois elementos que foram eliminados do sítio. Utiliza-se o fogão à lenha para preparar as refeições, aproveitando-se a energia gerada para esquentar a água do banho através do sistema de serpentina. Esse passo exigiu um manejo bem pensado da madeira destinada à produção de lenha e fez com que os moradores do sítio passassem a ver a madeira como uma importante fonte de energia a ser armazenada e utilizada com muito cuidado. Gustavo lembra que “além da gente, o quati, o cachorro do mato, a gralha e vários outros animais e aves, precisam utilizar a mata”. Por tudo isso Beto afirma que a lenha é utilizada com muita parcimônia e que eles ali não ficam muito felizes em volta de uma madeira queimando à toa, pois sabem de todo o trabalho e energia dispensada no processo de obtenção de lenha.

Esse movimento acabou por valorizar o momento da preparação dos alimentos, pois é nessa hora que as pessoas se reúnem em volta do fogo (principalmente no inverno) para conversar, contar histórias, atualizar as atividades do dia, fazer música e tomar banho, inclusive. A cozinha assume então um papel importante de agregar as pessoas que trabalham no sítio. O momento da refeição é muito valorizado pelos moradores. Antes de cada refeição, todos se reúnem em volta da mesa, fazem um momento de oração e reflexão, cantam algumas

canções para agradecer e consagrar o alimento e só então as pessoas se servem. Tudo isso fortalece os laços de amizade e traz uma lembrança para cada um (inclusive para os visitantes) de toda a energia dispensada pela natureza e pelo homem até aquele alimento estar na mesa pronto para ser ingerido.

As pessoas do sítio, porém, não se isolaram completamente do convívio social e da relação com a cidade. Parte da produção interna é vendida na feira agroecológica que acontece duas vezes por semana na cidade. Além disso, existe o trabalho de militância na associação de agroecologia e um programa na Rádio Teresópolis, onde as pessoas têm a oportunidade de divulgar um pouco do trabalho realizado no sítio, tocar alguma música de raiz e difundir algumas idéias compartilhadas pelos moradores do Bicho Solto.

A partir desse encontro-mutirão realizado no mês de julho, juntamente com a inauguração da casa de hóspedes e da oficina geral, o sítio assumiu o trabalho de recepção de visitantes como uma atividade importante a ser desenvolvida. Beto vê nesse trabalho a possibilidade de realizar um trabalho de educação e de agregar uma renda adicional, importante para fazer movimentar outras frentes de trabalho. Além disso, esses encontros de mutirão representam, segundo Beto, uma oportunidade para os moradores da cidade utilizarem a sua energia, fornecida pelo sistema de saque da natureza, na reconstrução de uma nova relação com o meio ambiente.

Os moradores do sítio acreditam que ainda há muito que se caminhar, os visitantes, porém, já podem (e devem) aproveitar ao máximo para testemunhar um trabalho consistente, com base agroecológica, onde a relação da sociedade com a natureza é repensada de forma profunda e colocada na prática (e na mesa).

### **O Encontro**

Na terça-feira, dia 22, começaram a chegar os primeiros participantes do encontro. Foi um dia de organização e preparativos. Foi inaugurada a cozinha geral do sítio, fez-se a mudança de alguns instrumentos da cozinha da sede para a cozinha geral. Nesse dia um grupo subiu um morro até um ponto próximo à nascente principal que abastece o sítio, para buscar lenha em uma parte da encosta que sofrera um incêndio a algum tempo atrás, onde podia-se encontrar algumas árvores queimadas ainda de pé. A lenha utilizada para cozinhar durante os três dias de encontro foi obtida a partir de uma dessas árvores que foram derrubadas e cortadas no machado. A madeira foi arrastada lá de cima sendo puxada por cordas até o local onde seria picada para abastecer a cozinha geral.



Interessante citar esse evento, pois o grupo que participou da trabalhosa coleta da lenha testemunhou, algumas horas mais tarde, um embate que aconteceu com a chegada de um grupo de cinco pessoas que vinha do ENCA (Encontro Nacional de Comunidades Alternativas) que ocorrera no Vale do Gamarra, próximo à cidade de Baependi no Sul do Estado de Minas. Todos eram de São Paulo, exceto o participante conhecido como Russo, especializado na construção alternativa de saunas, lareiras e fornos. No começo da noite, assim que o grupo chegou, o Russo começou a mobilizar as pessoas do sítio para construir uma sauna alimentada por lenha, que seria feita durante aqueles dias de encontro. Desde o começo o pessoal do sítio demonstrou a preocupação com o incremento no consumo de lenha que um equipamento desses representaria para o sítio. Não levando muito em consideração a preocupação dos moradores o visitante insistiu na proposta da sauna já que, segundo ele, a lenha seria fácil de obter.

Mais tarde, quando o Beto retornou da cidade, encontrou o Russo sentado na lareira da casa de hóspedes apresentando mais uma vez a sua proposta de construção da sauna. O Beto explicou para ele que a madeira é vista como uma energia a ser armazenada e que ali no sítio ela é queimada diariamente nas atividades da cozinha e por isso o uso da lenha é feito com muita parcimônia. A sua obtenção exige um trabalho grande e um manejo consciente da madeira, uma vez que não seria aconselhável derrubar árvores de forma indiscriminada no sítio para coletar lenha. Outra preocupação do Beto manifestada em relação à sauna seria o risco dela trazer para o sítio um público burguês que viesse movido por propósitos contrários aos que eram compartilhados pelos moradores do Bicho Solto.

Durante essa conversa com o Russo, o Beto teve a oportunidade também de falar um pouco do trabalho que era realizado ali, para que fosse possível ter uma idéia melhor da ideologia do sítio. Por fim ficou decidido que o Russo faria, ao invés de uma sauna, um forno pequeno, utilizando o material que tivesse disponível e contando com um apoio pequeno já que o foco do encontro era o trabalho de mutirão para preparar uma parte da terra para o plantio.

No primeiro dia do encontro o café foi servido por volta das oito horas da manhã. A essas alturas já tinham 11 visitantes, dos quais alguns apoiaram o Russo na construção do forno, alguns trabalharam na cozinha, coordenados pela Laura, e outros foram trabalhar no manejo de uma área pré-selecionada pelo pessoal do sítio para ser preparada para o plantio de raízes, grãos e leguminosas a ser feito em setembro-outubro, mais próximo da época das águas. O trabalho consistiu na capina da área que foi feita com a preocupação de deixar a matéria orgânica por cima da terra para segurar a umidade do solo e de preservar as árvores

nativas e fruteiras que nasciam pelo terreno. O capim gigante, espécie aclimatada naquela região, recebia um cuidado especial porque, segundo os moradores do sítio, o seu composto é muito rico em nutrientes, sendo um adubo muito importante para o solo.

Esse manejo da matéria orgânica difere do que é praticado comumente, no qual o agricultor reúne todo o resto de capina e poda e queima utilizando, posteriormente, as cinzas como adubo. De acordo com o Beto, as cinzas realmente possuem uma quantidade grande de nutrientes, porém eles são absorvidos de forma muito rápida pelo solo, diferentemente do manejo da matéria orgânica que promove uma incorporação mais gradual e duradoura dos nutrientes no solo. Porém, segundo o agricultor, se o solo já está muito deteriorado, realmente torna-se importante, não só o uso da cinza, como também de outros insumos trazidos de fora. O que poderia ser evitado se o manejo do solo fosse feito de forma a minimizar o seu desgaste através do manejo diferenciado da matéria orgânica e de espécies de árvores e arbustos que são fixadores de nutrientes.

Nesse primeiro dia de mutirão, o almoço saiu por volta das 14 horas. Dessa vez a roda para consagrar o alimento teve que ser feita do lado de fora da cozinha pois já tinham chegado novos visitantes. O feitiço da comida, coordenado pela Laura, foi um sucesso. Todas as refeições estavam especialmente saborosas com o gostinho da comida feita no forno à lenha e do alimento plantando, cultivado e colhido por ali. No café da manhã, além de frutas como goiaba, lima e banana, era servido mingau de aveia ou de fubá, que podia ser comido com açúcar mascavo, ou canjica. Também comia-se aipim e até batata doce de manhã. Sempre tinha um café fresco e um pãozinho integral para complementar. No almoço o cardápio variava. Arroz integral, feijão preto colhido no sítio, bolinhos de arroz, torta de abóbora, farofa, batatas variadas, saladas coloridas, polenta, aipim. À noite era feita uma boa sopa que podia ser complementada com alguns bolinhos feitos no forno, torradas e até pipoca. Ao final do primeiro dia de mutirão, a turma se reuniu em volta do forno à lenha e fez uma música animada acompanhada de pífano, violão, tambor e até instrumentos de percussão indianos.

Na quinta-feira, segundo dia de mutirão, a roda da manhã foi aberta com cântico de mantras e as canções da terra. Outras pessoas já tinham chegado e a essas alturas podia-se contar quase trinta visitantes circulando no sítio. Pela manhã, enquanto um grupo apoiou a construção do forno, outra turma foi terminar o serviço da capina começado no dia anterior. À medida que a capina da área se concluída, iniciava-se um trabalho de poda dos algodoeiros e das marioneiras que cresciam na área de plantio. Segundo as orientações do pessoal do sítio, esses arbustos permitiram um sombreamento da área, dificultando o crescimento de diversos tipos de capim e outras ervas daninhas e favorecendo a germinação de diferentes espécies de

árvores. Serviram para incorporar matéria orgânica no solo e preservar a umidade. Além disso facilitaram o manejo da área, pois a capina pôde ser feita em terreno sombreado e com uma presença menor do capim angola, espécie mais difícil de ser retirada na enxada. A matéria obtida com a poda desses arbustos era agora empilhada de forma a facilitar sua decomposição. Na próxima estação, o composto obtido desse material poderá ser novamente incorporado no solo, servindo como importante fonte de nutrientes.

Durante a poda do algodão, foi possível observar as belas flores do algodoeiro que possuíam sua parte masculina situada abaixo da parte feminina o que exigia a presença de agentes polinizadores para possibilitar a fecundação da planta. Foi lembrado do importante papel de polinização realizado pelas abelhas, que ao colherem o néctar das flores, transportam também o pólen de uma planta para outra, favorecendo a reprodução cruzada. O pólen extraído das flores pelas abelhas é processado dentro de seus organismos e eliminado na forma do que conhecemos como mel, o qual é armazenado como reserva de energia para elas. Quando são criadas, através da apicultura, condições favoráveis ao desenvolvimento das abelhas, é gerada uma superprodução de mel que é aproveitado pelo ser humano.

Nesse dia o almoço saiu mais perto do fim da tarde. O pessoal fez uma grande roda, com cerca de trinta pessoas para consagrar o alimento. Tendo concluído a construção do forno, destinado à queima de cerâmica, o Russo e o pessoal que viera com ele, deixaram o sítio após o almoço. Mais à noite, todos se reuniram em volta do fogão à lenha para cantar música e contar histórias. Houve também uma discussão, puxada pelo Lucas, a respeito do significado do calendário da paz e do dia fora do tempo, esclarecendo os visitantes que ainda não estavam familiarizados com o assunto. Depois do jantar, o pessoal se reuniu em torno da lareira da casa de hóspedes, para assistir uma história contada pelo Gustavo e pela Alice (irmã da Laura), que foi interpretada e musicada. Depois disso as pessoas se animaram e começaram a contar uma história que foi sendo construída de forma coletiva por cada um dos participantes da roda. No final, a pessoa que tinha começado, se encarregou de dar um desfecho na história para alegria de todos. Algumas pessoas ainda se inspiraram a contar outras histórias com lições trazidas da floresta e do oriente.

O dia fora do tempo começou inspirado por uma prática de Yoga, seguida de um farto café da manhã. Houve ainda uma oficina de cerâmica ministrada pela artista plástica Andréia Santana, que contou com a participação animada de todos os que ainda estavam no sítio. A tarde foi bem livre com cada um encontrando um afazer diferente. Alguns foram fazer uma caminhada, outros ficaram quietos fazendo uma leitura e outros ainda tocando algum

instrumento. Algumas pessoas do sítio se ocuparam em preparar o material que seria levado para feirinha agroecológica na manhã do dia seguinte.

Quando o almoço ficou pronto já era quase de noite. Na roda antes da refeição algumas pessoas se despediram, manifestando sua satisfação e sua alegria em estar reunido ali com aqueles amigos queridos. O pessoal, depois de comer, já foi se reunindo na varanda para celebrar, com música regional, a alegria gerada com todo aquele encontro. Algumas pessoas deixaram o sítio nesse momento, entristecidas por estarem partindo, mas alimentadas física e espiritualmente com sementes férteis plantadas dentro de si e ânimo renovado para reconstruir uma nova relação com a terra, com a natureza, com o alimento e consigo mesmo.

No dia seguinte após o café da manhã, os que ainda restaram, partiram para a feirinha agroecológica no bairro de agriões, na cidade de Teresópolis, onde puderam compartilhar com outras pessoas alguns frutos gerados com o exitoso encontro.

**Apêndice 5:** Extratos da entrevista com os agricultores Beto Selig e Gustavo Agostini, do sítio do Bicho Solto.

### **Entrevista realizada com Beto Selig e Gustavo Agostini, em 12 de Agosto 2009**

#### **Transcrição: Déborah Minardi**

##### **- Relação com o urbano**

Gustavo: Muito pela proximidade do grande centro urbano, aqui especialmente o acesso ao rio de Janeiro, então a agricultura e a vida das pessoas é muito influenciada, nem sei se diria que aqui é uma vida rural, é um espaço, um ambiente, é um espaço só porque a vida mesmo é a vida urbana, não é essa coisa rural, viver da terra não é.

Beto: Eu acho que essa grande cultura hegemônica da sociedade industrial tá botando os bofes para fora, tá uma crise, ela mostra as doenças dela o tempo todo, e disso aí surgem movimentos de defesa da vida, que é mudança cultural, mas a força dessa cultura ainda tá como nunca, a força dessa cultura industrial tá muito grande.

Gustavo: O impacto ambiental na vida é muito grande, pra pessoa querer diminuir esse impacto vai ter que fazer uma revolução na sua vida vai ser tachado de radical.

Beto: Você vê onde é que se gera renda hoje, a renda gera através das atividades industriais, na quantidade de serviços muito mais do que na terra, pelo que na terra o pessoal conseguiu capitalizar um pouco, mas a renda se gera nos serviços e na indústria ou no comércio. Então a propriedade da terra tá indo pra quem faz serviço ou indústria, a concentração da propriedade da terra é contínua, então o movimento mesmo que seria de pegar grandes massas da população da cidade e voltar com elas pro campo, isso não está acontecendo.

Beto: Num nível geral num nível de Brasil você continua tendo urbanização, o resto é discurso é cada vez menos gente morando na terra e mora na terra com uma cultura mais urbanizada também, isso que é o hegemônico, isso é que é o dominante o resto é exceção, mas não é o movimento. Eu não tenho aqui dados de urbanização, dados sociológicos e dados geográficos, mas essa é a minha percepção. Porque o dinheiro compra terra, onde é que forma dinheiro, dinheiro se ganha na cidade nos serviços da industrialização, então a cidade está comprando a terra. Ninguém na terra fica na terra através das suas atividades.[...] a cidade que compra a terra, a terra não se compra, então isso é que está te dizendo que é ecologicamente pra onde tá indo a terra. [...] a agricultura familiar você vive esse dilema, você trabalhando com a família você, dificilmente você acompanha a acumulação capitalista, o teu produto cada vez vale menos então há um endividamento.

Beto: A disseminação é a militância, hoje de manhã, ontem, tem dias que a gente fica achando tão perdido, quando acorda de manhã e o motor ligado, “não, nós estamos perdendo cara” aí chega um garoto como hoje de manhã pedindo umas sementes de milho, dizendo uma coisa dessas. Ai tu fala, pô olha o valor de nós estarmos aqui, nós demos uma semente de milho que já tem 4, 5 anos com a gente.

Gustavo: É a quantidade casos que tem aqui na região, você vai vendo o respeito que as pessoas tem pelo trabalho daqui, o que influência na vida das pessoas, realmente esse que é a influência local, que cada lugar tem o seu histórico específico e com o tempo aquilo vai entrando dentro das pessoas. Se o cara estiver dentro de uma crise ele vai ter uma referência vai poder seguir. É a própria forma histórica antiga né? Que está gravada na vida das pessoas,

muita gente que tem ainda uma linha com os antigos valoriza a forma de vida do povo antigo, valoriza a qualidade de vida do povo antes dessa influência urbana tão forte.

Beto: As coisas vão acontecendo também, nós temos que estar sempre meio que se expondo um pouco, normal assim, da associação de moradores, do orçamento participativo, do conselho da feira, então são várias situações que a gente se expõe que de repente, quando precisa de uma referência nós estamos, a gente se apresenta. A gente já fez palestra na escola, todo mundo conhece que aqui o negócio é diferente, que aqui não se usa veneno, que aqui não bota fogo. Aí de repente ganha reserva essa nossa experiência, mas a gente não é dono dessa capacidade de influenciar, ela vem mais na hora... [...]

### **- Mudança de Paradigma**

Beto: Antigamente quando vinham as estações do ano, sempre nós estamos mudando de estação, eu estava bem ansioso com a estação seguinte, você está sempre ansioso porque a verdura você tem que estar sempre prevendo as situações. Vai começar ter excesso de determinadas coisas, começar a ter falta de outras, você vai ter que forçar uma barra ali. Então eu vivia assim. E hoje em dia eu vivo toda estação, toda época tem a sua beleza. Como é bonito essa época, toda época é bonita, gostando muito mais da natureza, conhecendo os bichos, as plantas, a riqueza que é você conhecer as formas de vida os bichinhos, chegando perto da sua casa. Eu sinto muito isso aí, isso não precisa de ser modelo, propor isso pra ninguém, eu vejo e sinto assim em mim e sinto que sou presenteado, gosto de ver o amanhecer do dia, gosto da roça, acho mais verdadeiro a força daqui. Não tem contradição não tem nada, que supere o gosto de estar na natureza, tudo o que a gente fez aqui, optou por fazer, de parar de usar a máquina, de usar plantas perenes, as plantas de ciclo mais longo, permitiu que a gente tenha um ambiente muito mais estável à nossa volta, como isso é bom. Eu gosto de andar nas trilhas que envolvem a nossa casa. Hoje eu amassaguei as florzinhas com o carro, pra mim é uma tristeza, o carro não vai mais na porta de casa, porque, pra gente chegar ter um caminho estreito com flores, um caminho de flores, você podia chegar com o carro bem pertinho de casa, para levar tuas compras. Não, deixa longe e tal.

Gustavo: Isso aí deixa uma sensação muito forte e que volta dentro do sistema ecológico, você está vivendo e sabendo que toda a sua vida está em volta de você, toda a sua vida está no seu alcance, as suas necessidades da vida, produzir seu alimento, não ter coisa de outro lugar nenhum. Toda a natureza que está em volta no seu espaço você ser capaz de viver daquilo dentro do seu próprio esforço. Isso aí, volta nesse aspecto ecológico muito forte, produzir sem petróleo sem usar a máquina, sem vir coisas de fora.

Beto: Sem usar adubo, usar a própria fertilidade do ambiente em que a gente está, pra viver num ambiente que se reproduz como um todo e você dentro dele.

Gustavo: Enxergar a capacidade de percepção do lugar, de valorização do ambiente. É o próprio caminho que vai se abrindo de aprender a utilizar a natureza local, conhecendo a floresta, os outros vegetais espontâneos, aprendendo a trabalhar com eles, isso cria uma relação de ser humano como animal, como parte da natureza, que é o que precisa para a diminuição dos impactos.

Beto: e a gente tem andado bem nisso aí, você vê que nesses anos que nós estamos aí muita coisa foi produzida e já está estabilizado, a quantidade de sementes que hoje a gente dispõe é maior, fartura de vários itens, a possibilidade que a gente tem de avançar e tudo isso, é o que traz essa alegria e satisfação por esse esforço. A minha satisfação particular de vida de sentir isso, da percepção do ambiente, de viver dentro dele, estar bem, estável, estar convivendo com outros seres, bichos, plantas e estar vivendo também.

Gustavo: E essa sensação diante desse tema de urbano e rural que é o ponto né? Que é quando você está se desprendendo de um monte de condicionamentos, da forma como você foi criado

a ter as coisas, a facilidade, para ter gosto pelas coisas mais simples, desapegar de um monte de necessidade que o mundo oferece, que são muitas vezes coisas destrutivas né?

Beto: São desconcatenadas do ambiente.

Gustavo: Será que o mundo tem capacidade de gerar?

Beto: Você quer porque quer, mas não quer saber se o ambiente te proporciona aquilo de forma estável, e aqui não, a gente passa a gostar daquilo que consegue ter dentro das possibilidades e isso aí é um gerador de integridade. Os anos vão se passando e vai ficando cada vez mais intenso, mais consolidado. Eu não sei, esse lugar que a nos vivemos é muito especial, eu não sei se em todos os lugares é possível a gente viver essa experiência, mas aqui um ambiente como esse, uma ambiente que a gente tem uma água como essa que se acumula e vai sendo distribuída o ano todo aí, com uma frequência. Se é uma responsabilidade humana ocupar um lugar como esse aqui, você tem que ocupar e manter essa fertilidade da vida, acho aqui maravilhoso, porque a gente vive aqui cultivando uma série de coisas riquíssimas, nossa possibilidade de cultivo, mesmo que a gente use espécies que vieram de outro jeito, vieram pela colonização, mas isso também, faz parte da história humana, faz parte da natureza, é uma coisa que agente não pode ficar julgando.

### **- Agroecologia**

Beto: em 2001 eu fiz uma oficina com o Ernest, o cara divulgador da agrofloresta. Eu fiquei muito impressionado porque eu já tava que não agüentava mais aquela coisa, já tinha feito muitas palestras e tinha a consciência que aquele sistema orgânico era uma reforma do sistema convencional, mas que não era uma coisa satisfatória, não era uma coisa harmônica, isso tava claro pra mim, porque as espécies que nós cultivávamos eram européias, porque as relações de trabalho não eram cooperativas, das classes que estavam consumindo, com os grupos que estavam produzindo de forma capitalista. Não era uma relação harmônica em relação campo/cidade, então isso tava bem claro. Então eu fiz essa oficina lá com o Ernest, me impressionou muito, eu já conhecia um pouco as idéias dele, assisti uma palestra na (Universidade Federal) Rural também muito boa.

Gustavo: (em relação à produção orgânica) adotar esse sistema dentro do modelo urbano, esse sistema convencional, é um sistema combatível com o modelo urbano, então tentou criar m modelo de produção fora do padrão urbano, mas ainda completamente ligado comercialmente ao modelo urbano.

Beto: Estão querendo fazer um milagre, digo satisfazer as necessidades humanas de pessoas dentro da cidade, que não estão vivendo em harmonia com a natureza, ao escolher ali o centro urbano como o espaço de vida, estão querendo levar uma pureza que as próprias pessoas não estavam buscando ou fazendo por onde. Então a velocidade da vida urbana tem muito mais haver com veneno, com adubo, com você fazer a terra produzir numa velocidade mais do que ela pode. A vida urbana é acelerada, não tem nenhuma relação com a velocidade da natureza. A velocidade que a terra disponibiliza, os nutrientes e vegetais não tem nada a ver com o desenvolvimento urbano, não tem nada a ver com a velocidade com que você queima petróleo. A terra tem outra velocidade, o crescimento populacional passou a ser alimentado por energias não renováveis, o adubo é o ponto central da urbanização, do êxodo rural, o adubo químico, mais do que o veneno e o mata-mato. Quando você começa a tirar minerais do subsolo e nutrir os vegetais, você para de usar o estoque da capacidade natural do solo e passa a usar um estoque que não era da natureza, não era da biosfera. Não é o ritmo de renovação da terra. Aí você cria uma população já apoiada nessa velocidade de exploração, nesses recursos não renováveis e é que nós temos no mundo, se você chegar de um dia pro outro e dizer: 'Agora vai ser só recursos renováveis', morre de fome boa parte da população. Daí a base de nitrogênio e de petróleo, base de fora, de tirar de 700 metros de profundidade, não tem como. [...]

Gabriel: E esse pessoal que você falou como estão sem a produtividade?

Airton: O pessoal aqui é caseiro quem era agricultor, quem não é caseiro virou pedreiro das casas, porque tem sempre uma obrinha. As pessoas que eram ligadas às atividades produtivas da terra se desligaram por completo. Agora o que estou conversando aí com o pessoal no sentido da gente se articular e criar um trabalho, um grupo que possa estar em contato com o INEA diretamente no Rio e com os órgãos ambientais para estabelecer uma relação mais próxima.

Gabriel: Mas você falou que aqui a possibilidade de cultivo é grande. Por quê? Clima?

Beto: Começa assim, a energia chega durante o ano inteiro, não tem nenhum período que você seque totalmente ou que você esfrie totalmente, não tem nenhum extremo assim não biológico, fora dos limites das formas de vida, em aspecto maior que as formas de vida. Numa situação de gelo de deserto a gente não vive, durante o ano todo então você tem como conseguir alimento. Você não tem uma situação extrema em que precise se abrigar e se agasalhar, nenhum ambiente se torna hostil, temos água abundante, você é muito rico, então eu acho maravilhoso esse lugar aqui. Com tudo e com todos que a gente sofre aqui com a degradação, esses vales, isso é pura fertilidade, diversidade. Tanto eu acho que a nossa experiência aqui é muito rica, é uma oportunidade cultural que nós estamos representando, me sinto assim importante de ter tido essa oportunidade. Os proprietários de terra vivem tudo dentro do caminhão indo pro Rio de Janeiro.

Gabriel: Não tem uma vida na roça, com uma proximidade com a natureza.

Gustavo: Nem o que fica plantando, nem o plantador tem essa experiência.

Beto: Não tem. Vive numa terra toda aberta, sem nenhum vegetal e leva a gaiola de passarinho.

Gustavo: E come macarrão com salsicha.

Beto: Mas isso aí vai entrar em crise, é uma coisa que a gente não consegue enxergar, é uma crise que não vai dar nas notícias e nas pessoas, mas eu tenho certeza, nós não vamos ver uma crise generalizada, mas ela vai aparecer. O homem vai ter que custar, do jeito que eles estão vivendo aqui, nas próprias cidades, a cidade que está com muito dinheiro, vemos uma porção de excluídos é um negócio insuportável. Numa cidade como Teresópolis se você botar 10% de excluído é assustador né, 10% de gente querendo tomar coisas dos outros.

Gabriel: E é incomodo né!

Beto: Isso vai gerar uma explosão, quer dizer, e você não vai incluir todo mundo a sociedade que não tem referência na natureza e não consegue também satisfazer pelos próprio parâmetros que apresenta, então eu acho que nós aqui com amor à natureza é um caminho de crescimento até para contrabalançar com essa força hegemônica aí. Que a gente não consiga vislumbrar o amor à natureza se tornar hegemônico, acho que a gente pelo menos tem que crescer na sombra dessa hegemonia, contrária à hegemonia da indústria da destruição. Por isso que a gente percebe essa coisa que parece que está crescendo, esse movimento ecológico. Na verdade está crescendo menos que a força impactante.

Gabriel: Se for comparar é insignificante!

Beto: Não é insignificante não, porque se torna lei, se torna mesmo sendo necessária.



**Apêndice 6:** Relação das entrevistas semi-estruturadas realizadas no segundo semestre de 2009:

### **Entrevistas semi-estruturadas realizadas**

#### **1. Moradores de Origem Rural: 9 pessoas. 6 adultos e 3 jovens**

**\* realizada em 17/08/09**

- 66 anos
- mora há quase 60 anos na região
- professora aposentada, associada da AMACAPAV

**\* realizada em 01/09/09**

- 55 anos
- Origem: canoas
- Mora em Varginha há mais de 40 anos
- Agricultora e empregada doméstica

**\* realizada em 24/09/09**

- 80 anos
- Origem: Lajedo –PE
- Mora há 40 anos na região.
- Agricultora e empregada doméstica

**\* realizada em 29/09/09**

- 67 anos
- Origem: Vieira
- Mora desde 1961 na região
- Agricultor, jardineiro, aposentado da prefeitura.

**\* realizada em 24/08/09**

- 32 anos
- Origem: Carangola-MG
- Mora na região desde 1992
- Produtor Rural

**\* realizada em 09/09/09**

- 37 anos
- Veio morar em Prata com seis meses de idade
- Jardineiro

**\* realizada em 28/09/09**

- 25 anos
- Mora na região desde os cinco anos.
- Jardineiro, cabeleireiro

**\* realizada em 02/09/09**

- 22 anos
- Origem: Rio de Janeiro

- Mora em Canoas desde 3 anos de idade
- Artesão, educador, garçon

**\* realizada em 09/09/09**

- 23 anos
- Sempre morou na região
- Jardineiro

**2. Moradores da região de origem Urbana: 13 pessoas. 10 adultos e 3 jovens**

**\* realizada em 19/08/09**

- 67 anos
- mora na Prata dos Aredes desde 1991
- Dona de casa

**\* realizada em 02/09/09**

- 66 anos
- Origem: rio de Janeiro
- Mora em canoas há 5 anos
- Bibliotecária aposentada.

**\* realizada em 11/08/09**

- Idade: 60 anos, casado.
- Origem: Suíça, trabalhou para uma empresa hoteleira até os 40 anos de idade. Depois largou tudo fez uma viagem pelo mundo e decidiu que trabalharia com agricultura, visando a auto-sustentabilidade.
- Tempo de moradia na região: mora na região desde 2000, conheceu o local há 35 anos, quando sua irmã comprou o sítio onde mora atualmente.
- AMACAPAV, Agricultor Orgânico.

**\* realizada em 12/08/09**

- 52 anos
- Origem: Rio de Janeiro
- Mora no sítio desde 1982
- Agricultor e agrônomo

**\* realizada em 13/08/09**

- 60 anos
- Origem: rio de Janeiro
- Vive em Varginha desde 2003
- Administradora aposentada. Associada da AMACAPAV

**\* realizada em 21/08/09**

- 55 anos
- Origem: Rio Grande do Sul- Rio de Janeiro
- morou na Prata entre 1995 e 2009
- Artesã

**\* realizada em 24/08/09**

- 53 anos
- Origem: Rio de Janeiro
- mora desde fev. de 2009 na região
- Escritora. Proprietária de pousada

**\* realizada em 17/08/09**

- Origem: Rio de Janeiro
- Mora na região desde fev.2009
- Trabalhou com panificação.Membro da AMACAPAV

**\* realizada em 01/09/09**

- 48 anos
- Origem: Rio de Janeiro
- Mora na Prata dos Arêdes há 11anos
- Jornalista. Proprietário de pousada.

**\* realizada em 10/09/09**

- 43 anos
- Origem: teresópolis
- Comprou terreno na região em 2002
- Montanhista

**\* realizada em 12/08/09**

- 25 anos
- Origem Teresópolis
- Mora no sítio desde 2003
- Agricultor e músico

**\* realizada em 21/08/09**

- 24 anos
- origem: Rio de Janeiro
- Morou na Prata entre 1995 e 2009
- Artesão

**\* realizada em 24/08/09**

- 23 anos
- Origem: Rio de Janeiro
- Mora na região desde fev.de 2009
- Formada em turismo

**Apêndice 7:** Extratos da Entrevista com o agricultor Gilson Inácio da Silva, morador de origem rural de Canoas

### **Entrevista Realizada em 24 de agosto de 2009**

**Transcrição: Déborah Minardi**

#### **- Produção local**

Gabriel: Porque que você acha que está defasado essa profissão aqui na localidade?

Gilson: A lavoura em si, o produtor rural ele é judiado, a gente tem problema de preço, problema de perder a colheita. Na época que colhe muito, julho agosto, setembro, fica ruim de preço, porque tem muita fartura de mercadoria, então a gente tem esse problema de preço, de freguês.

Gabriel: Tem mês que você tem um rendimento melhor e tem mês que não?

Gilson: É isso, em si a gente tem umas 14 pessoas trabalhando na lavoura, e tem mais eu, meu pai, o Walmir, Seu Paulo, mais quatro, e a gente luta com produção de leite.

Gabriel: Tem esses 14 na lavoura mais quatro...

Gilson: Com produção de leite e hortaliça, que a gente planta aqui também, a gente cria porco. Tudo da roça a gente faz um pouquinho, porque uma coisa ajuda a outra.

Gabriel: Quando você fala lavoura, você quer dizer o quê?

Gilson: É a hortaliça, e a produção de leite a gente tem umas vaquinhas aí, que a gente trabalha com elas.

Gabriel: Mas o que vocês produzem mais?

Gilson: Ah o geral, alface, brócolis, agrião, salsa, a gente trabalha sempre, desde que a gente tem a entrega do Green Fruit a gente trabalha com 6, 7 tipos de produtos, que é meu melhor freguês.

Gabriel: Todo dia?

Gilson: Todo dia, por exemplo, hoje a gente tá colhendo alface crespa, agrião, brócolis, coentro, a gente tá colhendo salsa, então assim, sempre seis, sete tipos de produtos.

Gabriel: E além do Green Fruit você vende para quem?

Gilson: Às vezes eu vendo pro Ceasa, os caras que desce pro Ceasa, mas o meu forte é o Green Fruit.

Gabriel: No geral essa produção ela segura a onda, durante o ano você consegue se virar?

Gilson: Dá, se não fosse o Green Fruit não dava não. Eu trabalhei 14 anos numa empresa que tem 30 anos em Teresópolis e desanimei. Eu era um funcionário padrão dentro da empresa, tinha um salário bom, desanimei porque você trabalha de empregado é uma vida naquilo ali, você não vê futuro naquilo ali, e na lavoura está sendo bem melhor, tem as dificuldades eu a gente atravessa mas é melhor.

Gabriel: O terreno que vocês cultivam é em esquema de meia? Como vocês fazem?

Gilson: Eu arrendei a propriedade, arrendei lá, onde o cultivo é lá e aqui também é arrendado, tem contrato registrado, 6 anos com renovação.

Gabriel: E aí, lá tem um pessoal que trabalha de meia lá?

Gilson: Sim, são todos meeiros, eles trabalham de meia comigo.

Gabriel: Você começou a trabalhar em 2006, tem três anos que está trabalhando aqui?

Gilson: Não, foi em 2007, faz dois anos agora.

Gabriel: E aqui estava largado?

Gilson: Aqui o pessoal abandonou, porque é Canoas, por ter só uma lavoura tem o problema de compra, o cara que tem o caminhão ele não vinha comprar aqui, porque a gente não tinha estrada, a estrada era ruim, a gente tinha esses problemas, e hoje não, a estrada é melhor, então o cara parou.

Gabriel: Porque o cara não ia vir aqui só pra ver uma lavoura.

Gilson: Isso! O cara que compra ele gosta de chegar e achar muito coisa, porque aí ele dá um a viagem só, se não ele tem que comprar o agrião comigo, o alface com você, o espinafre com ele, entendeu? O cara que tem o caminhão que vai pro Ceasa ele leva várias mercadorias. E na época eles não produziam muita coisa aqui, produziam dois, três tipos de produtos, não plantavam muita coisa.

Gabriel: É por isso que você tem essa estratégia aqui de pelos menos seis.

Gilson: Isso, aí também Deus ajudou que quando eu apanhei eu peguei a entrega do Green Fruit. E daí, como eles são muito bons, muito sério, pessoas justas com pagamento, e aí eu e o pessoal que trabalha comigo, os meeiros, a gente viu que se começasse a dividir em mais variedades seria melhor pra gente.

Gabriel: Aqui o leite você também vende?

Gilson: Eu vendo.

Gabriel: Mas vende pra cá, mais local?

Gilson: Não, eu vendo pros restaurante, eles trabalham com produção de doces e vendo pras casas, de casa em casa, pras famílias.

Gabriel: Aqui?

Gilson: Aqui em Albuquerque, o Cantinho da Vera, Empório dos Frades, entrego para eles.

Gabriel: Carne você não produz não?

Gilson: Não, eu produzo uma carne suína, eu vendo sempre carne de porco, a gente cria e vende carne de porco, o boi não mas o porco a gente vende.

Gabriel: E você acha que tem mais oportunidade de trabalho também?

Gilson: Isso aí não, a gente tem esse problema, aqui dentro tem quatro setores de emprego, as pousadas que geram emprego, a Ravanete Metais que já foi forte de emprego mas hoje caiu muito, tem a água Mineral e a Lavoura e os caseiros, mas os caseiros tem 20 anos que trabalham no lugar, não gera emprego, só pra ele. A água Mineral é uma coisa que tem como crescer, a lavoura é uma coisa que graças a Deus tem muita terra, tem como produzir, tem como crescer e aumentar o número de pessoas trabalhando, o trabalho. A Ravanete Metais que já foi muito bom, mas deu uma caída, mas tem como crescer, e a rede hoteleira, as pousadas.

### **- Agroecologia x Agricultura Convencional**

Gabriel: Em termos da produção rural, hoje a gente vê cada vez mais críticas em relação ao modelo de produção rural, essa coisa da agricultura orgânica crescendo, essa preocupação em termos ecológicos, cuidado com a água, você até falou um pouco aí. Como você vê isso na sua produção, em termos da questão ambiental?

Gilson: A questão dos agrotóxicos, isso aí a gente usa, justamente porque é um plantio convencional, não é um plantio orgânico. Mas eu também uso o adubo orgânico depende das épocas, tem época que colhe a mercadoria sem colocar muito remédio, mas vem aí a época da chuva que a gente não consegue colher, se a gente não botar o remédio devido, especificado pra aquilo ali, a gente não consegue colher não. Ela mela, apodrece, ela não cresce, dá tudo de errado. Igual essa fase que a gente está atravessando, a gente colhe principalmente sem veneno, mas tem época que a gente é obrigado a colocar se não a gente não vai conseguir produzir, se a gente não conseguir produzir as coisas não vão pra frente, a gente paga

arrendamento, a gente tem uma despesa muito alta em cima da mercadoria, então se falta mercadoria, a gente passa aperto.

Gabriel: Na sua opinião, esse mercado de produção orgânica... duas coisas que eu queria saber sua opinião: você acha que ele tem condição de dar um retorno econômico bom para o produtor? Segunda coisa: você acha que a produção orgânica traz uma melhora pra questão ambiental?

Gilson: Eu creio que sim, em questão da melhora da terra, de não usar o veneno, mas em questão do mercado, a gente não tem mercado hoje pra vender um caminhão de orgânicos. Igual, a gente produz lá no sítio grande, produz aqui que é menor, você não tem mercado, se você botar 80 produtos no carro de produtos orgânicos você vai voltar com ele pra casa, você não vai vender. Mas tem muita gente que diz que o preço do orgânico é melhor, que com um pé do orgânico você vende uma caixa do convencional. Só que é o seguinte: o convencional você vende e o orgânico você não vende. O orgânico em mil pessoas tem 3 ou 4 que acha maneiro e te compra um pé de orgânico. Mercado pra orgânico não é aberto ainda, eu creio que venha melhorar, mas hoje o mercado orgânico é fechado.



**Foto: Aspecto geral da produção de hortaliças**



**Foto: Caminhão do Green Fruit recolhe a produção**

**Apêndice 7:** Lista com nomes populares de espécies arbóreas e plantas medicinais e alguns usos citados pelos moradores durante as entrevistas.

**\* Espécies arbustivas e arbóreas**

- Abacate: folhas são diuréticas
- Adrigo
- Ameixa
- Araçá: bom pra diarreia
- Araucária
- Assa leitão
- Camboatá
- Camará
- Canafistula
- Canela: várias espécies
- Cedro
- Capixingui: utilizado na produção de mel
- Caqui
- Embaúba
- Eucalipto
- Figueira
- Goiabeira: bom pra diarreia
- Ingá
- Jacarandá
- Ipê amarelo
- Ipê roxo: anti- hemorrágico, anti cancerígeno
- Jacaré: bom pra cicatrização
- Jaticoba: bom pra fazer banho, pra garganta e pra diarreia

- Jequitibá (maior árvore da região)
- Magnólia
- Maricá
- Monjolo
- Prauná
- Quaresma ou quaresmeira
- Samambaiuçú
- Taquaraçú

**\* Espécies herbáceas**

- Arnica: combate infecções
- Boldo: males do fígado
- Carqueja: boa para o estômago e para emagrecer. *“Toda planta amarga tem que ser tomada com cautela, interfere na visão.”* / *“Temos que preservar esse lugar porque tem muita coisa boa”* (moradora de Varginha)
- Erva Macaé: boa pra pressão alta, mal-estar
- Erva de São João: anti-inflamatório
- Fumo de diabo
- Lírio do Brejo
- Macelinha: bom para o intestino
- Novalgina: bom pra febre, dor de cabeça
- Hortelã: digestiva
- Funcho ou Erva doce: digestiva, calmante
- Terramicina: inflamação, febre
- Trançagem: infecção, dor de garganta

Obs: em geral é feito o chá das folhas, fervendo a água, colocar a erva e abafar, deixando em infusão de cinco a dez minutos. À exceção do boldo e da erva Macaé, que são socados no copo, sem fervura, sendo ingeridos quando ainda estiverem frescos.



**ANEXOS**

**Anexo 1:** Recorte do documento elaborado pelos conselheiros do PETP, integrantes da Câmara Temática de Revisão do Plano de Manejo, intitulado, “Recomendações da Câmara Temática para Elaboração do Plano de Manejo”, disponível em <http://br.groups.yahoo.com/group/conselho3picos>.

**- Participação e mobilização das comunidades do entorno do PETP:**

(pág.36) Participação, o princípio reiterado pelo SNUC [L.9.985 Art.5º, II, III, IV, V, VIII, § cit. Art. 22], significa compartilhamento real das decisões de gerenciamento pertinentes: criar os mecanismos de participação, promover ativamente a troca de informações, estabelecer contextos de educação mútua, e apoiar o trabalho dos representantes da Sociedade Civil organizada. A tentativa de criar uma aparência de participação social somente para legitimar decisões de cúpula é demagógica e deve ser evitada.

(pág.44) Para viabilizar este espírito de parceria, as medidas recomendadas devem ter por base o respeito ao tecido social local, suas peculiaridades sociais e econômicas, que no meio rural são tradicionais e delicadas. Os instintos referentes às relações com a terra, como aqueles instintos naturais que expressam territorialidade e defesa do território, são especialmente vivos em seres humanos que puderam manter um contato mais direto com a natureza. O conhecimento das pessoas da terra em relação às práticas de conservação mais eficientes deve ser valorizado. As práticas incompatíveis com a preservação devem ser negociadas em um contexto de vantagens mútuas, de educação mútua e troca de informações. As posturas paternalistas e unilaterais de “conscientização” devem ser cuidadosamente evitadas.

Deve-se ter em mente que os membros das comunidades locais são pessoas ocupadas, com regimes rigorosos no sustento de suas famílias e moradias, e na manutenção de suas propriedades. A presença destas pessoas nas atividades de conservação, gestão e disponibilização de informação e saber local deve ser valorizada e recompensada através de programas específicos com benefícios claros para a qualidade de vida. A viabilização de um contexto de educação ambiental depende da compreensão de que estas pessoas, com sua presença, estão participando da Administração Pública e que esta participação tem um custo - trabalho e tempo, assim como renúncia de atividades de natureza econômica - e têm, portanto, um valor. Este valor é quantificável e deve ser quantificado, sendo-lhes devido benefícios em contrapartida.

(pág.55) Para ter uma atuação coordenada, os indivíduos e organizações locais devem se fazer atuantes no Conselho e subordinar sua atuação a ele. Isto somente pode ser feito através de

uma conexão funcional com o Conselho. As plenárias dos Conselhos reúnem-se com frequência espaçada e tratam de assuntos gerais. Suas Câmaras Temáticas, porém, podem se reunir mais freqüentemente, responder mais rapidamente, e criar órgãos de atuação local aos quais as pessoas podem se coordenar regionalmente.

Para criar condições mínimas suficientes em todas as áreas e coordená-las à atuação do Conselho, recomendamos a reunião das Áreas Estratégicas descritas sob órgãos de fomento e coordenação, os Pólos Multiplicadores. Estas atividades foram projetadas para ter, sobre as comunidades e suas organizações locais, um efeito mobilizador e organizador. A partir de condições mínimas, o plano se apóia no método de retro-alimentação para aprofundar o planejamento do Parque e sua funcionalidade instalada, isto é o planejamento e funcionalidade em cada uma de suas áreas.

**(pág.106) 12.1.1.b - Comunicação Social e Educação X Relações Públicas**

Relações Públicas é um conceito corporativo fundado na idéia de imagem e relações pontuais com consumidores. Não existe necessariamente uma identidade de interesses continuada, mas uma administração mínima da imagem, e satisfação das partes em uma transação. É direcionada para maximizar vantagens em relações ocasionais entre partes com interesses diversos com o objetivo de adicionar valor a produtos e serviços, e causar uma repetição dessas transações. Por exemplo, em relações com consumidores e investidores cabe uma política de relações públicas se uma empresa deseja vender um serviço ou produto em um dado momento ou atrair investidores com objetivo de lucro. Uma boa política de relações públicas objetiva a repetição sucessiva desta experiência – vendas repetidas. Há escolas de administração ambiental, geralmente de natureza privada, que de fato procuram transformar os recursos naturais que integram um patrimônio natural em “serviços ambientais”. Essa mudança de nomenclatura se dá mediante a prestação mínima de serviços e retoques de imagem através de relações públicas. O objetivo é colocar estes serviços no mercado ao menor custo e investimento e maximizar a arrecadação. Esta escola chama a isto “sustentabilidade”. Esta escola tem certamente o seu lugar nas práticas de natureza privada. Ocorre, porém, é que um parque é um patrimônio *público*, e tem finalidades e ritos de administração próprios desta natureza.

Quando falamos em integração de uma Unidade de Conservação com a comunidade na qual se insere, da qual depende, e a qual é titular do patrimônio administrado, precisamos tomar, desde início, uma decisão realista e moral referente a que tipo de integração pretendemos. A partir daí é preciso agir com vigor e determinação para aplicar esta escolha de

forma absolutamente consistente. Isto não exclui a aplicação de técnicas de origem corporativa de forma complementar, mas centra-se na consciência da natureza essencial do que estamos fazendo.

Devido à natureza pública dos bens administrados pelo Estado através da Fundação servidora (IEF), o conceito de Relações Públicas contido no quadro de Planos Setoriais como o centro das relações com a comunidade é aqui substituído por um Programa de Informação e Educação Pública.

**(pag.112) 12.1.2.2.d - Troca de Informação: Educação Mútua**

Para satisfazer à necessidade de uma percepção de objetivos comuns que propicie uma mudança de comportamento, é preciso

- conhecer as percepções e comportamentos locais,
- descrevê-los segundo os critérios úteis (ver critérios de ocupação humana) e
- classificá-los segundo a maneira mais indicada de solucionar conflitos de interesse.

Isto requer uma troca de informações:

- 1) A administração precisa de informação para conhecer os impactos no tecido social local, as percepções locais e as possíveis soluções.
- 2) As comunidades precisam de informação para avaliar tanto os benefícios quanto os desafios que a proposta de um parque trará para suas vidas.

Todos precisam ser informados. Todos precisam ser educados.

Um pacto, por fim, requer uma mudança de comportamento segundo a nova realidade de gestão.

Objetivos:

- mudança de percepção (subjetivo)
- mudança de comportamento (objetivo)

Ambas, evidentemente, têm como fulcro a Informação e a Educação.

Este processo tem a natureza de ser mútuo.

